



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO**

Vânia Nunes de Carvalho

**Legislativo Educativo:
o Caso do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” da Câmara dos Deputados**

**Brasília
2014**

Vânia Nunes de Carvalho

**Legislativo Educativo:
o caso do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” da Câmara dos Deputados**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados - Cefor.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Brasília
2014

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: 05/01/2015

Carvalho, Vânia Nunes de.

Legislativo educativo [manuscrito] : o caso do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” da Câmara dos Deputados / Vânia Nunes de Carvalho. -- 2014.

125 f.

Orientador: Cristiane Brum.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2014.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Programa de Educação para a Cidadania. 2. Educação política, Brasil. 3. Poder legislativo, Brasil. I. Título.

CDU 342.532:37.035(81)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Poder Legislativo

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Legislativo Educativo: o Caso do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” da Câmara dos Deputados

Autora: Vânia Nunes de Carvalho

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Dissertação aprovada em: 04/12/2014.

Cristiane Brum Bernardes
Presidente – Cefor

Antônio Teixeira de Barros
Examinador Interno – Cefor

Ana Lúcia Novelli
Examinador Externo – Universidade Católica de Brasília e Senado Federal

Dedico este trabalho às minhas filhas, Ana Paula e Rafaela, meus
melhores projetos de pesquisa nesta vida. A Guilhermano, marido,
companheiro e sempre incentivador de meus projetos.
Aos meus pais e especialmente à doce menina Beatriz: às vezes
mulher, às vezes criança, sempre mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente àquele que parece achar que todos podem ser instrumentos de algo melhor: Deus!

A minha orientadora Cristiane Bernardes, que, com dedicação e profissionalismo, me conduziu por este novo mundo da pesquisa e do trabalho acadêmicos, mostrando que entre o fácil e o difícil existe apenas um elemento: cada um de nós.

À minha irmã Verônica e ao amigo Jairo Brod pelo incentivo e pelas sugestões, quando resolvi fazer esta loucura chamada Mestrado.

Aos colegas de trabalho pela camaradagem, ao assistir a meu frenesi, em especial aos chefes imediatos Flávia e Garigham que, desde o primeiro momento entenderam e incentivaram esta oportunidade, e a Nilo e Caio pela ajuda constante.

Aos professores André, Antônio, Cristiano, Fabiano, João Ricardo, Giovanna, Malena, Marciano, Maurício, Ricardo, Roberto e Valério pelo auxílio no processo ensinar-aprender.

Às equipes da Coede, na pessoa de Hérica Rocha e, de forma especial, a Alice, Ana Paula, Alexandre, Raquel, Renata, Bruna e Maíra.

Aos colegas mestrandos, na pessoa de Nilson.

E a anjos da guarda que atendem pelos nomes de Décio, Andrea, Natércia e Roberto.

O principal paradoxo da democracia persiste: ela não existe sem uma educação apropriada do povo para fazê-la funcionar, ou seja, sem a formação de cidadãos democráticos. E a formação de cidadãos democráticos supõe a preexistência destes como educadores do povo, tanto no Estado quanto na sociedade civil (Mougniotte).

RESUMO

Este trabalho analisa o Programa de Educação para a Democracia, “Missão Pedagógica no Parlamento (MPP)”, mantido pela Câmara dos Deputados (CD), por meio do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), e direcionado a professores da rede pública que atuam no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Traz-se para reflexão a função educativa do Legislativo exercida mediante os programas e as ações de Educação para a Democracia (EPD) da CD. A questão-chave é como o MPP atua na formação cívico-política e na promoção da prática da Educação para a Democracia entre os professores participantes. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográfico e documental, além de entrevistas com os servidores da Câmara que organizam o MPP e aplicação de questionários aos professores participantes do Programa nas edições de 2013 e 2014. A mudança de percepção dos professores em relação ao Programa, à EPD, assim como ao Poder Legislativo e à Câmara dos Deputados, após a participação no Programa, é analisada.

Palavras-chave: “Missão Pedagógica no Parlamento”; Educação para a Democracia; Câmara dos Deputados; Escolas do Legislativo; Brasil.

ABSTRACT

This final paper analyzes the educational program for the Pedagogical Mission Democracy in Parliament (MPP), held by the Chamber of Deputies (CD) through the Training Centre, Training and Enhancement (Cefor) and directed to the public school teachers who work in the elementary and high school levels. Brings to reflection the educational function that the Legislative exercised through programs and education activities for democracy. The key question is how the MPP acts in civic-political formation and on the promotion of the practice of Education for Democracy (EPD) among teachers participating in the program. To do so, bibliographic and documentary surveys were conducted. Interviews with the Chamber of Deputies employees that organize the MPP and questionnaires with teachers participating in the program in the editions of 2013 and 2014 were also done. The change in the perception of teachers in the program, the EPD, as well as the Legislative Power and Chamber of Deputies, after participation in the program, were analyzed.

Keywords: Pedagogical Mission in Parliament; Education for Democracy; Chamber of Deputies; Legislative Schools; Brazil.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Representação da convergência entre Educação Política e Democracia | 21 |
| Figura 2 - Perfil do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” no Facebook..... | 49 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Organograma do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento | 31 |
| Quadro 2 - Quadro-resumo dos programas de Educação para a Democracia da Coede | 32 |
| Quadro 3 - MPP nas quatro edições (2011, 2012, 2013 e 2014)..... | 51 |
| Quadro 4 - Organizadores do MPP nas quatro edições..... | 53 |
| Quadro 5 - MPP 2013/2014 (síntese dos objetivos instrucionais e dos conteúdos programáticos) | 56 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - MPP 2013/2014 (Percepção dos professores sobre a função da Câmara dos Deputados)..... | 93 |
|--|----|

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Percentual de questionários respondidos em relação ao total de participantes | 66 |
| Gráfico 2 - Professores do MPP/2013 e 2014 por idade..... | 67 |
| Gráfico 3 - Professores do MPP/2013 e 2014 por sexo | 69 |
| Gráfico 4 - Professores do MPP/2013 e 2014 por tempo de ensino | 70 |
| Gráfico 5 - Professores do MPP/2013 e MPP/2014 por disciplina..... | 71 |
| Gráfico 6 - Por que participar do MPP- 2013 e 2014? | 73 |
| Gráfico 7 - Demandas e expectativas dos professores em relação ao Programa | 74 |
| Gráfico 8 - Informação sobre o Programa “Missão Pedagógica no Parlamento”..... | 76 |
| Gráfico 9 - Opinião sobre módulo a distância | 77 |
| Gráfico 10 - Opinião sobre propósitos e propostas do Programa MPP (2013)..... | 79 |
| Gráfico 11 - Opinião sobre propósitos e propostas do Programa MPP (2014)..... | 81 |
| Gráfico 12 - Quando o professor tem condições de desenvolver ações de EPD?..... | 82 |
| Gráfico 13 - A escola estimula atividades de EPD com crianças e jovens? | 84 |
| Gráfico 14 - Você se sente representado pela CD (MPP/2013)?..... | 88 |
| Gráfico 15 - Você se sente representado pela CD (MPP/2014)?..... | 89 |
| Gráfico 16 - Instituições importantes para a Democracia brasileira (MPP/2013) | 90 |
| Gráfico 17 - Instituições importantes para a Democracia brasileira (MPP/2014) | 91 |
| Gráfico 18 - Modelo ideal para a Democracia brasileira – MPP 2013 e 2014 | 93 |
| Gráfico 19 - Avaliação sobre a Câmara dos Deputados | 94 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---------------|---|
| Abel | Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e do Tribunal de Contas |
| ALMG | Assembleia Legislativa de Minas Gerais |
| CD | Câmara dos Deputados |
| CEDI | Centro de Documentação e Informação |
| Cefor | Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados |
| CF | Constituição Federal |
| CLP | Comissão de Legislação Participativa |
| Coede | Coordenação de Educação para a Democracia |
| Consed | Conselho Nacional de Secretários de Educação |
| DECOM | Departamento de Comissões |
| EaD | Educação a distância |
| EPD | Educação para a Democracia |
| ESAF | Escola de Administração Fazendária |
| MPP | “Missão Pedagógica no Parlamento” |
| Nuead | Núcleo de Educação a Distância |
| Nudem | Núcleo de Educação para a Democracia |
| RP | Relações Públicas |
| SECOM | Secretaria de Comunicação Social |
| SGM | Secretaria Geral da Mesa |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1 EDUCAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA..... | 16 |
| 1.1.Contextualização teórica sobre a Educação para a Democracia | 23 |
| 1.2.Legislativo Educativo | 25 |
| 1.2.1.Ações educativas da Câmara dos Deputados..... | 30 |
| 1.3.Educação para a Democracia e o MPP | 33 |
| 2 ESCOLHA DO PROGRAMA “MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO”: CONSIDERAÇÕES GERAIS E METODOLÓGICAS..... | 38 |
| 2.1.Considerações metodológicas..... | 39 |
| 2.2.Origem, objetivos e retrospectiva do MPP | 44 |
| 2.3.Visão e percepção dos organizadores do MPP | 52 |
| 3PROGRAMA “MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO” NA VISÃO DOS PROFESSORES | 63 |
| 3.1.Perfil dos professores do MPP nas edições de 2013 e 2014 | 65 |
| 3.2.Visão dos professores sobre Educação para a Democracia e o MPP..... | 72 |
| 3.3.Percepção dos professores em relação ao Legislativo e à CD | 87 |
| CONCLUSÃO..... | 99 |
| REFERÊNCIAS | 104 |
| APÊNDICES | 110 |

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” como ação de Educação para a Democracia oferecida pela Câmara dos Deputados. Especificamente, pretende-se a) descrever o Programa e o seu funcionamento; b) analisar os objetivos dele como programa de Educação para a Democracia e como ação institucional e c) identificar a percepção sobre o MPP, a EPD e o Poder Legislativo e sobre a Câmara dos Deputados, entre os professores participantes do MPP antes e depois de sua participação no Programa, a fim de verificar se há mudanças nessa percepção.

A questão suscitada é como ou de que forma o “Missão Pedagógica no Parlamento” atua na formação cívico-política e na promoção da Educação para a Democracia do professor participante. Um dos propósitos do MPP, segundo seus organizadores, é transmitir conhecimento político e valores para a cidadania aos professores que participam do Programa, com recorte sobre o papel do Poder Legislativo e o do cidadão (professor) na manutenção da Democracia, em constante transformação. Outro objetivo é promover a prática da Educação para a Democracia, entre os mesmos professores. Assim, é preciso identificar se ocorrem ações de formação cívico-políticas e de promoção da Educação para a Democracia entre os professores do MPP e investigar como ocorrem dentro do Programa.

Os objetivos das ações de educação política, educação legislativa e EPD na CD vão desde ofertar conhecimento político ao cidadão e fortalecer a imagem da Instituição, até aproximá-lo do Legislativo, tornando-o mais participativo. Assim, novos questionamentos surgem: por que a Câmara dos Deputados promove ações e programas de educação política e educação legislativa para o público externo? Existe distanciamento entre a sociedade e o Legislativo a ponto de ele precisar se preocupar com ações que visem a aproximação? Qual a contribuição do MPP, ao ofertar conhecimento político e legislativo ao professor? Qual a contribuição do MPP na formação da cidadania e na promoção da Educação para a Democracia?

Nesse viés, existe a possibilidade de que a organização e a disseminação dos saberes próprios do Legislativo proporcionem melhor entendimento do cidadão (o professor) em relação ao Legislativo e ao seu papel no Estado Democrático de Direito. Outra ótica é que as ações da educação legislativa e da educação política, ou seja, da Educação para a Democracia, por meio do

MPP, contribuem para o afloramento ou o reavivamento do sentimento cívico do professor (cidadão) em relação à própria atuação como cidadão e mestre.

Assim, a variável analisada é a percepção dos professores em relação ao Programa MPP e à EPD e, especificamente, o objetivo é identificar se sucede mudança de percepção com respeito ao Poder Legislativo e à Câmara dos Deputados entre os professores participantes do Programa nas edições de 2013 e 2014.

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, entrevista com os organizadores do MPP em 2013 e 2014 e aplicação de questionários aos professores participantes do Programa também nas edições de 2013 e 2014. Esses procedimentos metodológicos foram utilizados para ajudar na análise sobre de que forma essa ação educativa acontece (e se o faz).

Descritiva e analiticamente, este estudo discorre sobre como é o processo de Educação para a Democracia a partir da experiência do MPP. Nesse sentido, os conceitos de educação política e Democracia são tratados a partir das concepções de Norberto Bobbio, Robert Dahl e Alexandre Virgínio, abordando a função social da educação política que conduz à prática da Democracia com participação ampliada da sociedade.

Os trabalhos de Rildo Cosson sobre letramento político, escolas do Legislativo e educação legislativa e os de Maria Vitória Benevides sobre educação política e Educação para a Democracia funcionaram como bússola para o estabelecimento do marco teórico deste trabalho, em que a relação do homem em sociedade, da sociedade com o Estado e a promoção da educação política como ferramenta para a formação do ser cidadão são o foco.

Nesse sentido, o Poder Legislativo e, no caso deste trabalho, a Câmara dos Deputados, implementa ações que permitem a conjunção entre educação política e educação legislativa por intermédio de programas de Educação para a Democracia. Na abordagem escolhida, a Câmara dos Deputados é entendida como instituição única que, por suas características, saberes específicos e práticas cotidianas, influencia a cultura política da população.

Assim, a promoção da cidadania e a dos valores democráticos e a transmissão de conhecimentos específicos do Legislativo interferem no modo de agir e de pensar da população (MOGILKA, 2003; BAGEHOT, 2005; GALIANI, 2009). Por conseguinte, a prática da educação política e a Educação para a Democracia promovida pela CD buscam contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões políticos e da qualidade democrática brasileira, a partir da mudança

de percepção em relação ao Legislativo. Esses são alguns indicativos da relevância e da contribuição advindas da exploração feita e das reflexões propostas pelo trabalho.

No Capítulo 1, trabalha-se a base teórica sobre a qual se desenvolve o conceito de Educação para a Democracia como articulação prático-teórica entre educação política e Democracia, com a associação da educação legislativa, no âmbito do Poder Legislativo. No Capítulo 2, apresentam-se as opções metodológicas adotadas e as justificativas. No Capítulo 3, analisa-se o conjunto de dados.

Entre as principais conclusões, é exposta a identificação de mudança de percepção do professor referente ao Poder Legislativo e à Câmara dos Deputados, após a influência provinda das atividades e das experiências do módulo presencial do “Missão Pedagógica no Parlamento”, em Brasília. Além disso, são elencados alguns problemas do Programa para o alcance dos objetivos propostos desde sua concepção.

1 EDUCAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA

“Nos transformamos naquilo que praticamos com frequência.” (Honoré de Balzac)

A investigação teórica e a prática sobre a convergência entre Educação Política e Democracia no âmbito do Poder Legislativo trazem para reflexão a Educação para a Democracia a partir de duas perspectivas: 1) de que é pela formação cívica e política do cidadão que se desenvolvem e criam as características centrais de um povo e, conseqüentemente, de uma nação capaz de determinar um modelo de sociedade e de Estado (BENEVIDES, 1994; DAHL, 2001; VIRGINIO, 2012) e 2) de que existe um processo de aprendizagem que ocorre em meio à dinâmica do processo legislativo, com saberes e valores próprios desse Poder, que influenciam o agir e o pensar da sociedade (BAGEHOT, 2005; COSSON, 2008).

A educação política constitui prática educativa que permite que a sociedade conheça melhor os três Poderes que constituem o Estado brasileiro (Executivo, Legislativo e Judiciário) e as respectivas funções. Representa ação que envolve também a formação de valores cívicos e políticos dos cidadãos de uma sociedade que pretende atuar dentro do Estado. Assim, a primeira perspectiva apresentada é ampla, no sentido de abarcar a educação política de forma geral, por se originar no meio da sociedade. A segunda ótica é específica. Diz respeito à educação política que se forma no âmbito do Legislativo (internamente) e pretende agir externamente, com a sociedade. Ambas se relacionam ao aperfeiçoamento dos padrões políticos e da qualidade democrática brasileira. Por isso, precisam de tempo e espaço adequados para ser construídos.

Assim, a promoção da Educação para a Democracia aos cidadãos tem sido preocupação crescente dos legislativos. Parte-se do pressuposto de que a promoção dessa prática educativa é uma das funções do Poder Legislativo¹, interessado em contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com valores democráticos que embasam e legitimam a ação do Estado e a de suas

¹ Destacam-se as funções do Parlamento, na perspectiva clássica de Walter Bagehot (2005), na obra “A Constituição Inglesa”, do século XVIII, quando analisa o Parlamentarismo e o sistema político britânico entre 1865 e 1867, e distingue quais seriam as cinco funções do Parlamento: 1) *eleger bem um governo*, função em que o Parlamento, observando o sistema eleitoral e partidário vigente, elege o chefe de governo; 2) *expressar bem a vontade da nação*, função que se relaciona intrinsecamente à linha representativa dos parlamentos; 3) *ensinar bem a nação*, eis aí a função educativa do Parlamento em relação à população durante o debate de ideias e os processos de decisão; 4) *informar bem a nação*, que, diferentemente de ensinar, concerne à comunicação regular com a sociedade e à informação do processo legislativo e dos seus resultados e 5) *legislar bem*, função precípua do Parlamento de produzir leis adequadas à realidade social e ao desenvolvimento da nação.

instituições, principalmente o Legislativo. Parte ainda da premissa de que, quanto mais educada politicamente uma sociedade, mais consolidada sua Democracia.

Nesse sentido, o “Economist Intelligence Unit’s Democracy Index”² vem realizando, desde 2006, estudo sobre a Democracia no mundo em 167 países. A partir de 60 indicadores agrupados em cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, liberdades civis, participação política e cultura política, os dados são compilados para formar o índice de Democracia e compor o ranque dos 167 países analisados, classificando-os como Democracia plena, imperfeita, regime híbrido e autoritário.

Em 2013, consoante o estudo, apenas 25 nações foram consideradas como "Democracia plena", enquanto 54 foram classificadas como "Democracia imperfeita", 51, como de "regime autoritário" e 37, como de "regime híbrido". O Brasil ocupa a 44º posição e foi classificado como "Democracia imperfeita" (DEMOCRACY INDEX, 2013).

Das cinco categorias analisadas, em três delas o Brasil aparece bem posicionado: processo eleitoral e pluralismo (9,58), funcionamento do governo (7,5) e liberdades civis (9,12). As três categorias utilizam critérios e indicadores que, segundo os realizadores do estudo, estão relacionados mais com a ação do Estado do que com a da sociedade civil (DEMOCRACY INDEX, 2013).

O que compromete o resultado do país no ranque são as outras duas categorias: participação política (5) e cultura política (4,38), ou seja, as categorias cujos critérios ou indicadores dependem mais da ação da sociedade civil do que da do Estado³, como, por exemplo, o percentual de participação da população nas votações⁴ e a das mulheres na política⁵ (DEMOCRACY INDEX, 2013). Identificar o desconhecimento ou a apatia por parte da população brasileira em relação à cultura política e à participação política, como levantado pelo “The Economist Intelligence Unit’s Index of Democracy”, suscita o questionamento sobre a necessidade de promover a educação política no Brasil.

Nesse sentido, a função educativa do Poder Legislativo tem sido alvo de reflexões e debates em parlamentos do Brasil e do mundo. Marques-Júnior (2008) destaca que, como palco

² “The Economist Intelligence Unit’s Index of Democracy” é a unidade de pesquisas da revista britânica "The Economist".

³ Entre os indicadores avaliados que dependem mais da participação da sociedade, estão o interesse da população pelo noticiário político, o percentual de filiados a partidos, o apoio popular ao regime democrático.

⁴ No Brasil, o voto é obrigatório e, pelos critérios do levantamento, o país não pontua nesse indicador.

⁵ No Brasil, o Congresso Nacional tem menos de 10% de mulheres parlamentares, e, pelos critérios do levantamento, a pontuação é zero nesse indicador.

principal da Democracia, o Legislativo é local privilegiado de “geração e demanda” de informação. Dessa forma, gera importantes informações para a sociedade e, em contrapartida, necessita de informações da sociedade para desenvolver seu trabalho.

Assim, por meio das articulações teórica e prática entre educação política e Democracia, este trabalho reflete sobre a primeira, que, como instrumento de formação do indivíduo, da sua cidadania, dos seus valores democráticos, permite o estabelecimento de novos modelos de organização e relações sociais, em que a interação e a participação popular serão cada vez mais valorizadas, no modelo de representação democrática contemporânea.

Não é escopo deste estudo analisar os diferentes tipos de Democracia: direta, deliberativa, representativa e participativa, tampouco a relação entre Democracia representativa e participativa⁶. A perspectiva utilizada para reflexão é a de que, quanto mais esclarecido o cidadão, mais ele será capaz de participar de discussões e debates com seus representantes e instâncias deliberativas.

Nesse sentido, para Dahl (2001), “[...] dentro de limites razoáveis de tempo, cada membro deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas prováveis consequências” (DAHL, 2001, p. 49). Em outras palavras, cada membro da sociedade deve ter o que ele chama de “entendimento esclarecido”, ou seja, conhecimento abrangente das regras do jogo político, pois, sem educação política, não se consegue atingir o objetivo de qualificar os atores para o debate público⁷, seja na condição de representante, seja na de representado, ainda que, neste trabalho, o foco seja o cidadão representado.

Da mesma forma, não é escopo deste texto refletir sobre a educação na forma genérica, nem a importância e o papel na sociedade, o que demandaria trabalho à parte, pela grandeza que encerra o tema. O cerne é pensar sobre a emergência da prática da educação política no âmbito do

⁶ Nesse mesmo sentido, Santos (1997) sugere que, da tensão existente entre Democracia representativa e participativa, acontecem os novos movimentos sociais e as redefinições no campo político. No entendimento do autor, o equilíbrio entre a participação institucional e a ação reivindicatória da sociedade civil permitiu a ressignificação do conceito de cidadania. Para Santos, nessa perspectiva de articulação entre a Democracia representativa e a participativa, o político passa a não se restringir apenas às questões de Estado. O político alcança o campo da prática social em todas as suas dimensões – econômica, social, cultural, religiosa, dentre outras. Assim, “Politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada. As diferenças entre as relações de poder são o princípio da diferenciação e estratificação do político. Enquanto tarefa analítica e pressuposto de ação prática, é tão importante a globalização do político como a sua diferenciação” (SANTOS, 1997, p. 271).

⁷ Não é objeto deste trabalho a análise da teoria da ação comunicativa para a qualificação do debate público ou da sua importância para a Democracia contemporânea. Para mais detalhes, ver Habermas, 2003.

Legislativo e a influência que ela pode ter na formação do indivíduo e na sua relação com o Estado. Especialmente na Câmara dos Deputados, o propósito reside em refletir sobre a Educação para a Democracia, a partir da associação entre a educação política e a legislativa, e explorar as características e as consequências dessa prática educativa para a sociedade e o Poder Legislativo.

Sobre a educação política, Allan Mougnotte (1994) entende que esta não deve ser compreendida como proposta destinada a instruir os educandos nos campos político e ideológico, mas como a ideia de que, na perspectiva da Pedagogia Freinet⁸, “[...] supõe um interesse prévio por esse tema cultural específico que é a política. Ora, o objetivo dessa educação não seria exatamente o de fazer surgir tal interesse entre aqueles que não o experimentam?” (MOUGNIOTTE, 1994, p. 213).

A Democracia é sempre norte a ser perseguido e o seu funcionamento depende da educação política do povo (DAHL, 2001; SAVIANI, 2007). A desinformação, o desinteresse ou a “apatia” em relação ao processo político do país e a falta de conhecimento quanto ao funcionamento e à importância do Legislativo na relação da sociedade com o Estado geram consequências diretas na Democracia que se pretende construída (BOBBIO, 1984).

Saviani (1983) defende, por sua vez, que a educação e a política são fenômenos inseparáveis, em que um sofre a intervenção do outro. Segundo o autor, “[...] as relações entre educação e política se dão na forma de autonomia relativa e dependência recíproca” (SAVIANI, 1983, p. 92-93), com a educação subordinada à política e esta exercendo função educativa.

As discussões que envolvem o que Benevides (1994) chama de “reclamos” sobre os direitos da população e da sua participação política apontam a necessidade de reflexão acerca da importância da educação política, o que, para a autora, guarda relação com a transformação e a construção de uma sociedade “mais consciente, democrática e balizada pela ética e pela justiça”. Para ela,

[...] a educação política para a cidadania é um tema tão antigo quanto, pelo menos, o da democracia. Para o pensamento político clássico, a principal tarefa dos governantes - e principal virtude dos regimes políticos - era justamente propiciar a educação política do povo (BENEVIDES, 1994, p. 13).

Nesse sentido, Bagehot (2005) na obra “A Constituição Inglesa”, ainda que se refira ao sistema político britânico, a partir da comparação entre o sistema presidencialista norte-

⁸A Pedagogia Freinet defende a abertura de espaço na práxis educativa para o que Mougnotte (1994) denomina *educação para a política*, no sentido de proporcionar ao educando informação política e cívica geralmente suprimida nas escolas, principalmente nos anos iniciais.

americano e o parlamentarista de seu país, discorre sobre a necessidade de união entre os Poderes Legislativo e Executivo, a partir da observância à divisão de poderes. Ao analisar o Parlamento britânico, especificamente a Câmara dos Comuns, frisa que “[...] é inegável, creio, que o Parlamento cumpre seu papel eleitoral, a razão de sua existência, satisfazendo o povo, e caso queira melhorar sua forma de ser, é necessário melhorar o povo inglês de quem é espelho” (BAGEHOT, 2005, p. 13).

Entre os obstáculos ao caminho da construção da cidadania e da consolidação da Democracia, está a pobreza política, que se manifesta na incapacidade de conceber a história como possibilidade de se enxergar como ser político, capaz de mudar seu destino e sua condição (VIRGINIO, 2000). Para o autor, a educação política, em sentido mais amplo, com acesso a diferentes níveis de organização da sociedade, permite a formação, a ampliação e a qualificação dos mais variados atores para intervenção na realidade política, no caso brasileiro.

Para este trabalho, interessam as funções que situam o Parlamento como educador político da sociedade. Afinal, com a Constituição Federal de 1988, o Brasil inaugurou novo ciclo histórico, político e social. Foi adotada, como regime de governo, a Democracia⁹ e ampliaram-se os direitos sociais e políticos da sociedade nacional.

A ampliação dos direitos políticos está relacionada à participação do cidadão dentro do sistema representativo atual. Por meio da educação política se qualifica o cidadão para participar nas instâncias de debates e decisões. A sociedade não governa diretamente; ela elege governantes e representantes. Nos modernos sistemas representativos, tem-se buscado a ampliação da participação popular no Legislativo, principalmente como forma de ajustar as demandas, envolvendo a representação política na atualidade (URBINATI, 2006; AVRITZER, 2007).

Na Democracia contemporânea, os Poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), ao incentivarem a educação política nesses moldes, entre o público interno e o externo, propiciam para esses melhores condições de movimentação (participação) em tais

⁹ O **Regime de Governo** pode ser descrito como a forma de se reger uma nação, dividindo-se em Democracia e Autoritarismo. Outras classificações podem incluir o Totalitarismo e a Ditadura. Porém, as mais comuns são Democracia e Autoritarismo. A **Forma de Governo** diz respeito à instituição do poder e à relação entre governantes e governados. São formas de governo a República e a Monarquia. Já o **Sistema de Governo** está relacionado ao modo como interagem o Poder Executivo e o Poder Legislativo em suas funções governamentais. São sistemas de governo o Presidencialismo e o Parlamentarismo. Cita-se ainda a **Forma de Estado**, que consiste na forma como o Estado (país) se organiza politicamente, podendo haver a divisão do poder entre "estados" ou não, ou a descentralização desse poder. As formas de governo são Estado Unitário e Estado Federado. **Classificação do Brasil: Democracia, República, Presidencialista, Estado Federado ou Federação.** (BELO, 2010). Grifo nosso.

Poderes, em instituições e conseqüentemente, na relação desses com a sociedade em processo de retroalimentação, como representado na Figura 1:

Figura 1 - Representação da convergência entre Educação Política e Democracia



Fonte: Elaboração própria

Na retroalimentação, a Educação Política deve estar centralizada como prática educativa para toda a sociedade (organizada ou não) e entre os Poderes constituídos, de forma a permear os homens e as instituições (constituídas por homens). Esse conjunto (sociedade, poderes constituídos e instituições), lastreado pela Educação Política, forma o Estado (no caso brasileiro, democrático) e caracteriza uma nação (dita soberana). As setas dão o sentido da circularidade entre as instituições e a sociedade, algo que Urbinati (2006) trata como processo dinâmico e não estático dentro da teoria política da representação democrática¹⁰.

Bobbio (1984) também reforça a importância da convergência entre a educação política e a Democracia e afirma que a apatia política dos cidadãos compromete o futuro da Democracia no mundo. Dentre as "promessas não cumpridas" para a consolidação do ideal democrático,

¹⁰ Segundo Urbinati, a participação torna a representação democrática, promovendo o ciclo denominado de "representação circular", no qual os representantes estão sempre atentos às dinâmicas da participação cidadã. Na democracia contemporânea, muitos são os atores envolvidos: sociedade civil organizada, partidos, organizações, conselhos, políticos com mandatos, entre outros, que, ao se sobreporem à representação política e ao vínculo indissociável entre o cidadão e a Democracia, se esquecem de que é princípio desta a participação popular (URBINATI, 2006). "Esta teoria faz jus à especificidade da representação política em relação a todas as outras formas de mandato e em particular ao esquema privado de autorização. A representação não pertence apenas aos agentes ou instituições governamentais, mas designa uma forma de processo político que é estruturada nos termos da circularidade entre as instituições e a sociedade, e não é confinada à deliberação e decisão de assembleia." (URBINATI, 2006, p. 201)

aponta ele o relativo fracasso da educação para a cidadania como transformação do súdito em cidadão. Bobbio vai além da relação do cidadão com o poder público, ao afirmar que

[...] a democracia não se refere só à ordem do poder público do Estado, mas deve existir em todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Começa na relação interindividual, passa pela família, a escola e culmina no Estado. Uma sociedade democrática é aquela que vai conseguindo democratizar todas as suas instituições e práticas (BOBBIO, 2002, p. 81).

Assim, educação política traduz-se na atualidade como prática educativa capaz de difundir saberes e valores relacionados a dois conceitos basilares dos sistemas representativos contemporâneos: cidadania e Democracia. Para entender a conceituação e a conformação desses componentes basilares, é necessário analisar a história, o movimento de democratização no país e no mundo, reconhecer as figuras de representação da Democracia, da ação política, da ação educacional e da construção da cidadania. Compreender que essas ideias são complementares e estão em constante expansão (BENEVIDES, 1996; CASTILHO, 1995).

Por entender que a educação política a serviço da Democracia depende da percepção de valores relacionados à cidadania e à Democracia, componentes basilares do sistema representativo contemporâneo, é necessário articulá-los: cidadania – para compreensão da relação entre direitos e deveres – e Democracia – que permite e garante a participação daquele que é cidadão – na sociedade e nas suas instituições.

Nessa ótica, é a partir da Constituição Federal de 1988, que cidadania (art. 1º, inciso II) consagrou-se como um dos elementos constituidores do Estado Democrático de Direito¹¹ (CASTILHO, 1995). Por isso, compreender o que é cidadania e, conseqüentemente, o que é ser cidadão permite refletir sobre o significado que o termo pode encerrar, quando relacionado com a educação política em prol da democracia.

Assim, para o exercício da cidadania é necessário reunir elementos como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, necessários aos processos de transformação e emancipação do ser humano (CASTILHO, 1995; VIRGINIO, 2000). Para este trabalho, situar a cidadania e a Democracia como componentes basilares da prática da educação política significa formar o cidadão em comunidade - nas suas ações em relação ao todo

¹¹ BRASIL. **Constituição** (1988) “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

(CHAUI, 1985; BENEVIDES, 1996) - e estabelecer processos de transformação e manutenção contínuas para o avanço da Democracia, nos moldes dos sistemas representativos contemporâneos.

Cidadão é o indivíduo transformado dentro dos padrões éticos e morais da sociedade em que vive, de forma a compreender direitos e deveres perante esta sociedade. Para Castilho (1995), “[...] a base verdadeira desta transformação está na educação política (em sentido amplo) do povo, envolvendo tanto a participação na vida coletiva quanto a educação para a ética na política” (CASTILHO, 1995, p. 1).

Um cidadão não é formado de uma hora para outra. A construção da cidadania constitui processo gradativo, contínuo e coletivo de conscientização do homem sobre a necessidade de cumprimento dos deveres para a concretização dos seus direitos (CASTILHO, 1995), um processo de construção lento, do qual participam vários segmentos – família, Estado e sociedade, para algo maior e mais relevante que a educação política – a socialização política.

Nesse sentido, Mougnotte (1994) defende que o principal paradoxo da Democracia consiste no fato de ela não existir sem educação apropriada do povo para fazê-la funcionar, ou seja, sem a formação de cidadãos democráticos. E “[...] a formação de cidadãos democráticos supõe a preexistência destes como educadores do povo, tanto no Estado quanto na sociedade civil” (MOUGNIOTTE, 1994, p. 206).

1.1.Contextualização teórica sobre a Educação para a Democracia

“Nada é mais forte do que uma ideia cujo tempo chegou.” (Victor Hugo)

Benevides (1996) entende que a educação em prol da Democracia exige conhecimentos básicos da vida social e da política (entendida como educação política ou letramento político) e a correspondente formação ética¹² (compreendida como educação para a cidadania).

É necessário então, acerca da prática de educação política no âmbito do Legislativo, explicar um modelo de educação a partir da utilização de linguagem dialógica e acessível, em que

¹² O termo “ética” deriva do grego *ethos* (caráter), ou modo de ser de uma pessoa, que, por viver em sociedade, absorve, da história e da cultura de seu meio, um conjunto de valores morais e princípios sociais que norteiam a sua conduta dentro dessa mesma sociedade. Seu estudo não é o escopo deste trabalho, mas sua compreensão é determinante em cidadania e Democracia – e consequentemente em Educação para a Democracia.

a discussão, a troca de ideias e de opiniões contribuam para a construção dessa prática educativa e dos conceitos decorrentes dela, com vista ao entendimento do cidadão na sociedade e das suas instituições, ditas democráticas.

As expressões educação política, educação para a cidadania, educação para a democracia, educação para a cidadania democrática, educação em direitos humanos, educação comunitária, educação para cidadania global, educação para a paz, educação para a diversidade ou a educação para a cidadania multicultural e o letramento político estão relacionadas ao tipo de abordagem de espaço e contexto, o que justifica a adoção de um termo em detrimento do outro (COSSON, 2011).

No campo semântico, a polissemia de termos relacionados à educação política é explicada por Cosson (2011) a partir de sua abordagem, de sua prática, de seus espaços e seus contextos, “nem sempre compatíveis umas com as outras” (COSSON, 2011, p. 2). Explica o autor que, sobre os fundamentos e as conceituações acerca de educação política,

Para cada uma dessas expressões, é possível mapear conceitos e metodologias, afora os espaços e os contextos de uso que lhes são subjacentes, entre outros aspectos, indicando com a sua adoção a diferença que se deseja destacar frente às outras denominações. (COSSON, 2011, p. 3)

Nesse cenário se passa a contextualizar a Educação para a Democracia, a partir de Benevides (1996), para quem o termo Educação para a Democracia representa opção teórica e prática para desenvolver e discutir a educação política a serviço da Democracia¹³. No entendimento de Benevides (1996), a Educação para a Democracia (EPD) comporta duas dimensões:

[...] a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis, pois numa sociedade verdadeiramente democrática ninguém nasce governante ou governado, mas pode vir a ser, alternativamente - e mais de uma vez no curso da vida -- um ou outro. (BENEVIDES, 1996, p.227)

Para a abordagem dessas duas dimensões da EPD, Benevides (1996) destaca os três elementos para a compreensão: a formação intelectual e a informação, a educação moral e a educação do comportamento.

1. *A formação intelectual e a informação* - da antiguidade clássica aos nossos dias trata-se do desenvolvimento da capacidade de conhecer para melhor escolher. Para formar o cidadão é preciso começar por informá-lo e introduzi-lo às diferentes áreas do

¹³ A explicação está na tese de livre docência ‘A Cidadania ativa’ de Benevides (1996), que aprofunda a discussão sobre soberania popular e coloca em questão no que consistiria a educação política, concluindo ser indispensável à associação entre Democracia e educação política do cidadão, para desenvolver o significado de soberania popular.

conhecimento, inclusive através da literatura e das artes em geral. A falta, ou insuficiência de informações reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação. No Brasil, aqueles que não têm acesso ao ensino, à informação e às diversas expressões da cultura *lato sensu*, são, justamente, os mais marginalizados e "excluídos".

2. *A educação moral*, vinculada a uma didática de valores que não se aprendem intelectualmente apenas, mas sobretudo pela consciência ética, *que é formada tanto de sentimentos quanto de razão*; é a conquista de corações e mentes.

3. *A educação do comportamento*, desde a escola primária, no sentido de enraizar hábitos de *tolerância* diante do diferente ou divergente, assim como o aprendizado da cooperação ativa e da subordinação do interesse pessoal ou de grupo ao interesse geral, *ao bem comum*. (BENEVIDES, 1996, p.229)

Quando é feita a associação entre as duas dimensões - **a formação para os valores republicanos e democráticos e para a tomada de decisões políticas em todos os níveis**, considerando-se estes três elementos - **a formação intelectual e a informação, a educação moral e a educação do comportamento** -, evidencia-se que a tarefa da Educação para a Democracia é a formação de cidadãos que objetivam uma sociedade participativa e uma nação soberana e que conseqüentemente “[...] visa fortalecer o povo perante o Estado, e não o contrário” (BENEVIDES, 1996, p. 228). Grifo nosso.

Assim, ao contextualizar o Legislativo como instituição pilar da Democracia e como caixa de ressonância das demandas da sociedade (Habermas, 1997) com função educativa além da representativa, a prática da Educação para a Democracia ganha, como espaço para a sua realização, o Legislativo brasileiro, seja diretamente pelas Casas Legislativas, em seus diferentes níveis, seja pelas respectivas Escolas do Legislativo.

1.2. Legislativo Educativo

“Uma sociedade democrática é aquela que vai conseguindo democratizar todas as suas instituições e práticas.” (Bobbio)

Na obra “História do Poder Legislativo no Brasil”, Brigagão (2003) conta a história do povo brasileiro por meio das ideias que circularam em ambas as Casas Legislativas, Senado Federal e Câmara dos Deputados, desde o início de sua existência. Silva Neto (2003) discorre,

com riqueza de detalhes, sobre o assentamento das bases da Democracia a partir da instalação do Poder Legislativo em 17 de abril de 1823¹⁴, nos últimos 190 anos do Parlamento brasileiro.

Em meio ao processo legislativo, circulam as ideias, as vontades e as necessidades da população brasileira. Conceitualmente, processo legislativo é o conjunto de disposições que disciplinam o procedimento a ser observado pelos órgãos competentes em relação às espécies normativas, previstas no art. 59 da CF¹⁵, desde a elaboração, a tramitação, a discussão, a votação, a deliberação (aprovação ou rejeição) até a sanção, com ou sem vetos.

Nessa linha, analisa-se o caráter educacional de uma instituição política como a Câmara dos Deputados, que, ao ser palco dos debates e das decisões nacionais em meio ao processo legislativo, possibilita a interação política com o público externo. No seu existir e no seu cotidiano, a Câmara dos Deputados interfere no agir e no pensar das pessoas. Reside aí outra justificativa deste trabalho - a reflexão sobre a função educadora do Poder Legislativo, que pretende funcionar sob a égide de uma democracia sempre em transformação.

No ciclo histórico do Poder Legislativo brasileiro, reside a importância de seu papel na história e no movimento de democratização do Brasil, com reflexos sobre importante função do Legislativo, que faz “a educação política para o país” (BAGEHOT, 2005, p. 117). Como ressalta Bagehot (2005), ainda que faça referência à Câmara dos Comuns na Inglaterra, “[...] há a função legislativa, cuja importância seria pueril negar, mas, em meu sentir, não é em verdade tão grande como a função que faz do parlamento um foco de educação política para o país” (BAGEHOT, 2005, p. 117).

Na reflexão a respeito de educação política dentro do contexto institucional como prática social e educativa comprometida com os valores e os conhecimentos do Poder Legislativo, o termo “Educação para a Democracia” passa a ser utilizado pela Câmara dos Deputados, ao estender as dimensões de EPD, na concepção de Benevides (1994), e uni-las às concepções da educação legislativa.

No âmbito do Legislativo, a educação legislativa

[...] deve consistir na produção e disseminação de saberes próprios do Legislativo, para serem compartilhados em uma comunidade educacional formada por servidores da Câmara dos Deputados e de outras casas legislativas, servidores de outras instituições

¹⁴ Alguns autores entendem que o Poder Legislativo no Brasil passou a existir no período do Império, com a Constituição de 1824, primeira Constituição do Brasil independente (BELLO, 2001; BRIGAGÃO, 2003).

¹⁵ “Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de: I - emendas à Constituição; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - medidas provisórias; VI - decretos legislativos; VII - resoluções. Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.”

públicas, agentes das organizações da sociedade civil que atuam junto ao Parlamento, estudantes e, incorporando a todos, o cidadão, que é o público definidor da existência institucional (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014, sítio da CD).

Assim, para o Poder Legislativo, a Educação para a Democracia é prática educativa que reúne várias metodologias, para desenvolver um conjunto de ações que defendem o papel da 1) educação para a cidadania - e da sua capacidade de formar cidadãos; 2) da educação política – que transforma cidadãos em atores ativos politicamente - e 3) da educação legislativa, que compartilha conhecimentos e valores do Poder Legislativo para aprimoramento da representação democrática.

A educação legislativa e a educação política são utilizadas como conjunto de procedimentos que objetivam melhorar a função mediadora do Poder Legislativo, aqui representado pela Câmara dos Deputados (HENRIQUE, 2011). A emergência dessa nova prática educativa, a Educação para a Democracia, mediante ações e programas específicos, proporciona aos mais diferentes públicos-alvo conhecimento, inserção e participação social e possibilidade de relação diferenciada entre a sociedade e o Parlamento.

No âmbito institucional, especificamente na Câmara dos Deputados, a distinção entre educação legislativa e educação política é possível a partir dos objetivos de suas ações e seus programas educacionais (COSSON, 2008). O objetivo dos atos que envolvem educação legislativa está relacionado à produção e à divulgação de conhecimento sobre o Legislativo e ao treinamento e ao desenvolvimento dos servidores desse Poder.

O conhecimento da história, da organização e do funcionamento do Poder Legislativo, a sua conformação e a sua importância, como pilar da Democracia, podem permitir que a sociedade reconheça o valor do Parlamento. Assim, começam a ser chancelados pela Câmara dos Deputados, como Educação para a Democracia, programas e ações que reúnem os objetivos da educação política e da educação legislativa para a promoção de mais aproximação entre o Legislativo e a sociedade (COSSON, 2008; ROCHA, 2011).

Para Marques-Júnior (2008), a Educação para a Democracia caracteriza-se como o conjunto de ações e programas desenvolvidos mediante a apropriação - tanto por parte de agentes do Legislativo, quanto da sociedade - de práticas, conhecimentos e valores para a formação da cidadania e a manutenção da Democracia. No âmbito do Poder Legislativo, configura prática emblemática, que se concretiza com a associação da educação política e da educação legislativa, em prol da Democracia.

Nesse sentido, as escolas do Legislativo estão inseridas na prática da educação política institucional, quando, além de treinar e aperfeiçoar os quadros de pessoal das respectivas Casas Legislativas, passam a promover educação política, por programas e ações desenvolvidos com o objetivo de proporcionar ao público externo conhecimento político e saberes relacionados ao Poder Legislativo – processo legislativo, formas de representação, valores relacionados à cidadania e à Democracia, entre outros.

As escolas do Legislativo foram criadas a partir dos anos 90, quando o Estado brasileiro buscava a profissionalização do serviço público, em decorrência da edição da Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1998, que alterou o art. 39 da Constituição Federal¹⁶ e modificou as regras constitucionais aplicáveis aos agentes e aos servidores públicos.

Surgidas da necessidade de dotar o profissional do Legislativo de conhecimento técnico mais abrangente e de conhecimento específico sobre esse Poder, as escolas são compreendidas como marco que, com o passar dos anos, desencadeou o início de várias ações que começaram a situar a educação política como estratégia para reforçar a importância e o papel do Legislativo no Estado Democrático de Direito – a Educação para a Democracia. “A Educação para a Democracia ou para a cidadania política reclamada por muitos parece encontrar finalmente um lugar próprio nas Escolas do Legislativo.” (COSSON, 2008, p. 47).

Assim, cresce o interesse das Casas Legislativas em investir na formação e no aperfeiçoamento de seus quadros, que assinala a preocupação e a importância da função educadora do Poder Legislativo, para os públicos interno e externo, em diferentes contextos.

Conseqüentemente, o crescente número das Escolas do Legislativo demonstra a emergência de novo cenário educacional que, conquanto com a função precípua de formar, treinar e aperfeiçoar os quadros de pessoal das respectivas Casas Legislativas, nas diferentes esferas, passa a ter suas ações ampliadas.

A primeira escola do Legislativo foi instalada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em 1993. A partir de então, o número tem se multiplicado ano a ano; até 2013 a Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas (Abel) registrava 70 unidades, com

¹⁶ “Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

[...]

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.” (BRASIL, 1988)

denominações variadas entre escola, instituto e centro, distribuídas entre 24 escolas de Assembleias Legislativas, 15 escolas de Câmaras Municipais, 25 escolas de Tribunais de Contas, 1 escola Legislativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, 3 escolas do Senado Federal e 1 escola da Câmara dos Deputados - o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor).

Em 2014, a Abel contabiliza o total de 107 escolas criadas em todo o país¹⁷. “Entre Escolas do Legislativo e de Contas (federais, estaduais e municipais: Congresso Nacional – Senado Federal e Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, Assembleias Legislativas, Tribunais de Contas Estaduais e Câmaras Municipais)”. Justifica o presidente da entidade, Florian Madruga (2014), que “[...] tem aumentado significativamente o número dessas Escolas a partir da divulgação que tem sido feita nas Câmaras Municipais”.

Algumas ações e práticas educativas do Poder Legislativo, com suas escolas do Legislativo, reafirmam a importância da educação política, do seu lugar e do seu papel. No entanto, essa via precisa ter duas mãos, ou seja, se o Legislativo gera expressivo número de conhecimentos e informações para a sociedade, o efetivo acesso a estes e a possibilidade de utilizá-los por parte da população precisam acontecer. Assim, o processo educativo passa a ser a “base e suporte para a efetiva compreensão, assimilação e uso das informações” (COSSON, 2008, p. 32), por parte dos atores sociais envolvidos.

Cosson (2008) julga que essa linha de pensamento se respalda “[...] na percepção generalizada de que a sociedade tem uma compreensão limitada do que é, para que serve e como funciona o Parlamento” (COSSON, 2008, p.45). Da mesma forma, Henrique (2011) corrobora a ideia de que a construção de um saber legislativo tende a ser eficaz, quando realizada dentro do próprio espaço e disponibilizada para o público externo.

Muitas instituições de ensino acabaram recorrendo ao Congresso, e em especial à “Casa do Povo”, em busca não só do conhecimento prático, como também de material atualizado e suporte para diferentes disciplinas, e o acesso ao nosso conhecimento perito é fundamental para que a confiabilidade derive de uma perspectiva mais benéfica à democracia, pois democracia também se aprende pelo “uso” das próprias instituições, e isto não é novidade. (HENRIQUE, 2011, p. 451)

A gênese das ações e das práticas educativas do Poder Legislativo evidencia sua importância, e até sua necessidade, pelo fator comum que todas têm, independente de nomenclatura, constituído por três grandes objetivos: treinamento e desenvolvimento dos

¹⁷ Dados e explicações fornecidos por meio de comunicação pessoal com Florian Augusto Coutinho Madruga, presidente da Abel, via correspondência eletrônica, em 12/9/2014.

servidores do Legislativo; produção e divulgação de conhecimento sobre o Legislativo e promoção de educação política ou para a Democracia, para aproximar o Legislativo da sociedade (COSSON, 2008).

1.2.1. Ações educativas da Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados, mediante o Planejamento Estratégico¹⁸ e a Gestão do Conhecimento, tem aberto espaço para atividades que, além da produção legislativa, desenvolvem o caráter educativo, para explicar o funcionamento da Instituição, como ela é formada e qual seu papel dentro de uma sociedade que pretende ser cada vez mais democrática.

Desse modo, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados - Cefor foi criado pela Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992, que ‘Cria a carreira Especialista em Atividades de Apoio Legislativo e dá outras providências.’, conforme disposto no art. 58¹⁹ dessa Resolução. A sua instituição, no entanto, ocorreu apenas em 1997, pelo ato da Mesa n. 69, de 1997, com a finalidade de regulamentar o art. 58 da Resolução nº 21, de 4 de novembro de 1992:

Art. 1º Fica instituído o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento dos Servidores da Câmara dos Deputados, subordinado à Diretoria-Geral, com a finalidade de planejar, promover, executar e avaliar programas e atividades de recrutamento, seleção, atualização, aperfeiçoamento, especialização e desenvolvimento de recursos humanos. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1997).

O Cefor funciona subordinado à Diretoria-Geral, sob a coordenação da Diretoria de Recursos Humanos, constando, entre suas atribuições, planejar e executar as atividades de formação, capacitação e letramento político, relacionadas à educação legislativa, bem como o recrutamento e a seleção de pessoas da Câmara dos Deputados (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013). E ainda:

Por intermédio de cursos de pós-graduação, cursos técnicos, educação à distância, palestras, pesquisas, estágios, processos seletivos, vídeos, publicações, o Cefor oferece aos servidores oportunidades de desenvolvimento, aperfeiçoamento e atualização de

¹⁸ O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados iniciou em 2004. Em 2007 e 2008, começou o processo de ampliação das ações desse planejamento estratégico, entre elas as ações e os programas de Educação para a Democracia.

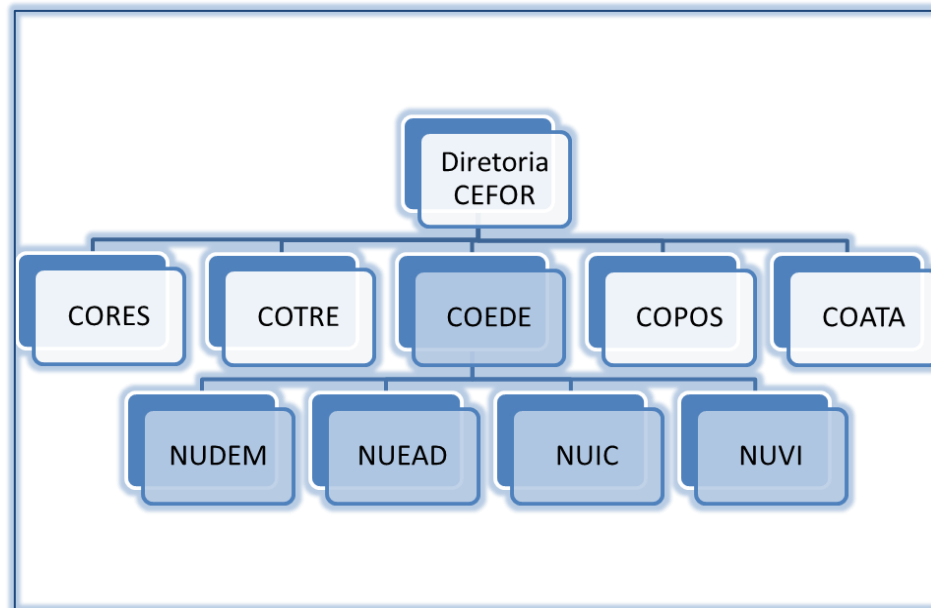
¹⁹ “Art.58 A Câmara dos Deputados manterá, na área de recursos humanos, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento dos Servidores, em molde adequado a servir de suporte básico a consolidação e ao desenvolvimento do Plano de Carreira.” (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1992)

competências profissionais e aos cidadãos instrumentos de conhecimento, compreensão e análise das funções do Poder Legislativo e de sua interação com a sociedade. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013)

Como órgão coordenador do CEFOR, a Diretoria de Recursos Humanos estabelece qual política de aperfeiçoamento de recursos humanos será desenvolvida pelo Centro, além de gerir os recursos orçamentários. Dentro da estrutura administrativa da Câmara dos Deputados, o Cefor subdivide-se em cinco coordenações/áreas: 1) Coordenação de Recrutamento e Seleção – Cores; 2) Coordenação de Treinamento – Cotre; 3) Coordenação de Educação para a Democracia – Coede; 4) Coordenação de Pós-graduação – Copos e 5) Coordenação de Apoio Técnico-administrativo – Coata.

As cinco coordenações são classificadas e nomeadas de acordo com suas atividades, conforme o Quadro a seguir:

Quadro 1 - Organograma do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento



Fonte: Elaboração própria

A Coordenação de Educação para a Democracia (Coede) é o setor do Cefor que articula boa parte das atividades e dos programas destinados à educação política, denominada institucionalmente de Educação para a Democracia. Assim, a Coede “[...] procura desenvolver ações visando ao letramento político dos cidadãos, por meio de diversificadas metodologias, integrando práticas e valores relacionados à representação política e ao processo legislativo na

Câmara dos Deputados”. (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Para auxiliar o desenvolvimento de suas atividades, a Coede conta com quatro núcleos de trabalhos²⁰.

O Cefor, por intermédio da Coede, desenvolve atividades e programas que objetivam a formação de valores para a cidadania, o conhecimento político e a educação legislativa, como mostra a seguir o Quadro-resumo, relacionando ações, atividades e programas de Educação para a Democracia desta Coordenação.

Quadro 2 - Quadro-resumo dos programas de Educação para a Democracia da Coede

| AÇÕES, ATIVIDADES E PROGRAMAS | CARACTERÍSTICAS |
|--|---|
| Parlamento Jovem Brasileiro Criado em: 2004 Periodicidade: anual | Para estudantes no 2º e 3º ano do ensino médio, escolas públicas ou particulares. Objetiva dar vivência do processo político e democrático com simulação da jornada parlamentar na Câmara dos Deputados. |
| Estágio-Visita Criado em: 2003 Periodicidade: mensal | Para universitários que, durante cinco dias, participam de palestras, debates, visitas, vivências e simulações que possibilitam o desenvolvimento de conhecimentos sobre Democracia e papel do Legislativo. |
| Estágio Cidadão Criado em: 2004 Periodicidade: mensal | Programa de formação de estudantes universitários, estagiários na Casa, proporcionando conhecimentos do processo político-democrático, dentro do contexto de atuação da Câmara dos Deputados. |
| Escola na Câmara Criado em: 2008 Periodicidade: mensal | Projeto de visita guiada à Câmara dos Deputados, com aula interativa de especialista da Casa, dirigida a alunos do ensino médio das escolas das redes de ensino pública e particular do Distrito Federal, também chamado de Programa de Visitaçã Pedagógica . |
| Missão Pedagógica no Parlamento Criado em: 2011 Periodicidade: anual | Oferece aos educadores formação em educação para a Democracia, para fazer da escola um espaço privilegiado para a vivência de experiências e valores democráticos e o fortalecimento da cidadania. |
| Oficina de Atuação no Parlamento Criado em: 2013 Periodicidade: semestral | É curso presencial direcionado a membros da sociedade civil organizada (associações, sindicatos, ONGs e OSCIPs), para apresentar a esse público o funcionamento e o papel do Poder Legislativo, informações e canais de comunicação da Câmara dos Deputados com a população, bem como ferramentas para acompanhar e participar do processo de elaboração de leis. |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do sítio da Câmara dos Deputados (2014)

²⁰ Em sua estrutura, a Coede foi, inicialmente, concebida com quatro núcleos: o Núcleo de Educação à Distância – Nuead, inserido no âmbito da Coede pelas possibilidades que oferece essa modalidade de ensino; o Núcleo de Formação para a Democracia – Nudem, responsável por coordenar os programas presenciais já existentes na Câmara e trabalhar no planejamento de novas atividades; o Núcleo de Criação - Nucri, com o objetivo de desenvolver materiais didáticos e de divulgação, e o Núcleo de Vídeo, com a missão de iniciar trabalho de produção de vídeos voltados ao letramento político. Posteriormente, o Nucri deixou de integrar a Coordenação e passou a compor a estrutura do gabinete da direção do Cefor; em 2010, foi criado, no âmbito da Coede, o Núcleo de Interação Cidadã, com foco nos setores organizados da sociedade e em outras instâncias do Poder Legislativo (ROCHA, 2011).

Além dos programas realizados pelo Cefor, a Câmara dos Deputados desenvolve uma série de atividades institucionais que promovem a educação política, a exemplo do Plenarinho, da Politeia, do Eleitor Mirim, entre outros. Também com o objetivo de aproximar o cidadão do Poder Legislativo, a Câmara dos Deputados desenvolve uma série de programas institucionais que promovem a educação para a cidadania e a inclusão social, bem como estimulam a adoção de práticas voltadas ao uso sustentável dos recursos. É o caso dos programas “Bosque dos Constituintes”; “Eco Câmara”; “Medalha Mérito Legislativo”; “Programa de Acessibilidade”; “Programa Pró Adolescente”; “Programa Pró Equidade de Gênero e Raça”, entre outros.

Assim, diversos setores da CD buscam a articulação do que seria a educação política ideal com foco na formação de vários segmentos da sociedade de acordo com seus propósitos (COSSON, 2008). Dessa forma, por meio de programas educativos, é permitida a ação direta do Legislativo na sociedade, como forma de resgatar sua imagem (COSSON, 2008, p. 46).

Os esforços para melhor definir e conceituar a educação política e o papel na consolidação do atual Estado Democrático de Direito e as bases normativas possibilitam perceber as conexões existentes entre a educação política e a Democracia (OLIVEIRA, 2008; LOPES, 2010; VIRGÍNIO, 2011). Por sua vez, elas escoram a construção da articulação prático-teórica da Educação para a Democracia trazida neste trabalho em relação à função social advinda da junção da educação política e da educação legislativa, no âmbito do Legislativo.

A justificativa para a prática e a promoção da Educação para a Democracia é proporcionar conhecimento e informação que favoreça a formação do cidadão, para que entenda onde está inserido, quais seus direitos e seus deveres e quais contribuições pode dar à sociedade com sua participação. Nesse sentido, o MPP serve ao objetivo deste estudo: analisar como o Programa atua na formação cívico-política dos professores que dele participam.

1.3 Educação para a Democracia e o MPP

“Não existe, no Governo, coisa nenhuma que não proceda do Povo e um Povo no qual morreu o espírito de iniciativa e a aptidão de arrumar-se por si mesmo, continua cada vez menos a agir por si mesmo, até que, por fim, Povo e Governo se reduzem a igual impotência”. (Os Princípios da Prosperidade – H. Ford)

Este trabalho traz para reflexão a Educação para a Democracia relacionada a dois espaços privilegiados de produção de conhecimento e transmissão de valores - a Câmara dos Deputados e a escola -, em que o MPP é a ponte sendo construída entre eles. A última justificativa deste trabalho se relaciona com a identificação do MPP como o programa de Educação para a Democracia da Câmara dos Deputados, que reúne um conjunto de fatores determinantes na construção de conhecimentos e valores relacionados à cidadania, à Democracia e ao Poder Legislativo.

O MPP tem condições de ampliar a prática da Educação para a Democracia, exatamente pela relação que pretende estabelecer com os professores. Segundo justifica Virginio (2000), “[...] o aprofundamento e horizontalização do campo político nestes espaços de interação social [escolas] torna-se condição *sine qua non* para ampliar e aprofundar o conceito de cidadania” (VIRGINIO, 2000, p. 44). Destacam-se as ponderações do autor sobre a importância do ambiente escolar nesse processo.

Algumas características do MPP conectam a CD e a escola com o estabelecimento dessa nova relação entre a sociedade política e a civil, por meio da Educação para a Democracia. Tais práticas educativas

[...] vão redimensionando o lastro do conceito de cidadania e criando, desta forma, uma nova relação entre sociedade política e sociedade civil [...] A perspectiva de construção de uma escola que possibilite a experimentação da participação como método de aquisição de conhecimentos para a resolução dos problemas coloca-a na condição de polo gerador de cidadãos ativos (VIRGINIO, 2000, p. 45).

Assim, a escola representa o espaço adequado para ser a oficina que forja o cidadão, por reunir, por um lado, o conjunto de métodos e procedimentos no processo de ensino-aprendizagem e, por outro, os atores envolvidos no processo de construção de cidadania: professores e alunos (VIRGINIO, 2000).

Nesse viés, o projeto original do MPP identifica os objetivos norteadores do Programa:

- Contribuir para a valorização da escola como espaço privilegiado para a vivência de experiências e valores democráticos;
- Contribuir para a criação de uma rede nacional de professores sensibilizados para a importância de que a Educação para a Democracia seja inserida nas práticas pedagógicas das escolas brasileiras;
- Fornecer aos professores subsídios didáticos que contribuam para a inserção de temas relativos à democracia e à cidadania no cotidiano escolar;
- Contribuir para o fortalecimento da imagem institucional da Câmara dos Deputados como guardiã e defensora da democracia brasileira, ressaltando seu papel institucional de promotora da democracia.

- Criação de um banco de projetos pedagógicos na área de educação para democracia, o qual será disponibilizado para a sociedade brasileira. (MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO, 2010).

Em sentido similar, Demo (1996) elenca os elementos que devem estar presentes em um projeto que envolve educação/formação para a cidadania e para a Democracia:

- [...] a) a noção de **formação**, não de adestramento, pois parte da potencialidade do educando, assumindo-o como interessado primeiro do processo;
- b) a noção de **participação**, de **autopromoção**, de **autodefinição**, ou seja, o conteúdo central da política social, entendida como realização da sociedade participativamente desejada;
- c) a noção de **sujeito social**, não de objeto, de paciente, de cliente, de elemento;
- d) a noção de **direitos** e de **deveres**, sobretudo os fundamentais, tais como os direitos humanos, os deveres dos cidadãos, o direito à satisfação das necessidades básicas, o direito à educação, etc.;
- e) a noção de **democracia**, como forma de organização socioeconômica e política mais capaz de garantir a participação como processo de conquista;
- f) a noção de **liberdade**, **igualdade**, **comunidade**, que leva à formação de ideologias comprometidas com processos de redução da desigualdade social e regional, com o desenvolvimento, a qualidade devida e o bem-estar culturalmente definidos, com a satisfação das necessidades básicas e a garantia dos direitos fundamentais, inclusive justiça e segurança pública;
- g) a noção de acesso à **informação** e ao **saber**, como instrumentos de crescimento da economia e da sociedade, bem como de **participação política** (grifo nosso);
- h) a noção de acesso a **habilidades** (grifos no original) capazes de potenciar a criatividade do trabalho, visto aqui como componente cultural, mais do que como simples elemento produtivo (DEMO, 1996, p. 52-53).

A escolha do MPP, entre outros programas de Educação para a Democracia da CD, está relacionada à intersecção dos elementos elencados por Demo (1996) como necessários em um projeto relacionado com cidadania e Democracia com os objetivos do MPP. O Programa, ao propor ações e atividades com os professores da rede pública dos Ensinos Fundamental e Médio, reforça o potencial da escola pública como oficina que “forja o cidadão” (VIRGINIO, 2000)²¹, conforme disposto na LDB, 1996²².

As ações e os programas de Educação para a Democracia da Câmara dos Deputados em geral, e especialmente o MPP, para os fins deste trabalho, auxiliam no tratamento de temas

²¹ Este autor aprofunda a abordagem sobre o tema escola e o seu papel relacionado à cidadania, na dissertação de mestrado, que merece leitura mais acurada, considerando não ser escopo deste trabalho analisar o papel da escola de forma mais substantiva, que ela merece. Para mais detalhes, ver Virgínio (2000).

²² A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, no art. 32, salienta que o Ensino Fundamental objetiva a formação básica do cidadão, a partir de I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL. CONGRESSO NACIONAL, 1996).

transversais,²³ ao disponibilizarem acesso ao conhecimento especializado sobre o Parlamento brasileiro (HENRIQUE, 2011) e sobre práticas para a cidadania e a Democracia com suporte muito específico.

Para Andrade (2003), o ideal seria que cada vez mais cidadãos acessassem os fluxos de ideias e estruturas formais do processo legislativo. “Compete também ao cidadão a capacidade de pensar, ter ideias e participar do processo legislativo e do processo de elaboração das leis, capacidade não delegada aos seus representantes, se não sua representação política.” (ANDRADE, 2003, p. 2)

Professores são atores sociais incorporados no cotidiano das escolas e das respectivas comunidades. Não são agentes reprodutores, ou apenas disseminadores de conhecimentos, conteúdos e valores. O MPP mostra potencial como ação de Educação para a Democracia, por ser direcionado a professores, público-alvo, segmento especializado da sociedade. Mas é preciso refletir sobre o papel do professor e o da escola para o Programa.

Nesse sentido, somam-se questionamentos para reflexão. Indaga-se se a organização e a disseminação dos saberes próprios do Legislativo (educação legislativa) proporcionam melhor entendimento dos professores em relação ao papel do Legislativo no Estado Democrático de Direito. Questiona-se ainda se a prática da Educação para a Democracia, por meio do MPP, fortalece a relação entre o cidadão-professor e a Câmara dos Deputados e se o conteúdo ofertado pelo MPP prepara o professor-cidadão, para participar mais ativamente na sociedade em prol dos valores de cidadania com vistas ao fortalecimento da Democracia.

Por se tratar de programa institucional, existem questionamentos específicos: qual o interesse da CD em promover EPD? Existe distanciamento entre a sociedade e o Legislativo, a ponto de a Instituição precisar se preocupar com ações que visem a aproximação, e se a EPD reforça a posição do Poder Legislativo como órgão mediador entre o Estado e a sociedade.

Tais questionamentos serão respondidos no próximo Capítulo, com as informações trazidas pelos organizadores do MPP, e também no Capítulo 3, com a análise das informações

²³ Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam os objetivos e o compromisso com a construção da cidadania em meio à prática educacional voltada à compreensão da realidade social e dos direitos e das responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual. Os objetivos e os conteúdos dos Temas Transversais devem ser incorporados nas áreas existentes e no trabalho educativo da escola. Essa forma de organizar o trabalho didático recebeu o nome de transversalidade. (BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997).

obtidas por meio dos questionários aplicados aos professores que participaram das edições do Programa em 2013 e 2014.

As reflexões acerca da prática da Educação para a Democracia pretendida pelo MPP permitem a interlocução entre os conceitos de cidadania e de democracia; de política e educação; de ética e moral. A partir dessas reflexões e da sua contextualização no cenário sociopolítico brasileiro, esta investigação explica a emergência da Educação para a Democracia no âmbito do Legislativo, a sua finalidade e as possíveis consequências.

2 ESCOLHA DO PROGRAMA “MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO”: CONSIDERAÇÕES GERAIS E METODOLÓGICAS

“A pátria não subsiste sem liberdade, nem a liberdade sem a virtude, nem a virtude sem os cidadãos... Ora, formar cidadãos não é questão de dias, e para tê-los adultos é preciso educá-los desde crianças.” (Rousseau)

Pelo escopo, o Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” foi, entre as ações da Coede/Cefor na Câmara dos Deputados, o escolhido para servir aos propósitos deste trabalho. Criado com o intuito de oferecer aos professores da rede pública do Ensino Básico²⁴ formação em Educação para a Democracia, o Programa oferece aos participantes uma semana com atividades presenciais de formação e aprendizado em Brasília, para compartilhar “[...] saberes e práticas para fazer da escola um espaço privilegiado para a vivência de experiências e valores democráticos e para o fortalecimento da cidadania” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

O Programa existe há quatro anos e busca contribuir para a formação de professores comprometidos com os valores democráticos e de cidadania. Então, o problema desta pesquisa é identificar como ou de que forma este Programa de Educação para a Democracia, o MPP, atua em um segmento, uma categoria especializada como a dos professores; qual a contribuição do MPP, ao ofertar conhecimento político e legislativo aos professores participantes do Programa, e se, como ação institucional, o MPP melhora a percepção desses professores em relação ao Legislativo.

Importa, neste ponto, retornar aos objetivos que norteiam este trabalho, para prosseguir a análise: a) descrever o que é e como funciona o MPP; b) refletir sobre os objetivos do MPP como programa de Educação para a Democracia e como ação institucional e c) identificar a percepção sobre o Poder Legislativo, especificamente sobre a Câmara dos Deputados, entre os professores participantes do MPP antes e depois de sua participação no Programa, a fim de verificar se há mudanças nessa percepção.

²⁴ O ensino básico ou a educação básica compreende o Ensino Fundamental e o Médio. Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação para os anos 2011-2020 (Lei nº 13.005/2014). Outros documentos fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A estrutura para apresentação do trabalho trouxe o referencial teórico no Capítulo 1. No Capítulo 2, são tratadas as questões metodológicas da pesquisa, com as respectivas justificativas para a metodologia adotada. Elabora-se retrospectiva do MPP desde a sua origem até a quarta edição, em 2014. A retrospectiva resulta do levantamento bibliográfico e documental realizado sobre o Programa e da interlocução dos dados e das informações colhidas nas entrevistas com os organizadores do MPP, realizadas entre maio e junho de 2013, e com três coordenadores do Programa na edição de 2014, efetivadas em setembro de 2014.

Também são apresentadas considerações sobre o primeiro conjunto de dados, com os organizadores e os coordenadores do MPP. Para analisar as entrevistas, foram considerados os seguintes aspectos: a identificação da equipe; as informações sobre o planejamento, a organização e a realização do MPP; as informações sobre as atividades, o público-alvo e o conteúdo do MPP e a relação do MPP com o Poder Legislativo.

O Capítulo 3, por sua vez, traz o segundo e o terceiro conjuntos de dados levantados por meio dos questionários aplicados aos participantes das edições de 2013 e 2014 (antes e depois do Programa).

2.1.Considerações metodológicas

"Quando os ventos da mudança sopram, alguns constroem abrigos, outros, moinhos." (Claus Möller)

Por entender que esta pesquisa trabalha com dados identificados e não propriamente medidos, como intenções, percepções, valores, atitudes, situações, fenômenos, optou-se pela pesquisa qualitativo-descritiva, que, para Marconi e Lakatos (2006), consiste “[...] em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou isolamento de variáveis principais ou chave” (MARCONI E LAKATOS, 2006, p. 187).

O MPP está na 4^o edição e para a finalidade desta pesquisa tem 2 grupos de atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem na prática da Educação para a Democracia: organizadores e professores²⁵. A história do MPP e o fato de o Programa ser o mais novo entre os

²⁵ Os alunos dos professores participantes do MPP também são atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de EPD, mas não fazem parte desta pesquisa.

levantados na fase das pesquisas bibliográfica e documental resultaram no planejamento e na estruturação que mesclam métodos de estudo exploratório com os de estudo descritivo.

Assim, metodologicamente, o planejamento da pesquisa foi baseado na utilização de várias fontes de informação: documental, bibliográfica, entrevistas, questionários e um relatório das atividades acompanhadas durante a realização do módulo presencial nas edições de 2013 e 2014, estratégia a qual confere mais vigor e robustez ao trabalho. Essa também é a justificativa para a apresentação do trabalho em relação à disposição dos três conjuntos de dados: o primeiro conjunto foi reunido a partir dos levantamentos bibliográfico e documental, somados aos dados da pesquisa empírica feita por meio de entrevistas com cinco organizadores do MPP, na edição de 2013, e com os coordenadores do Programa em 2014, e se encontram no Capítulo 2. Os outros dois conjuntos de dados obtidos a partir do acompanhamento dos módulos presenciais nas edições 2013 e 2014 e, dos questionários aplicados aos professores participantes do MPP em 2013 e em 2014, estão apresentados no Capítulo 3.

Para Moreira (2002), a pesquisa qualitativa conta com algumas características próprias como interpretação, foco, ênfase na subjetividade, flexibilidade na condução do estudo, interesse no processo e não no resultado e contexto ligado ao comportamento das pessoas e à formação da experiência. O autor também reconhece existir influência da pesquisa sobre a situação e haver influência no pesquisador da situação de pesquisa (MOREIRA, 2002).

Ao se considerar que o aspecto qualitativo de uma investigação pode ser identificado a partir das informações quantitativas e vice-versa, o enfoque adotado “[...] é que, de fato, exige uma metodologia qualitativa ou quantitativa” (RICHARDSON, 2008, p. 79).

A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, e há outros que exigem diferentes enfoques e, conseqüentemente, uma metodologia qualitativa (RICHARDSON, 2008, p. 79).

Nesse sentido, é possível utilizar várias fontes de informações, desde que sejam úteis para as finalidades da pesquisa, permitam mais diversificação de tópicos de análise e também possam corroborar o fenômeno analisado (YIN, 2010). Para Gil (2009), a utilização de múltiplas informações evidencia contextos diversos que auxiliam na elaboração de uma pesquisa de qualidade, a fim de aumentar os benefícios analíticos.

Para analisar o MPP, foram realizados levantamentos bibliográfico e documental, que permitiram a identificação dos atores envolvidos com o Programa: os organizadores e os

professores. Também permitiram coletar as primeiras informações sobre o Programa e balizaram a estruturação das perguntas para as entrevistas com os organizadores e para os questionários aplicados aos professores em 2013.

Dentro da proposta metodológica adotada, o levantamento bibliográfico possibilitou a composição do quadro teórico de forma a refletir sobre o MPP e analisá-lo como atividade de Educação para a Democracia. Assim, a identificação da demanda por educação política, como instrumento de aproximação entre a sociedade e o Legislativo, foi possível a partir tanto da pesquisa documental, quanto da bibliográfica.

Oliveira (2007), ao distinguir entre a pesquisa bibliográfica e a documental, explica que

[...] a bibliográfica é o estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica [...] a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Argumenta ainda que o fim da modalidade de pesquisa bibliográfica é permitir que os pesquisadores tenham contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo e frisa que “[...] o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

O conhecimento e o resgate de documentos como o Estatuto da Abel, Resoluções e Atos da Mesa de algumas Casas Legislativas, especialmente da Câmara dos Deputados, o projeto original do MPP, pesquisas em sítios e peças de divulgação, deram acesso a informações relacionadas à Abel, ao Cefor, à Coede e ao MPP e permitiram a aproximação com a história e os objetivos destes. A estratégia de proceder à pesquisa documental é importante, segundo Cellard (2008), porque

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Neste trabalho, para conhecer, caracterizar e analisar o MPP, foi realizado o levantamento das informações sobre o Cefor e a Coede e o dos seus programas de Educação para a Democracia. Essa etapa da pesquisa, além de propiciar o conhecimento dos programas que

proporcionam educação política a diversos segmentos da sociedade, balizou a escolha do MPP como foco do estudo e também definiu a necessidade de iniciar a pesquisa já em 2013.

Assim, a opção pelo MPP entre os programas da Coede está relacionada a duas características emblemáticas do Programa: 1) considerar a escola como espaço adequado para formação e transmissão de valores e conhecimentos; 2) considerar o professor como potencial disseminador de valores e conhecimentos. A associação dessas características com a prática da Educação para a Democracia, proposta pelo MPP, conduz à análise de eventuais reações ou impactos entre os professores que participam do Programa.

Dessa forma, a opção de iniciar a pesquisa em 2013 justifica-se por auferir a percepção dos professores participantes em duas edições do Programa dentro do prazo de conclusão do estudo. O módulo presencial do Programa (5 dias em Brasília) acontece entre agosto e setembro de cada ano. Deixar para aplicar os questionários no segundo semestre de 2014 reduziria o prazo e as condições para possíveis correções de rumo em relação à pesquisa empírica (coleta e análise de dados) e à elaboração da dissertação (qualificação e defesa).

Após os levantamentos bibliográfico e documental, a pesquisa em 2013 foi dividida em três etapas: 1ª) entrevista com os organizadores do MPP, em 2013 (Apêndice A); 2ª) questionários aplicados aos professores participantes do MPP/2013, antes e depois do módulo presencial, em Brasília (Apêndices C e D), e 3ª) acompanhamento das atividades durante a realização do módulo presencial, em 2013, de 26 a 30/8/2013 (Apêndice G).

Em 2014, para os ajustes na pesquisa, os procedimentos foram refeitos, com alterações na estruturação da entrevista com os organizadores e nos questionários dos professores para as três etapas: 1ª) entrevistas com os dois organizadores que estavam fora em 2013 e com os coordenadores do Programa em 2014 (Apêndice B); 2ª) aplicação dos questionários aos professores participantes do MPP/2014, antes e depois do módulo presencial, em Brasília (Apêndices E e F), e 3ª) acompanhamento das atividades durante a realização do módulo presencial de 2014, de 1º a 5/9/2014.

A pesquisa em 2013 funcionou como pré-teste, que identificou a necessidade de executar todo o percurso em 2014, com a formulação de novas perguntas, tanto para as entrevistas com os organizadores, quanto para o questionário com os professores, e, assim, melhor direcionar o trabalho.

Uma das técnicas aplicadas, portanto, foi a realização de entrevistas estruturadas com os organizadores do Programa. As entrevistas da 1ª etapa foram realizadas em 22, 27 e 29/5/2013 e em 7/6/2013, nas dependências do Cefor, perfazendo 2 horas, 46 minutos e 26 segundos de entrevistas, variando de 25 a 53 minutos de duração cada uma delas. O grupo, em 2013, era composto por cinco servidores da Coede.

A utilização da técnica de entrevista representa estratégia para a coleta de dados em que o pesquisador objetiva a obtenção de resultados mais qualitativos.

O termo *entrevista* é construído a partir de duas palavras, *entre* e *vista*. *Vista* refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. *Entre* indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo *entrevista* refere-se ao *ato de perceber realizado entre duas pessoas* (RICHARDSON, 1999, p.207).

No caso, as entrevistas com os organizadores do MPP foram realizadas para obter informações e dados não encontrados nos levantamentos documental e bibliográfico, que puderam ser fornecidas por pessoas específicas, no caso, que organizam o MPP, principalmente por estarem entre eles dois dos idealizadores do Programa. São cinco profissionais da Instituição responsáveis pelo MPP, idealizadores e organizadores do Programa, que na primeira etapa foram identificados como A, B, C, D e E, pelo compromisso de sigilo assumido.

Em 2014, foram entrevistados mais três organizadores (entrevistados F, G e H), que passaram a compor o grupo, totalizando oito servidores entrevistados. Dois destes entrevistados coordenaram a edição do MPP em 2014, juntamente com um servidor entrevistado em 2013 (que voltou a ser entrevistado, em 2014). Os entrevistados repassaram informações sobre as últimas alterações do Programa, em entrevistas realizados em 9, 10 e 12/9/2014, no Cefor. São pouco mais de 3 horas de gravação. Todas as nove entrevistas foram transcritas e arquivadas, em áudio e texto, por ordem de data.

As entrevistas foram estruturadas, ou seja, obedeceram à mesma pauta de perguntas para todos os entrevistados, com uma ou outra pergunta surgindo fora da pauta (Apêndices A e B). As perguntas das entrevistas foram organizadas de forma a permitir analisar os seguintes aspectos:

- Identificação da equipe;
- Informação sobre o planejamento do MPP;
- Informação sobre a organização do MPP;
- Informação sobre a realização do MPP;
- Informação sobre o público-alvo;
- Informação sobre conteúdo;
- Informação sobre o MPP e
- Informação sobre o Poder Legislativo.

Para descrever e analisar o que é e como é organizado o MPP e de que forma funciona este Programa de Educação para a Democracia, a pesquisa bibliográfica e a documental receberam auxílio dos organizadores do MPP. Durante o contato com os organizadores, foi disponibilizada cópia do projeto original do MPP e dos aditivos, cópia do projeto final do MPP/2013 e do MPP/2014, assim como *folders*, material de divulgação, revistas e relatórios de avaliação do Programa. Esse material foi catalogado por ordem cronológica e arquivado, para ser utilizado em consultas durante a realização deste trabalho.

2.2. Origem, objetivos e retrospectiva do MPP

“Toda educação que desenvolve o poder para compartilhar coletivamente a vida social é moral.” (John Dewey)

Na sua gênese, o MPP foi inspirado em experiência no Parlamento canadense, o Programa “Teachers Institution Canadian Parliamentary Democracy”, que existe desde 1993.

No Canadá, o Instituto de Professores para a Democracia Parlamentar Canadense oferece uma oportunidade de desenvolvimento profissional para professores em governança e em educação para a cidadania. O Instituto de Professores reúne 70 professores proeminentes de todo o país para a experiência de uma semana, durante o encontro, sobre como o Parlamento funciona. Através de sessões com especialistas políticos, de processo legislativo e pedagógico, os participantes trabalham juntos para desenvolver estratégias de ensino sobre o Parlamento, democracia, governança e cidadania.²⁶ (tradução livre) (**Global Parliamentary Report: The changing nature of parliamentary representation**, April, 2012)

De acordo com o projeto que deu origem ao Programa, constatado com dois entrevistados que auxiliaram na elaboração do projeto em 2010 (os entrevistados B e C), a partir do conhecimento da existência do Programa do Parlamento do Canadá, o MPP veio a se transformar em programa, nos moldes como é hoje.

Na verdade, existe um programa para professores no Canadá. Então, ele foi inspirado por essa experiência canadense. O planejamento, o formato dele, aí sim, foi trabalhado aqui na Câmara, com a equipe. Mas ele surge como ideia e dessa inspiração do Canadá. (ENTREVISTADO C, 2013).

²⁶ *In Canada, the Teachers Institute on Canadian Parliamentary Democracy offers a professional development opportunity for teachers of governance and citizenship education. The Teachers Institute brings together 70 outstanding teachers from across the country for a week-long insider's view on how Parliament works. Through sessions with political, procedural and pedagogical experts, participants work together to develop strategies for teaching about Parliament, democracy, governance and citizenship.*²⁶ (**Global Parliamentary Report: The changing nature of parliamentary representation**, April, 2012)

A partir dessa inspiração, a formulação do projeto original previa a formação intensiva de dois professores por unidade da Federação, totalizando 54 participantes que, em 5 dias, teriam a oportunidade de conhecer de perto o Parlamento brasileiro e os fundamentos da Democracia. O Programa foi concebido depois de identificada a carência de formação e materiais didáticos, para que os professores pudessem desenvolver projetos e abordar, de forma transdisciplinar, temas como Democracia, política e cidadania (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010).

Sobre a idealização e os propósitos do MPP, os organizadores reforçam os objetivos do Programa e entendem que, ao oferecer conhecimento específico sobre o Legislativo brasileiro e sobre o seu funcionamento aos professores da rede pública de Educação Básica, ele contribui para que esses profissionais-cidadãos tenham visão mais organizada do poder, que é considerado um dos pilares da Democracia. Esse é um dos objetivos do MPP:

[...] é um programa que traz o professor para mais perto do poder legislativo, principalmente a Câmara. O que está sendo decidido aqui, como é que eles podem colaborar, como é que eles podem ficar mais próximos do que está se decidindo e também principalmente em relação ao saber legislativo, o saber da participação, da cidadania, junto principalmente a sua comunidade, a parte dos estudantes, dos alunos e dos professores que fazem parte da sua comunidade, no seu estado, na sua cidade. (ENTREVISTADO D, 2013).

No projeto original, foram identificados os cinco objetivos norteadores do MPP que traduzem o papel e os desafios a serem vencidos pelo Programa. Nesse sentido, a reflexão sobre os objetivos do Programa e sobre os desafios do MPP como estratégia de Educação para a Democracia constitui um dos objetivos deste trabalho, a começar pela concepção da escola como o local onde se realiza a educação, inclusive a educação para a cidadania e para a Democracia, quando permitido e quando a formação de professores tem esse foco (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010). Esse é outro objetivo proposto no projeto inicial.

Por ser programa direcionado à formação de professores, um dos entrevistados apontou que “[...] o objetivo primeiro é o professor como agente de educação para democracia. Outra linha que a gente trabalha muito é sobre o que é educação para democracia e qual o papel da escola” (ENTREVISTADO B, 2013).

Eu acho que ele surgiu justamente dessa percepção de que a gente precisa multiplicar essas ações de educação para democracia, e a escola é um local muito propício para essa multiplicação. Primeiro por que a gente percebe que a escola além de ser um espaço privilegiado para vivência democrática, a escola tem muita dificuldade de se abrir para a democracia, e a ideia de ser voltado para professores de escolas públicas, é pela possibilidade de capilarização desses conceitos e dessas ações de educação. (ENTREVISTADO A, 2013).

Então, o Missão tem na verdade, que eu entendo, como objetivo capacitar os professores de escolas públicas e instrumentalizar esses professores para que eles tenham um maior conhecimento do Legislativo, da Câmara, do papel do legislativo para a democracia. E também capacitar os professores para que eles sejam nas escolas onde eles atuam multiplicadores de ações voltadas para cidadania, para a democracia. E para que eles consigam aproximar os alunos do Legislativo. Apresentar também aos alunos o legislativo, da importância do legislativo para a democracia. Que eles nas escolas, enquanto espaço privilegiado para ações voltadas para a democracia, que eles possam ser multiplicadores dessas ações. (ENTREVISTADO F, 2014).

Ainda que a fala de alguns dos organizadores demonstre o propósito de ter no professor um agente disseminador, ou na escola um espaço multiplicador de valores e conceitos passados por meio dos módulos do curso do MPP, fazer dos professores “agentes” não está expressamente disposto nos objetivos do Programa, seja na versão original, seja nos aditivos. O professor é ator na vida cotidiana e no exercício de sua profissão. Uma de suas lides, expressa inclusive durante a realização do módulo presencial, é justamente não se transformar em mero repassador de conteúdos. Ressalta-se que nem todos os entrevistados disseram ser objetivo do Programa fazer do professor “agente disseminador ou multiplicador”, ou se referiram aos professores dessa maneira. Mas é preciso que os organizadores do MPP pensem no papel do professor com relação ao Programa e à sua comunidade.

A construção de uma rede nacional de professores²⁷ sensibilizados para a importância da inserção da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas e a implantação de um banco de projetos pedagógicos baseados em experiências e valores democráticos bem sucedidos para disponibilizá-los a professores e escolas interessados são outros dois objetivos do Programa (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010). A rede nacional de professores ainda não foi formada. Segundo os organizadores entrevistados, eles procuram formas para que haja conexão entre os professores. O contato, por enquanto, é feito por meio de redes sociais:

Na verdade, o contato mais efetivo durante o ano é pelo perfil no *Facebook*, que inclusive sou eu que gerencio. E ali agente mantém o contato com eles, e também faz a avaliação dos professores. Nós fazemos uma avaliação informatizada, com avaliação de impacto e ao final do programa. Mas a cada seis meses a gente envia outras avaliações para medir a efetividade do que foi [...] (ENTREVISTADO A, 2013).

Não. Ela não existe. A gente sabe que existem redes informais, que eles criam perfis em redes sociais, como no *Facebook*, para manter contato. Então a gente não monitora, mas

²⁷ Entre os objetivos do MPP, está a ação de contribuir para a criação de uma rede nacional de professores sensibilizados para a importância de que a Educação para a Democracia seja inserida nas práticas pedagógicas das escolas brasileiras (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010). Não foi identificada a criação dessa rede até o momento de consolidação dos dados deste trabalho. Existem perfis em redes sociais como “Missão Pedagógica no Parlamento” 2013, no *Facebook*. Uma iniciativa espontânea dos professores, conforme anotação do Diário de Campo de 29/8/2013.

logo depois do módulo eles estão muito motivados. Eles trocam textos, reportagens no início. Mas a gente não sabe se eles mantêm esse contato. E a gente está pensando em formas de estimular que eles continuem em forma de grupo, que isso continue acontecendo, porque deve ser em grupo, eles estão espalhados, a cada edição são apenas dois por estado. Mas a gente tem procurado formas para que eles continuem trocando experiências, ideias, informações que eles recebam, mas realmente é um desafio. Tá é mais um desafio! (ENTREVISTADO G, 2014).

Em relação ao banco de projetos, a previsão dos organizadores entrevistados era de que, a partir do segundo semestre de 2013, ou no primeiro semestre de 2014, os professores participantes do MPP – edição 2012 - entregariam os respectivos projetos, cuja elaboração integra o terceiro e último módulo do curso na edição de 2012:

[...] o banco de dados é uma coisa que a gente está trabalhando agora, porque quando o professor assina o termo de compromisso para participar do programa, inclusive o último módulo é um módulo de aplicação, então nesse módulo a gente desenvolve etapa por etapa um projeto de aplicação com a temática educação para democracia para que eles possam implementar nas escolas, e trazerem esse registro para a gente [...]. (ENTREVISTADO A, 2013).

[...] A partir do momento que a gente começar a receber o *feedback* dos professores, sobre a implantação do projeto, documentado e de forma que ele consiga comprovar que foi realizado com sucesso. Estamos estudando o desenho desse banco de dados que vai ficar no nosso portal para que essas experiências possam ser multiplicadas. Então, como é uma experiência nova, a gente não recebeu ainda os relatos para conseguir inaugurar o banco de dados [...] (ENTREVISTADO B, 2013).

Assim, a implantação do banco de projetos ainda é objetivo proposto e desafio a ser superado, na medida em que, após quatro edições do Programa, ainda não conseguiu se concretizar. Contudo, percebem-se esforços da equipe do Programa nesse sentido. Um dos entrevistados da etapa de 2014, por exemplo, informou que, exatamente para contornar a dificuldade de implantação do banco de projetos, os organizadores chamaram os professores egressos e 4 foram escolhidos, para proceder a uma apresentação durante o módulo presencial de 2014:

[...] a formação do banco de projetos está começando agora, este ano, com quatro egressos do programa. Os professores interessados inscreveram seus projetos nesse banco de experiência e a gente fez uma seleção desses projetos que recebemos. Se não me engano, foram 24 ou 25 projetos. Quatro projetos foram escolhidos por uma banca de avaliadores e esses quatro professores egressos vieram apresentar estes projetos, falar das experiências deles com esses projetos, dos resultados, das dificuldades que eles encontraram na implementação dos projetos nas respectivas escolas. O que eles estão fazendo para driblar as dificuldades, quais os resultados que eles já obtiveram, o que foi preciso adaptar nos projetos. Porque uma coisa é escrever, outra é implementar. Eles vieram para trazer toda essa experiência para colaborar com essa etapa de projetos. (ENTREVISTADO F, 2014).

Na série de entrevistas com os organizadores em 2013, uma das pautas era justamente tratar do banco de projetos pedagógicos e da rede de professores, dois dos objetivos do Programa, os quais seriam fundamentais no alcance dos demais objetivos do MPP. Como não foi possível localizar essas ações no sítio da CD ou no do Cefor, foi perguntado aos organizadores o que eles tinham a falar sobre esses dois pontos. De acordo com os entrevistados, nem o banco de projetos, nem a rede de professores foram concretizados até 2013. Ao retomar as entrevistas em 2014, foi possível identificar tentativa em direção à implantação do banco de projetos pedagógicos, com o incentivo aos professores para a coleta de projetos.

Destaca-se que organizar a rede de professores gera a implantação do banco de projetos pedagógicos, ou vice-versa, pois são ações conectadas. Até onde foi possível perceber, o problema é o número reduzido de pessoas que lidam com os programas de Educação para a Democracia. Salvo a diretora da Coede e o coordenador do Nudem, consoante os entrevistados, são seis servidores para atender a seis programas. Dois acontecem anualmente (“Parlamento Jovem Brasileiro”, PJB e MPP), com demandas o ano inteiro, e os outros quatro, mensalmente.

A inexistência do banco de projetos pedagógicos e da rede nacional de professores coloca em risco o alcance do quinto objetivo do Programa - “[...] fornecer aos professores subsídios didáticos que contribuam para a inserção de temas relativos à democracia e à cidadania no cotidiano escolar” (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010).

Além disso, surgem novos questionamentos. Esses professores vêm a Brasília uma vez, para o módulo presencial, e depois não há reciclagem, incentivo, para que retornem. Não há rede formal, apenas informal, de contato entre eles. Os passos em direção à implantação do banco de projetos ainda são pouco efetivos. Assim, o Programa perde um pouco do seu sentido, ao não estabelecer forma de contato entre os participantes e entre eles e a instituição, seja por rede formal, seja por banco de projetos, especialmente ao não conseguir estimular efetivamente a implementação dos projetos pelos professores. Uma plataforma que administrasse o banco e a rede teria múltiplas funções, mas principalmente manteria viva entre os participantes a memória do Programa.

Como explicado pelos entrevistados, o contato ainda é feito por meio de rede social. Na tentativa de analisar a rede de professores do MPP, foi identificado perfil no *Facebook* com o nome “Missão Pedagógica no Parlamento”, criado em 23/2/2012. Ao checar dados do perfil,

foram coletadas informações para contatos que relacionam o perfil com a Câmara dos Deputados, como o telefone, o *e-mail* e o *website*, como mostra a figura a seguir:

Figura 2 - Perfil do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” no Facebook



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/missaopedagogica/info>>. Acesso em: 6 out. 2013.

Com esse propósito, a retrospectiva do MPP, abaixo, demonstra as modificações ocorridas desde que a Câmara dos Deputados realizou a primeira edição do MPP em 2011. Essa versão contou apenas com a realização de um módulo presencial de 30 horas; para participar, o professor precisou apresentar um projeto, na verdade, um relato sobre uma experiência educativa relacionada com a Educação para a Democracia e identificada com o escopo do MPP. A análise desse relato serviu de critério para selecionar os 54 professores que participaram do MPP em 2011.

Na segunda edição, em 2012, o Programa foi dividido em um módulo presencial e outro a distância, de 30 horas; ao final do módulo presencial, os professores participantes foram

divididos em grupos por região, para viabilizar, em cada grupo, a elaboração de projeto pedagógico baseado em valores democráticos, por meio da técnica de *brainstorming*²⁸. Nessa edição, a coordenação do Programa previa a implantação de um banco de projetos pedagógicos baseado em experiências e valores democráticos bem sucedidos para disponibilizá-los a professores e escolas interessados (ROCHA, 2011).

Foram desenvolvidos cinco projetos, e cada professor levou uma cópia para adaptar à realidade da escola e à da sua cidade e, posteriormente, enviar os resultados da aplicação aos coordenadores do MPP. Os professores deveriam adaptar os projetos conforme a realidade local ou regional, com o compromisso de enviar a análise sobre o andamento dos respectivos projetos para a Coede e, assim, iniciar o banco de projetos pedagógicos.

Na 3ª edição, em 2013, o MPP contou com mais modificações. As inscrições passaram a ser realizadas por meio eletrônico e o Programa alcançou número recorde de inscrições para o processo seletivo: 1.164 professores de escolas públicas de todo o Brasil inscreveram-se para participar. Desses, os primeiros 216 professores que registraram sua inscrição, distribuídos em número de oito por unidade da Federação, estavam inscritos automaticamente para participar da primeira etapa do Programa, que ofereceu o módulo a distância, de 30 horas, com o tema “A Educação para Democracia e o Parlamento” (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Uma avaliação de desempenho selecionou os 54 professores (2 de cada UF) que participaram do módulo presencial, em Brasília. O último módulo complementar teve 50 horas e focou na elaboração de projetos que promovessem a disseminação do conhecimento adquirido em sua comunidade escolar.

A pesquisa documental e a bibliográfica realizada ofereceram condições de proceder a uma retrospectiva histórica da proposta institucional desde a criação do MPP. Pelos documentos pesquisados – projetos e aditivos do MPP – e pela análise das entrevistas, foram levantadas as alterações a cada edição do Programa, como mostra o Quadro 3:

²⁸A técnica de *brainstorming* é utilizada para, de forma coletiva, gerar ideias por meio da contribuição e da participação em grupo.

Quadro 3 - MPP nas quatro edições (2011, 2012, 2013 e 2014)

| “Missão Pedagógica no Parlamento” | Forma de inscrição e seleção | Módulo a distância | Módulo presencial | Apresentação/elaboração de projeto | Avaliação |
|-----------------------------------|--|---|----------------------|---|--------------------------------------|
| Projeto Original | Professores inscritos/selecionados por UF (02) | Não se aplica | 30 horas | Não se aplica | Não se aplica |
| 2011 | Entre os professores inscritos foram selecionados 02 por UF (apresentação de projeto ou narrativa de experiência) | Não se aplica | 30 horas | Requisito de inscrição | Choque e desempenho nos três módulos |
| 2012 | Entre os professores inscritos foram selecionados 02 por UF (por ordem de sorteio) | 30 horas | 30 horas | Ao final (oficina) | Choque e desempenho nos três módulos |
| 2013 Inscrição e seleção | Entre os professores inscritos foram selecionados 08 por UF (por ordem de inscrição) | 30 h (como processo seleção) disponibilizado aos 216 professores | 40 horas em Brasília | Não se aplica | Choque e desempenho nos três módulos |
| 2013 2º e 3º módulos | Entre os professores inscritos foram selecionados 02 por UF (avaliação de desempenho durante o módulo de 30 horas) | 50 horas (última parte) disponibilizado apenas aos 54 professores | | Proposta do módulo de 50 horas (planejamento e elaboração de projeto) | |
| 2014 Inscrição e seleção | Entre os professores inscritos foram selecionados 08 por UF (por ordem de sorteio) | 30 h (como processo seleção) disponibilizado aos 216 professores | 40 horas em Brasília | Apresentação de 4 projetos por professores participantes do MPP (2011/2012) | Choque e desempenho nos três módulos |
| 2014 2º e 3º módulos | Entre os professores inscritos foram selecionados 02 por UF (avaliação de desempenho durante o módulo de 30 horas) | 50 horas (última parte) disponibilizado apenas aos 54 professores | | Proposta deste módulo de 50 horas (planejamento e elaboração de projeto) | |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do Projeto do MPP 2010/2011 e dos aditivos 2012/2013 e 2014.

Em 2014, o MPP realizou a 4ª edição e, a exemplo da edição anterior, as inscrições foram eletrônicas e serviram para o processo seletivo: 216 professores de escolas públicas de todo o Brasil, distribuídos em oito por unidade da Federação. Uma alteração informada pelos

organizadores foi que o critério utilizado fora por sorteio e não mais por ordem de inscrição. Esses 216 professores participaram da primeira etapa do Programa, entre 9 de junho e 18 de julho de 2014, com o curso do módulo a distância sobre o tema “A Educação para Democracia e o Parlamento”, com carga horária de 30 horas.

A inscrição foi por sorteio eletrônico. Porque a gente acha que por sorteio é mais justo porque muitas vezes a informação não chega ao mesmo tempo para todo mundo, então, uma pessoa que mora no interior do Amazonas, por exemplo, quando fica sabendo do programa, os oito primeiros já fizeram a inscrição e ela não vai ter chance nenhuma de participar. Por sorteio eletrônico, todo mundo que se inscreve tem a mesma chance de participar do programa. A gente acha que democratiza mais o acesso ao programa. (ENTREVISTADO F, 2014).

Uma avaliação de desempenho selecionou os 54 professores (2 de cada UF) que participaram do módulo presencial, em Brasília, entre 1º e 5 de setembro de 2014. Foi realizada a avaliação de choque (na chegada dos professores) e de reação/desempenho (durante e após a realização do Programa). O último módulo do curso, com 50 horas, foi direcionado ao planejamento e à elaboração de projetos.

Novas alterações foram relatadas pelos organizadores do MPP, em 2014. Além dos 54 professores selecionados para participação no MPP, o Programa contou com a participação de 6 professores, que tiveram os projetos escolhidos e premiados no concurso Câmara Mirim²⁹, em 2014. Como mencionado, 4 professores egressos do MPP também foram convidados a vir para o módulo presencial do MPP/2014, para apresentar seus projetos e relatar suas experiências.

2.3. Visão e percepção dos organizadores do MPP

As entrevistas e as respectivas considerações e análises complementam a história do MPP, com a visão e a percepção dos organizadores do Programa. Nesse sentido, obedecendo à estrutura da entrevista e da apresentação dos dados, o primeiro grupo de perguntas identificou a equipe que organiza o Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” (Quadro 6). Dos oito entrevistados, dois são funcionários da Casa há mais de 10 anos, três há mais de 5 anos e três há

²⁹ O programa “Câmara Mirim” foi criado pelo Plenarinho da Câmara dos Deputados e oferece aos estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental a oportunidade de ser deputado por um dia. Os alunos ocupam o Plenário, discutem e votam nos próprios projetos de lei, numa aula de cidadania e Democracia. Na 9ª edição, em 2014, a seleção das escolas aconteceu por meio de concurso nacional de projetos pedagógicos, voltado para os professores. Os autores das 6 melhores propostas têm vaga garantida no Programa. Além disso, os mesmos professores selecionados foram convidados para participar do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento”.

menos de 5 anos. Entre os oito, seis estiveram na posição de coordenadores, sendo que dois deles ajudaram na elaboração do projeto inicial do MPP.

Quadro 4 - Organizadores do MPP nas quatro edições

| Entrevistado | Tempo de Câmara | Foi coordenador MPP | Tempo de COEDE/NUEAD | Participação no MPP | Idealização do MPP |
|--------------|-----------------|---------------------|----------------------|---------------------|--------------------|
| A | 3 anos | 2013/2014 | 4 anos | 3 edições | Não participou |
| B | 9 anos | 2011/2012/2013 | 5 anos | 4 edições | Participou |
| C | 20 anos | 2011 | 10 anos | 4 edições | Participou |
| D | 8 anos | 2012 | 3 anos | 3 edições | Não participou |
| E | 18 anos | Ainda não | 5 anos | 4 edições | Não participou |
| F | 2 anos | 2014 | 2 anos | 2 edições | Não participou |
| G | 1 ano e 1/2 | 2013/2014 | 1 ano e 1/2 | 2 edições | Não participou |
| H | 3 anos | Ainda não | 3 anos | 2 edições | Não participou |

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas com organizadores (2013/2014)

Na visualização dessas características do grupo de organizadores entrevistados, identificaram-se os membros da equipe organizadora do MPP quanto ao tempo de Câmara e de Coede, quem foi coordenador, quem participou da criação, da idealização do Programa e de quem participou do sistema de rodízio na coordenação. Como constatado, dois dos entrevistados auxiliaram na elaboração do projeto em 2010, que veio a se transformar no Programa nos moldes como é hoje: os entrevistados B e C.

Por se tratar de organização e planejamento de ação institucional, uma informação interessante chamou a atenção durante as entrevistas. Diz respeito ao sistema de rodízio para o cargo de coordenador do MPP a cada ano, de forma que todos tenham noção de como o Programa é planejado, organizado e realizado. Uma característica apontada pelos organizadores entrevistados que também ocorre nos demais programas do Nudem/Coede,

[...] no Nudem, a gente faz um rodízio e a cada ano, no nosso planejamento de final de ano, a gente se reorganiza e divide o grupo para gerenciar os nossos programas. Então, este ano eu estou fazendo parte da coordenação, mas no ano passado eu atuei como tutora do programa. (ENTREVISTADA A, 2013).

Trata-se de arranjo burocrático flexível³⁰, termo utilizado na literatura especializada para definir as novas dinâmicas de trabalho no mundo contemporâneo. Está relacionado à área de administração, especificamente de gestão, diante dessa nova configuração de cultura organizacional. Perguntado por que e como o sistema de rodízio foi adotado, um dos entrevistados foi assertivo na resposta:

O rodízio promove a oportunidade de todos os integrantes do núcleo conhecerem a fundo todos os programas e também contribuir com o aperfeiçoamento deles. O único critério do rodízio é mantermos uma pessoa “âncora” que tenha participado da coordenação no ano anterior para trazer o histórico vivo da edição passada. A escolha dos coordenadores é orgânica e democrática. Dividimos todos os programas e nos voluntariamos a partir da afinidade, interesse e agenda global dos programas da Coede. (ENTREVISTADO A, 2014).

As entrevistas revelaram outras informações importantes. Os organizadores demonstraram otimismo com algumas modificações sofridas pelo Programa: desde as inscrições que passaram a ser feitas por meio eletrônico até o aumento do número de vagas para o primeiro módulo do curso:

É dentro desse módulo a distância que vai haver um critério de participação nos fóruns, de avaliação pela equipe de tutoria, de como eles vão estar engajados nessa primeira fase, que é uma fase de avaliação de desempenho, em termos de conhecimento e participação. A partir daí, nós vamos ter dois por estado, que serão escolhidos, dando um total de 54 que vêm para o módulo presencial, em agosto. (ENTREVISTADO E, 2013).

Já em relação aos conteúdos, os entrevistados acreditam que são oferecidos em formatação adequada nos módulos a distância e presencial. O tema do módulo a distância, de 30 horas, “Educação para a Democracia e o Parlamento”, que serviu para o processo seletivo, não se esgotou nas 30 horas:

[...] é o mesmo do módulo preparatório e conceitual que a gente desenvolveu em 2012 [...] Então, é uma introdução de conceitos que vão ser trabalhados aqui no encontro presencial. Ele vai tratar dessa questão da contextualização do Poder Legislativo, da Câmara, o que é a Educação para a Democracia, um pouco desse conceito, como trabalhar, e como a escola pode trabalhar a Educação para a Democracia. (ENTREVISTADO D, 2013).

Segundo os organizadores, o MPP possui como conteúdo programático do curso presencial alguns temas recorrentes: processo legislativo; papel constitucional da Câmara dos Deputados; mecanismos de participação do cidadão; fundamentos da Democracia e da cidadania

³⁰Apesar do termo qualificativo “flexível”, esse arranjo burocrático, de acordo com Boltanski e Chiapello (2009), é utilizado para garantir o bom desenvolvimento de emergente sistema de controle. O aparente declínio do controle burocrático é acompanhado dos discursos sobre confiança e trabalho em grupo. Assim, a confiança passa a ser o elemento de união, com vistas a criar coesão dentro de um grupo e garantir que o controle seja exercido e entendido como legítimo e aceito pela coletividade (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 113).

(na edição de 2013, foi oferecido no módulo a distância); Educação para a Democracia; elaboração de projetos pedagógicos inovadores; protagonismo juvenil; experiências relevantes na área de Educação para a Democracia; história da concepção arquitetônica de Brasília.

Prevaleceu entre os entrevistados o entendimento de que o Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” fornecia a possibilidade de adquirir conhecimento sistematizado e organizado sobre o Poder Legislativo e o seu papel na sociedade e na conformação do Estado Democrático de Direito. O Entrevistado B, por sua vez, explicou que

[...] no caso do Missão, foi acrescentada uma outra linha que é essa que eu te falei, do professor como agente de educação para democracia, porque ai a gente não está falando de qualquer cidadão, a gente está falando de um cidadão que exerce uma profissão e ele realmente exerce. Ele é professor e está em sala de aula, um dos requisitos para participar do programa. No caso do professor, junto com a trilha de aprendizagem comum aos outros programas, que é conhecer o Poder Legislativo, a gente acrescentou mais uma que é ele poder saber mesmo o que é educação para democracia, e alguns espaços de reflexão para ele pensar o que a escola tem a ver com isso. Os conteúdos são organizados nessas duas trilhas. (ENTREVISTADO B, 2013).

Identifica-se com alguns temas desses conteúdos e atividades o objetivo de ampliar as ações voltadas à Educação para a Democracia no âmbito escolar, pois a escola é a instituição privilegiada para transmitir valores referentes à Democracia. Da mesma forma, o conteúdo programático apresenta temas relacionados como, por exemplo, mecanismos de participação do cidadão; fundamentos da Democracia e da cidadania; Educação para a Democracia; elaboração de projetos pedagógicos inovadores; experiências relevantes na área de Educação para a Democracia, entre outros, como integração dos participantes; processo legislativo; papel constitucional da Câmara dos Deputados, que estão adequados às propostas e aos objetivos do MPP.

Sobre as questões ligadas aos conteúdos e às atividades do Programa, os entrevistados informaram que o conteúdo do MPP era planejado e organizado pelos coordenadores do Nudem juntamente com a Nuead e o trabalho, executado por “conteudistas”, contratados a cada edição do Programa para atualizar os conteúdos. Os organizadores acreditam que as trilhas de aprendizagem propostas pelo MPP atende aos objetivos instrucionais mediante esses conteúdos programáticos (ENTREVISTADO A, 2013).

O programa é uma formação proposta para professores de escolas públicas de todo o Brasil, atualmente do ensino fundamental e médio que propõe uma formação mesmo, uma capacitação na área de educação para democracia, entendendo que esse é um conteúdo que é passado aos professores, de alguma forma então eles são capacitados nesse conteúdo. Ao mesmo tempo a gente tenta trabalhar como ele pode multiplicar esse conteúdo em sala de aula. Então é uma proposta de formação mesmo, o professor como

indivíduo e o professor como multiplicador de todo esse conteúdo e de toda essa metodologia que ele aprende aqui na escola e na sala de aula principalmente. (ENTREVISTADO D, 2013).

No Quadro a seguir, é apresentada a síntese das trilhas de aprendizagem com os respectivos objetivos instrucionais e os conteúdos programáticos, na ótica dos organizadores para as edições de 2013 e 2014 do MPP:

Quadro 5 - MPP 2013/2014 (síntese dos objetivos instrucionais e dos conteúdos programáticos)

| TRILHA DE APRENDIZAGEM | OBJETIVOS INSTRUCIONAIS | CONTEÚDO PROGRAMÁTICO |
|--|--|---|
| Conhecendo o papel do Poder Legislativo para a Democracia | <ul style="list-style-type: none"> • Explicar conceitos básicos de Democracia e Representação, Processo Legislativo e Papel do Parlamento; • Avaliar a complexidade do processo de produção de leis e a relação dos atores envolvidos no processo; • Sensibilizar-se à necessidade de respeitar as diferenças e de tolerar ideias diversas; • Sentir-se motivado para o exercício da cidadania, reconhecendo a importância dessa prática para o fortalecimento da Democracia; • Demonstrar visão crítica para leitura do contexto político brasileiro. | <ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da democracia e da cidadania. • O papel institucional da Câmara dos Deputados e as funções do Parlamento. • O processo legislativo federal. • Democracia, representação e confiança. • Participação do cidadão. <p>Atividades: exposições dialogadas, debates, simulação do trabalho das comissões, jornadas de aprendizagem em áreas importantes para o processo legislativo, jogos de cidadania.</p> |
| O professor como agente de educação para democracia na escola | <ul style="list-style-type: none"> • Compreender o papel da escola para os processos de educação para democracia da comunidade escolar. • Protagonizar ações de educação para democracia em sua comunidade escolar; • Aplicar metodologias aprendidas no curso em sua prática cotidiana na sala de aula e na escola; • Construir um projeto pedagógico a ser aplicado em sua escola; • Implementar o projeto pedagógico construído, em todas as suas etapas; • Sentir-se motivado para participar dos espaços de gestão democrática na escola. | <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos de Educação para Democracia e letramento político. • A papel da escola para a formação democrática e cidadã. • Gestão democrática na escola • Relações escola-comunidade • Intencionalidade em educar para democracia • Projetos pedagógicos de intervenção: conceitos, experiências e aplicação. <p>Atividades: exposições dialogadas, jogos de cidadania, painel de experiências, troca de experiências entre os participantes, noite cultural.</p> |

Fonte: Projeto Final MPP/2013 e Projeto Final MPP/2014

As atividades desenvolvidas na modalidade presencial e na modalidade a distância obedecem às trilhas de aprendizagem³¹ com os respectivos conteúdos e os objetivos instrucionais. Dessa forma, os organizadores acreditam ser possível melhorar a capacidade de interpretação do professor a respeito de conceitos, valores e significados sobre o Estado Democrático de Direito, o papel e a importância do Parlamento nesse processo, de cada cidadão para a manutenção da Democracia, e a finalidade da Educação para a Democracia.

Desse modo, os organizadores entendem que as trilhas de aprendizagem constituem importante opção de sistematização de técnicas e estratégias em prol da aprendizagem, em espaço institucional. Nesse sentido, explicou um dos entrevistadores que

Todos os programas da Coede são construídos a partir dos objetivos instrucionais que vislumbramos para cada público. As trilhas de aprendizagem são as dimensões do conhecimento a serem abordadas ao longo do curso. No caso do MPP, além de aprofundar os conhecimentos sobre o Legislativo, tratamos também da vivência da democracia nas escolas e da educação para democracia no ambiente escolar. Embora as coordenadoras estejam sempre a frente da elaboração da programação e da criação das atividades, é nesse ponto que se destaca a maneira cooperativa de trabalho da equipe do Nudem. A coordenação propõe e planeja as atividades pedagógicas que depois são levadas ao grupo para discussão e refinamento da proposta. Dessa maneira, analisamos com bastante aprofundamento a escolha das atividades e das metodologias que proporcionem atingir os objetivos instrucionais do programa. (ENTREVISTADO A, 2014).

Nas entrevistas, é perceptível o entendimento uníssono dos organizadores de que os conteúdos fornecidos aos professores e as atividades escolhidas para as duas trilhas de aprendizagem do MPP possibilitam a aplicação das práticas e dos conhecimentos apreendidos no curso pela experiência vivencial, mostrando como e por que fazer e desenvolver atividades, envolvendo o exercício da cidadania e os valores democráticos.

Para os organizadores entrevistados, entre os objetivos do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento”, está a tarefa de reforçar e subsidiar o trabalho docente e o papel do professor como educador para a cidadania, e o da escola como espaço privilegiado de transmissão de conhecimento, alcançada com a aplicação dos conteúdos ofertados nos módulos presenciais e a distância:

³¹ Para Freitas (2002), o modelo educacional denominado trilhas de aprendizagem é alternativa às tradicionais grades de treinamento, que oferecem variedade maior de recursos de aprendizagem. A utilização de caminhos alternativos e flexíveis promove o desenvolvimento das pessoas e as novas formas de se relacionar com o conhecimento. Alguns dos recursos para a composição de trilhas são *benchmarking*, participação em cursos, encontros, seminários, participação em congressos, intercâmbios no exterior, participação em comunidades virtuais de práticas e aprendizagem, estágios, reuniões de trabalhos, diversas fontes de informações (livros, vídeos, sítios, revistas), entre outros.

O programa [...] se propõe a contribuir para a capacitação dos professores na temática educação para democracia [...] Capacitar com alguns conhecimentos e algumas metodologias de educação para democracia. Isso é o programa, e dentro da educação para democracia a gente resalta o parlamento, porque é de onde o programa fala. Então, tem toda uma parte importante desses professores conhecerem mais sobre o poder legislativo e uma outra parte para eles conhecerem um pouco mais sobre a própria educação para democracia. (ENTREVISTADO B, 2013).

Os organizadores do MPP revelaram ainda outras informações importantes. Por exemplo, sobre o processo de avaliação do curso e o da equipe, pela dinâmica do grupo, é viável ponderar sobre as alterações do Programa em cada uma das edições. A avaliação em duas etapas, de choque (realizada na chegada dos professores) e de reação/desempenho (realizada durante e após a realização do Programa), aconteceu em todas as edições do Programa.

Por meio dessa avaliação, o Programa identifica e processa os ajustes necessários. Para os organizadores, as alterações são consequência natural do processo evolutivo na formatação do MPP. Significa forma de se adequar às demandas identificadas nas avaliações feitas sobre o Programa, tanto entre os organizadores, quanto entre os professores participantes, ao término de cada edição. Especificamente sobre os dois tipos de avaliação do MPP, o Entrevistado B (2013) explica que

É uma avaliação de reação, que é como se fosse uma avaliação de satisfação de quem passou por determinado treinamento com o próprio treinamento, com os diversos aspectos, a organização, o conteúdo, a forma com que o conteúdo foi abordado. E no Missão, a gente se propõe a uma avaliação de impacto, que é saber, *“e aí, você aplicou na sua escola um pouco do que você aprendeu?”*. Na primeira edição, em 2011, essa avaliação de impacto já foi feita com a turma. E agora na turma de 2012, a gente vai começar a avaliar em meados do ano, por que eles terminaram a formação em novembro do ano passado, então a gente tem que dar um tempo para esses professores começarem a pensar em alguma possibilidade de atuação. A gente procura fazer as duas, a avaliação de reação e a avaliação de impacto. (ENTREVISTADO B, 2013).

A trilha de aprendizagem, como o próprio nome diz, é o caminho que será feito para determinado aprendizado ou para aquisição de conhecimento. No caso do MPP, a adoção das duas trilhas de aprendizagem começou a partir de 2012 e deixou clara a existência de dois temas, que são a razão da existência do Programa: o Poder Legislativo e o professor. Como o MPP é um programa que acontece anualmente e sofre alterações a cada edição, a utilização das trilhas de aprendizagem facilita a sistematização e a integração das atividades desenvolvidas e dos conteúdos utilizados para alcançar os objetivos pretendidos por cada um dos dois temas do Programa.

Nessa análise sobre o funcionamento do MPP, sobre os objetivos e os desafios do Programa e sobre as considerações a respeito das trilhas de aprendizagem e dos objetivos

instrucionais e de conteúdos, foi possível identificar também a percepção dos organizadores, como servidores, em relação à instituição da qual fazem parte, a CD. Da mesma forma, notou-se a percepção destes em relação à Educação para a Democracia e ao MPP, como ação educativa institucional.

Importa saber qual a percepção dos próprios organizadores, como cidadãos e servidores, sobre o papel da Educação para a Democracia e o do MPP como instrumento de aproximação e fortalecimento do Poder Legislativo com a sociedade:

[...] a respeito não só do Missão, mas de todos os nossos programas, o objetivo é trazer um novo olhar para a instituição, por que nós somos a instituição que os cidadãos recebem com menos confiança, então, a primeira coisa para mim é desmistificar essa imagem criada pela mídia sobre a Câmara dos Deputados. (ENTREVISTADO A, 2013).

Para os organizadores, a contribuição do MPP começa com o aumento do conhecimento e da informação sobre o Poder Legislativo e a Câmara dos Deputados. Saber como ocorre o processo legislativo contribui para que os professores entendam parte desse processo e reconheçam o Parlamento como local onde a sociedade se manifesta:

Todos os participantes dos nossos programas, após a participação eles saem com uma pulga atrás da orelha. Eu acho que eles chegam com uma visão extremamente negativa do parlamento, que é a visão que em geral a sociedade tem. Todo mundo sabe que nós somos a instituição com o menor índice de confiança, isso aí é o feijão com arroz do parlamento. E eles chegam assim, e com a possibilidade de ter essas experiências aqui, de conhecer mais sobre a Câmara, de transitar aqui, faz com que eles saiam com a pulga atrás da orelha. Eu acho que eles não mudam a visão em relação aos parlamentares mas eles conseguem tirar um pouquinho os parlamentares do primeiro plano e colocar a instituição em primeiro plano. (ENTREVISTADO B, 2013).

Eu acho que começa com o aumento do conhecimento a respeito da Câmara e do Poder Legislativo. A gente começa contribuindo com a informação, que muitas vezes achamos que a pessoa tem e ela não tem. Então explicando mesmo qual é o papel da Câmara, como funciona o processo legislativo, porque que o processo legislativo as vezes é lento, o que acontece, qual o papel do deputado ali, como funcionam as articulações políticas, qual o papel do partido político. Então, esse primeiro entendimento já cria uma visão mais crítica na medida que ela conhece melhor como funciona aquele sistema e aquele poder, então eu acho que começa por aí. (ENTREVISTADO D, 2013).

Em síntese, as opiniões expressas pelos organizadores em relação ao MPP são muitas vezes apenas expectativas, principalmente se considerado o pouco tempo de existência do Programa:

[...] é um programa que está engatinhando, realmente ele é muito recente, a gente vai agora para a terceira edição. É muito pouco ainda, porque é um campo que está sendo desbravado mesmo, são poucas as iniciativas nesse sentido, mais eu acho que é uma iniciativa muito importante. É uma proposta que se for olhada com cuidado pela administração da Casa, pode ser ampliada, para alcançar um número de professores maior do que o que a gente alcança, por que eu acho que existe uma demanda para isso, o número de inscrições mostrou isso [...] (ENTREVISTADO B, 2013).

Eu acredito que é um programa transformador, por que ele permite ao professor ter acesso a essa informação que a gente disponibiliza aqui com servidores daqui que tem muito conhecimento ou com pessoas da área de educação que trabalha esse tema na escola. Então a gente consegue uma formação que permite uma aplicação muito clara. Então eu acho que é um poder transformador muito grande. A gente forma uma pessoa que consegue obter aquele conhecimento e transformar aquilo numa prática que vai aumentar o conhecimento dos alunos, que vai melhorar o dia a dia da escola, a prática da escola, então a minha impressão é muito positiva, e de muita admiração mesmo pelo programa. (ENTREVISTADO D, 2013).

Embora o Programa ofereça programação intensiva ao longo de uma semana de curso, com ações e atividades voltadas à reprodução da Educação para a Democracia no âmbito escolar, o tempo de realização da atividade ainda é curto para analisar efeitos de médio e longo prazo. E o MPP tem apenas quatro anos de existência.

Outro viés de análise é a identificação do discurso institucional, nativo, por parte dos organizadores:

[...] A gente usa a Educação para a Democracia, muito porque como nós somos uma instituição do legislativo, para além dos valores de cidadania que devem ser valores intrínsecos a cada cidadão, [...] o parlamento tem essa missão de aperfeiçoar o processo democrático e a vivência da democracia. [...] capacitar as pessoas para realmente entender o que é essa democracia, entender a complexidade do que é democracia e poder trazer esses valores pra sua vida cotidiana [...]. (ENTREVISTADO A, 2013).

Assim, parece que os organizadores são pouco críticos em sua fala e pretendem ficar no plano ideal e no discurso oficial, preso ao potencial do Programa. O potencial e os efeitos esperados, ainda sem base empírica, apontam para uma ação em que a educação é associada à reprodução de conhecimentos, e não à transformação.

O retorno que a gente tem dos que participam de todos os programas é que eles gostam, e avaliam que o programa tem uma qualidade muito boa. É uma experiência importante pra quem participa, agora em que medida essa experiência vai contribuir para ele mudar a percepção que ele tem sobre a Câmara, isso precisa ser estudado. Isso deve ser objeto de pesquisa mesmo. Tentar entender o que muda, a que nível muda, se, como e até onde muda. Mas eu acho que ele se aproxima. Esse cidadão que vem, ele se sente mais próximo do poder legislativo. (ENTREVISTADO B, 2013).

Por isso, destaca-se a importância de aplicar os questionários aos professores participantes do MPP com estruturação que permite verificar se há alguma mudança na percepção de quem participa do Programa, seja com referência à prática da Educação para a Democracia, seja ao Legislativo, seja específica à Câmara dos Deputados.

De modo geral, os organizadores do MPP entendem que a educação política, especificamente a Educação para a Democracia, permite melhor conhecimento da organização e

do funcionamento do Poder Legislativo, da sua conformação e da sua importância dentro do Estado Democrático brasileiro.

Em relação ao Poder Legislativo, especialmente à Câmara dos Deputados, os próprios organizadores relatam mudança de percepção deles próprios quanto à Instituição. A alteração é ocasionada pelo tempo ou pela influência de alguns programas institucionais de educação legislativa direcionados ao público interno da Casa, no caso, seus servidores:

Minha visão da instituição foi aprofundada, mas a do Legislativo em si, não. Quero dizer, com relação a atividade legislativa, nada mudou, apesar de ter adquirido muito mais conhecimento sobre processo legislativo, porém, com relação a instituição, meu entendimento foi mais enriquecido pela vivência institucional. (ENTREVISTADO A, 2014).

A nossa ação de Educação para a Democracia tem a ver com o regime democrático que o parlamento representa dentro desse regime. Ela é muito própria, então eu acho que o termo traduz isso. Eu acho que para cidadania, no meu ponto de vista, ele amplia. A questão da democracia traz não só a questão do regime, do parlamento, mas a questão dos valores democráticos, que você pode trabalhar também, mas sempre tendo o parlamento como ponto. (ENTREVISTADO C, 2013).

Foi possível identificar que o trabalho com as ações e as atividades relacionadas à educação legislativa e à Educação para a Democracia, o fato de trabalharem em grupo, o sistema de rodízio para coordenação dos trabalhos, além do desenvolvimento das técnicas de discurso de justificação institucional e de legitimação, também aproximam o servidor da Instituição e contribuem para o afloramento da sensação de pertencimento, não apenas funcional, mas cívico:

Pois é, eu me sinto realizado, ou pelo menos me sinto engajado em poder participar desse processo, por que o servidor público, eu acho que o melhor papel que ele tem a desempenhar como servidor público é justamente colaborar com a coletividade, colaborar com o saber, em tentar aproximar o saber do cidadão, e a melhor forma que a gente tem de fazer isso, é através desses nossos programas aqui. (ENTREVISTADO E, 2013).

Eu hoje vejo que tem coisas importantes que as pessoas não sabem e eu mesmo fui ler a Constituição, saber como funciona o sistema de governo quando fui fazer concurso público. E naquelas manifestações de junho do ano passado, a gente via aquelas pessoas gritando contra um ou contra outro, e ficava claro que elas não sabiam quem fazia o que nessa história toda. Então que as pessoas precisam sim de uma parte bem básica, de entender a estrutura do estado, o que cada poder faz e de como eles se relacionam. Mas a Educação para a Democracia vai muito além disso. Muito além mesmo. Porque são valores democráticos que precisam ser trabalhados. E a forma como nossa coordenação enxerga é que a Educação para a Democracia tem que estar muito inserida no contexto da comunidade. (ENTREVISTADO G, 2014).

Outro ponto levantado pelos entrevistados, ainda que alguns objetivos do Programa não tenham sido alcançados e permaneçam como desafios, é que existe a possibilidade da ampliação

do Programa para as Assembleias Legislativas. De acordo com o Entrevistado C, esse é projeto já em andamento:

[...] inclusive eu estou aqui mexendo com termos de adesão. Já existe um projeto, já existe a intenção do projeto. A gente está trabalhando atualmente justamente buscando trazer as assembleias para um padrão. [...] e contribuir então com aquelas assembleias ou escolas que tivessem o interesse em realizar também. (ENTREVISTADO C, 2013).

O primeiro conjunto de dados da pesquisa, apresentado neste Capítulo, trouxe para análise o MPP e a Educação para a Democracia na visão de seus organizadores, a partir dos levantamentos documental e bibliográfico, que, na retrospectiva do MPP nas quatro edições, procederam à reflexão inicial sobre os objetivos e os desafios do Programa somados às reflexões e à análise das entrevistas com os organizadores do MPP. Na sequência, a visão dos professores participantes do programa, em 2013 e 2014.

3 PROGRAMA “MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO” NA VISÃO DOS PROFESSORES

“Nada é possível sem os homens, nada dura sem as instituições.” (Jean Monnet)

O Programa “Missão Pedagógica no Parlamento”, nas edições de 2013 e 2014, aconteceu em três módulos: um primeiro módulo a distância, que introduziu o Programa com o tema “A Educação para a Democracia e o Parlamento”, utilizado no processo de seleção; o módulo presencial, que aconteceu em Brasília com vários temas e atividades relativos ao Legislativo e ao processo legislativo, à educação e à Democracia; o último módulo a distância, com as temáticas de planejamento e elaboração de projetos.

Os dois módulos a distância foram tratados no Capítulo anterior, com as informações obtidas pelo levantamento documental e pelas entrevistas com os organizadores do MPP, referentes às trilhas de aprendizagem, aos objetivos instrucionais e aos conteúdos programáticos do curso. O módulo presencial, por acontecer em Brasília, pôde ser acompanhado em alguns momentos, tanto em 2013 como em 2014. As atividades que não foram acompanhadas em 2013 puderam ser acompanhadas em 2014, para fechar a análise das atividades que compuseram a programação do MPP³². Em 2013, o programa MPP aconteceu de 26 a 30 de agosto. Na edição de 2014, o módulo presencial foi realizado entre 1º e 5 de setembro. Assim, o acompanhamento das atividades presenciais colaborou para a análise dos dados obtidos nas entrevistas e nos questionários.

São quatro os subconjuntos de dados levantados com os professores participantes do MPP, resultado dos quatro questionários aplicados nas edições de 2013 e 2014 do Programa, para consolidar a pesquisa. Os dados visam analisar a percepção em relação ao Poder Legislativo entre os professores antes e depois da participação no Programa. Na segunda etapa desta pesquisa, foram aplicados dois questionários aos professores participantes do MPP 2013. Um antes do início do curso presencial (APÊNDICE C) e outro ao final do curso, após o módulo a distância, de 50 horas (APÊNDICE D).

O questionário só foi aplicado após o último módulo do Programa, em 2014, para esperar o término da avaliação do curso pelos organizadores, processo que ocorreu em dezembro de 2013. Para não haver confusão entre a avaliação do MPP feita pelos organizadores e esta

³² Um breve relato das atividades realizadas presencialmente pelos professores está no Apêndice G.

pesquisa, especialmente para os respondentes, optou-se por aguardar que as avaliações do MPP terminassem para continuar a coleta dos dados em janeiro de 2014.

Na terceira etapa, foram aplicados os dois questionários aos professores participantes do MPP 2014 - um antes do início do curso presencial em Brasília (APÊNDICE E), em agosto de 2014 - e outro ao final do encontro presencial, antes do módulo a distância, de 50 horas (APÊNDICE F), em setembro de 2014. Os questionários de 2013 e as primeiras análises funcionaram como pré-teste, estudo-piloto. Foi feito exercício de confrontação dos dados coletados, com os objetivos do trabalho e as perspectivas teóricas, como forma de adequar o instrumento metodológico e realizar algumas reformulações para aplicá-lo na edição seguinte, em 2014.

Também foi necessário aplicar os questionários em duas etapas diferentes do Programa, antes e depois do módulo presencial, para verificar as mudanças de percepção dos professores após a participação no MPP. Ou seja, tanto com os professores participantes do Programa de 2013 como de 2014, um questionário foi aplicado antes da chegada dos professores a Brasília (fase I) e outro, depois do módulo presencial (fase II).

Assim, foram elaborados quatro questionários semiestruturados com perguntas fechadas e abertas para ambas as etapas (2ª e 3ª) e as respectivas fases (1 e 2). Esses questionários foram organizados com três grupos de perguntas. O primeiro grupo de perguntas traçou o perfil dos participantes. O segundo identificou como e por que esses professores decidiram participar do MPP e quais as expectativas deles em relação ao Programa MPP e à EPD. O terceiro grupo dimensionou a percepção inicial e a final dos participantes em relação à CD e ao Legislativo.

O estudo-piloto, realizado em 2013, possibilitou testar, avaliar, revisar e aprimorar os instrumentos e os procedimentos da pesquisa, como meio de identificar os pontos fracos e corrigi-los antes de seguir adiante. Esse estudo propiciou que se alcançasse a última etapa do trabalho com escolhas metodológicas mais adequadas aos objetivos propostos, que podem ser verificados na sequência, com a análise dos últimos conjuntos de dados desta dissertação.

As atividades vivenciais (“Jornadas de Aprendizagem”, “Simulação de Reunião de Comissão”, “Oficina de Elaboração de Projetos”) têm sido cada vez mais utilizadas pela equipe de organizadores para provocar a reflexão entre os professores. Percebeu-se os professores de 2014 mais conectados, mais sensibilizados e reflexivos. Mas até onde vai essa sensibilização? Há mudança de percepção do professor em relação às próprias práticas educativas? Eles se sentem

compromissados a partir da sensibilização? Como fica a visão deles em relação ao Programa, à Educação para a Democracia e à Câmara dos Deputados?

Para elucidar as dúvidas que conduziram a este trabalho, os professores participantes do “Missão Pedagógica no Parlamento”, nas edições de 2013 e 2014, responderam a dois questionários: um antes de chegarem a Brasília e outro depois do módulo presencial. A análise desse conjunto de dados se encontra na próxima seção.

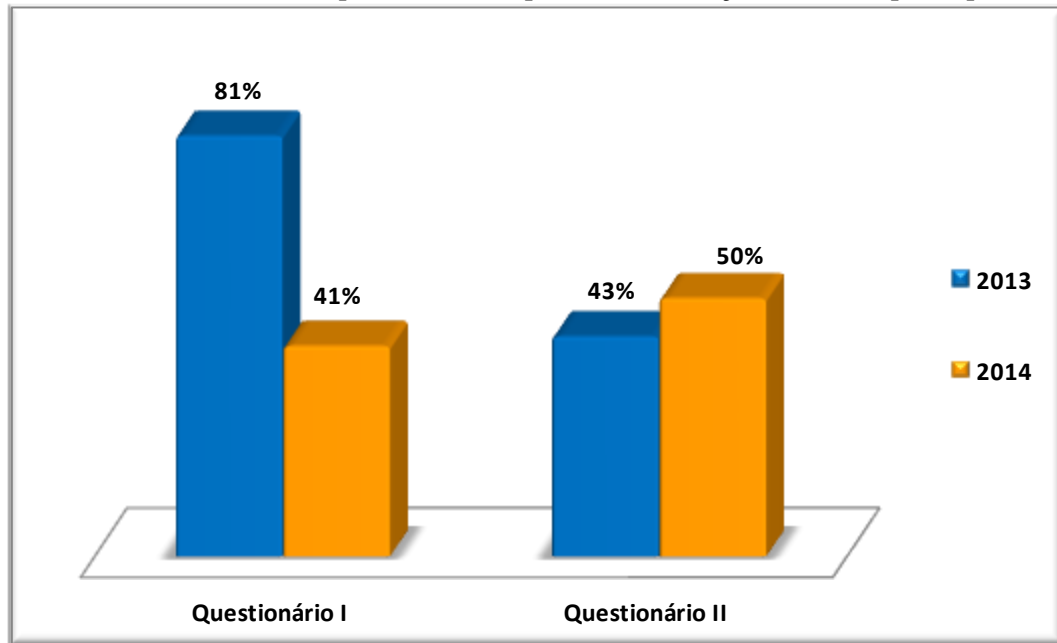
3.1. Perfil dos professores do MPP nas edições de 2013 e 2014

“Um país se faz com homens e livros.” (Monteiro Lobato)

Na semana que antecedeu o módulo presencial em Brasília, o primeiro questionário foi encaminhado via *e-mail* para os 54 professores participantes do Programa MPP, tanto em 2013 como em 2014. Eles foram orientados a responder a ele, caso fosse de sua vontade, antes da chegada a Brasília. O motivo de tal recomendação era iniciar a análise do perfil dos participantes; identificar como e por que esses professores decidiram participar do MPP e qual o entendimento e as expectativas em relação ao Programa e à temática da Educação para a Democracia (EPD); analisar a percepção inicial dos participantes em relação à CD e ao Poder Legislativo, antes de qualquer influência, após a chegada ao local do módulo presencial.

Dos 54 questionários enviados em 2013, 19 foram devolvidos respondidos via *e-mail* e três, entregues em mãos no primeiro dia do curso. Foi autorizado pelos organizadores do MPP que a pesquisadora se dirigisse aos professores participantes, solicitando a devolução do instrumento respondido naquele mesmo dia. Mais 22 questionários foram preenchidos. De 54 participantes, 44 responderam ao questionário antes da chegada a Brasília. Em termos percentuais, significa que, em 2013, 81% dos professores participaram da primeira amostra. Da segunda amostra, entre os professores de 2013, 43% (23) responderam à pesquisa depois do módulo presencial em Brasília e do último módulo a distância.

Gráfico 1 - Percentual de questionários respondidos em relação ao total de participantes

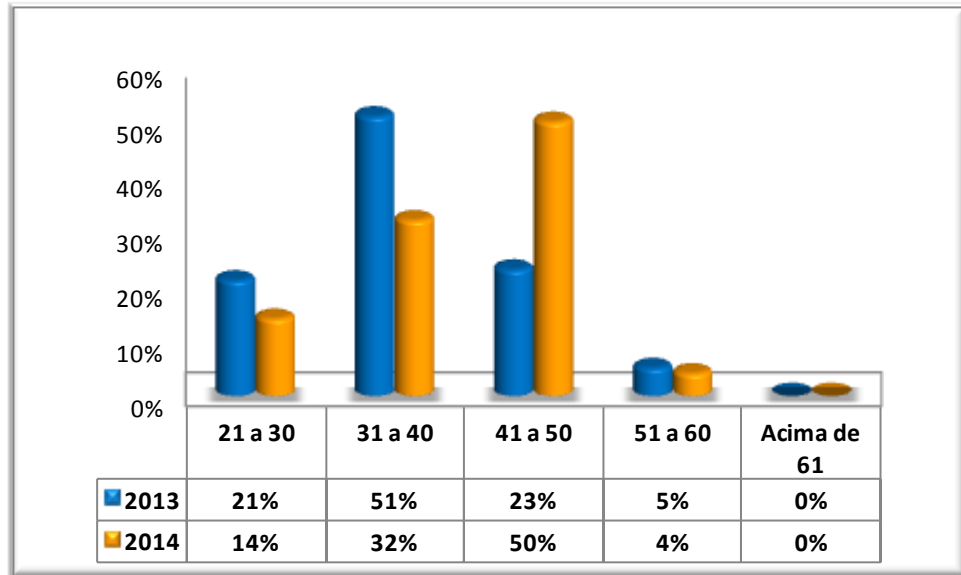


Fonte: Questionários aplicados em agosto/2013, agosto/2014 e setembro/2014.

Na edição de 2014, dos 54 professores selecionados para participar do MPP, 53 chegaram às dependências da Câmara dos Deputados em 1º de setembro, segunda-feira. Dos 54 questionários enviados, 22 foram devolvidos respondidos até a véspera do primeiro dia do curso, ou seja, 41% dos professores responderam antes da chegada a Brasília. Não foi feito nenhum pedido, para que respondessem ao questionário, como na edição anterior. Desta vez, dirigimo-nos aos professores participantes, no último dia do módulo presencial, após a “Oficina de Elaboração de Projetos” para agradecer aos professores que responderam ao primeiro questionário e informar que outro questionário, o último da pesquisa, seria encaminhado ao final do módulo presencial. O procedimento foi diferente, pois, com o prazo para a conclusão e a defesa deste trabalho, não seria possível esperar para aplicar o segundo questionário de 2014 após o módulo a distância, de 50 horas, que só acontecerá em dezembro. Assim, foi requerida a devolução do instrumento respondido, para a conclusão deste trabalho. No último questionário, 50% (27) dos professores enviaram as respostas.

Como primeira parte dos dados levantados por intermédio dos questionários aplicados, em 2013 e 2014, traz-se o perfil dos professores por idade (Gráfico 2), sexo (Gráfico 3), tempo de docência (Gráfico 4), formação e disciplina (Gráfico 5). No Gráfico 2, está a amostra dos professores participantes do MPP em 2013 e 2014, por idade.

Gráfico 2 - Professores do MPP/2013 e 2014 por idade



Fonte: Questionários aplicados em agosto/2013 e agosto/2014 e setembro/2014

Segundo ilustra o Gráfico, entre os **respondentes** da edição do MPP/2013, 51% têm idade entre 31 e 40 anos. Na edição de 2014, essa faixa etária diminuiu, com apenas 32% entre os **respondentes**. Encontravam-se na faixa etária de 41 a 50 anos, 23% dos professores, em 2013, ao passo que, em 2014, 50% dos professores. Entre 21 a 30 anos, estavam 21% dos professores em 2013 e, em 2014, eram 14%. Na faixa entre 51 e 60 anos, eram 5% dos professores em 2013. Em 2014, nessa faixa etária, havia 4%.

O quesito idade foi levantado, para verificar o percentual de professores em idades consideradas ativas para o exercício profissional. Nessa análise, utilizaram-se as idades entre 21 e 60 anos como de início e fim da população em idade ativa, pois esse intervalo etário está de acordo com estudos especializados os quais reúnem as principais taxas de atividade³³. A partir dos 21 anos, os profissionais começam a se inserir no mercado de trabalho e, a partir dos 60, a se aposentar.

Para os professores, a aposentadoria ocorre cinco anos mais cedo. Professores homens, com 30 anos de contribuição, e mulheres, com 25 anos. Assim, a partir dos 50 anos, muitos

³³ Grupos etários mais jovens e mais idosos não são utilizados em estudos como população em idade ativa, no Brasil, por dois motivos: a legislação brasileira e a internacional consideram que todas as pessoas com idade entre 10 a 14 anos devem estar na escola e não no mercado de trabalho; o Estatuto do Idoso estabelece a idade de 60 anos como referência para a definição de pessoas idosas.

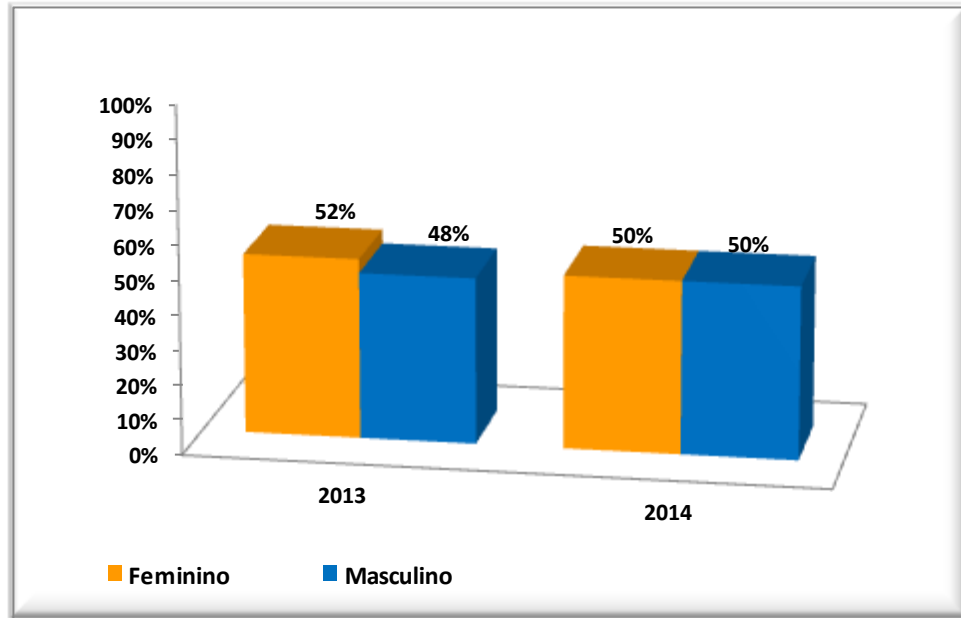
professores já se aposentam³⁴. A partir dos dados coletados, percebe-se que 95% dos professores que participaram do Programa sofreram a intervenção dos conteúdos do MPP em idades consideradas ativas, com a projeção de 10 a 20 anos à frente para desempenhar a profissão e, conseqüentemente, exercitar os conhecimentos, os conteúdos e os valores apreendidos com o Programa - projeção favorável para o alcance dos objetivos que norteiam o MPP.

Outro indicativo do perfil dos professores do MPP se refere a gênero. Pesquisas demonstram que, entre os professores do Ensino Básico do Brasil, a maioria é de mulheres³⁵. Contava-se que representassem a maioria no Programa também. Na representação do Gráfico dos professores respondentes identificados pelo sexo, em 2013, 48% eram do sexo masculino e os 52% restantes, do feminino. Em 2014, o grupo de professores respondentes que participaram do MPP era de 50% de homens e 50% de mulheres. Assim, embora pesquisas demonstrem que, entre professores do Ensino Básico, a maioria é de mulheres, percebe-se um viés na amostra em relação ao sexo dos professores do MPP, tanto em 2013 como em 2014.

³⁴A aposentadoria do professor por tempo de contribuição ocorre 5 anos mais cedo. O professor tem direito a aposentadoria aos 30 anos de contribuição e a professora, aos 25 anos, desde que comprovem o tempo de efetivo exercício no magistério, na educação infantil, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio. A aposentadoria do professor não exige idade mínima, assim como a aposentadoria por tempo de contribuição.

³⁵ Segundo dados do Censo da Educação 2012, dos 2 milhões de docentes da educação básica brasileira, 411 mil são homens e 1,6 milhão, mulheres – ou seja -, para cada 4 mulheres, há um professor do sexo masculino. Na educação infantil, exercem a função 429,8 mil mulheres e apenas 13,5 mil homens. O Censo Escolar é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, e é realizado em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. A coleta tem caráter declaratório e é executada mediante coleta de dados descentralizada, englobando todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica. (BRASIL. MEC/INEP, 2012)

Gráfico 3 - Professores do MPP/2013 e 2014 por sexo



Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013 e setembro/2014

O fato de se identificarem percentuais muito próximos do sexo feminino e do masculino no grupo de professores pesquisados do MPP/2013 apontam duas probabilidades: 1) predominância de homens quanto ao interesse por temas ou assuntos relacionados a política (SACCHET, 2012)³⁶; 2) revelação de que as mulheres começam a mudar esse perfil em relação aos homens, a se interessar mais por política e buscar mais informação (WEF, 2013)³⁷. A amostra dos participantes do MPP/2013 e do MPP/2014 demonstra tendência de interesse e participação igualitária de gênero, entre os professores respondentes.

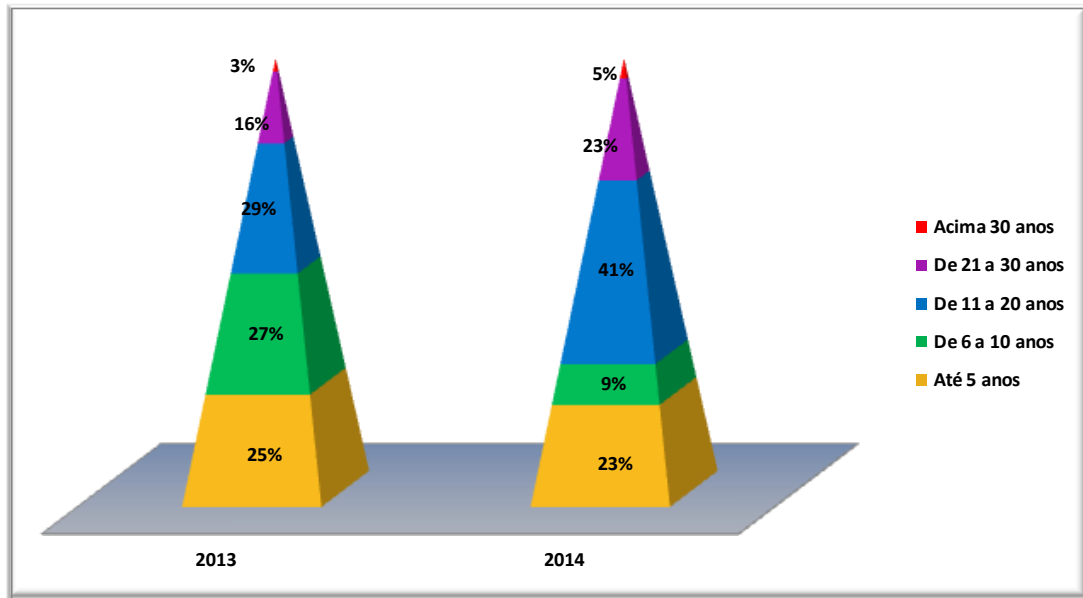
Para analisar o tempo dedicado ao exercício da docência, de acordo com a representação gráfica, nota-se que, no grupo de professores **respondentes**, em 2013, 25% lecionavam há até

³⁶ Os resquícios de uma cultura patriarcal e as estruturas políticas vigentes favorecem a predominância dos homens no cenário político. Nesse sentido, qualquer comparação entre homens e mulheres precisa considerar o modo como as mulheres e os homens foram tratados durante o processo histórico que enfatiza essas diferenças, no caso, no âmbito político. (1) Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opin. Publica* [online]. 2009, vol. 15, n. 2, p. 306-332. ISSN 0104-6276. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200002>>. Acesso em: 3 out. 2014. (2) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano** - PNUD: “A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado”, de 2013.

³⁷ Estudos sobre mulheres no poder e na política e segmentos representativos de mulheres realizam projeções otimistas sobre o fortalecimento da ação política de mulheres com a ampliação da presença feminina e das plataformas feministas nos espaços de decisão e de poder, seja na sociedade civil, seja no Estado. (1) BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Relatório Anual do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero 2009/2010**. 1ª impressão. Brasília. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010. 80p. (2) a desigualdade entre homens e mulheres caiu no mundo em 2013 graças ao aumento da participação das mulheres na política, segundo o estudo realizado para o Fórum Econômico Mundial (WEF)/2013.

cinco anos, 27% estavam na docência há no máximo 10 anos, 29%, há quase 20 anos, 16%, há quase 30 anos e 3%, há mais de 30 anos. No grupo de professores que responderam aos questionários em 2014, 23% eram professores há, no máximo, cinco anos. Lecionavam entre seis e 10 anos, 9% dos professores e, entre 11 e 20 anos, 41%. Na faixa de 21 a 30 anos de profissão, estavam 23% e com mais de 30 anos de profissão, apenas 5%.

Gráfico 4 - Professores do MPP/2013 e 2014 por tempo de ensino



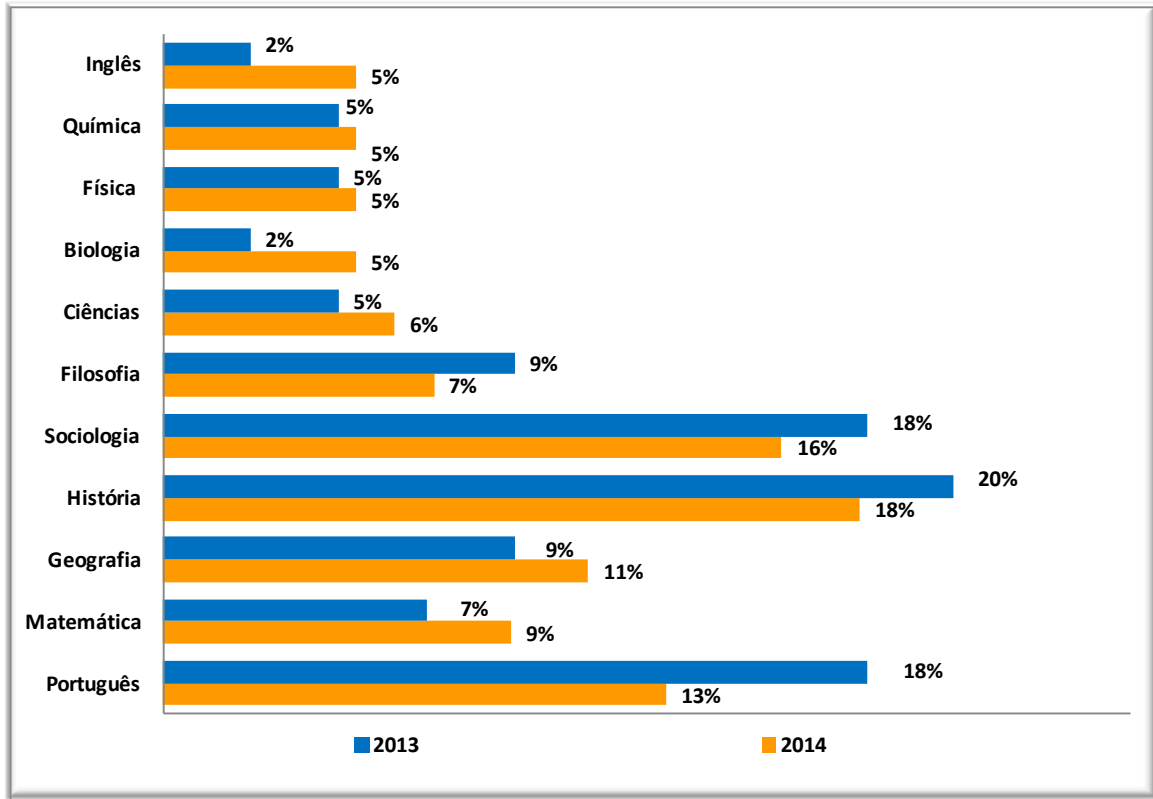
Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013-2014 e setembro/2014

Os percentuais em ambos os grupos de professores que lecionam há no máximo 20 anos totalizam 81% em 2013 e 73% em 2014, indicando que aqueles com menos tempo de profissão são mais interessados em investir na formação continuada e em novas práticas pedagógicas. Destaca-se que, no médio e no longo prazo, esses professores vão compor um grupo etário e profissional que, influenciado pela educação cívica e política, contribuirá para a formação de seus alunos, ponto a ser acrescentado em relação ao potencial do Programa.

Na distribuição dos professores respondentes de 2013 por disciplina que ministram, houve mais concentração nas disciplinas de Português, História e Sociologia. Em outras disciplinas, nota-se pulverização. Mas, caso se reúnam as disciplinas da área de Ciências Sociais (Sociologia, História, Geografia, Filosofia), constata-se que 56% dos professores que participaram do Programa em 2013 estavam neste conjunto. No grupo de 2014, existe concentração de professores nas disciplinas de Português, Ciências, Geografia e História. Também se verifica a pulverização em muitas outras disciplinas. Com o mesmo critério utilizado,

quando reunidas, as disciplinas de Ciências Sociais correspondem a 52% dos professores respondentes neste conjunto.

Gráfico 5 - Professores do MPP/2013 e MPP/2014 por disciplina



Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013 e setembro/2014

Uma análise cabível é a de que o conteúdo relacionado com educação para a Cidadania e para a Democracia e com conceitos e valores do Poder Legislativo está diretamente conectado à área de Ciências Sociais; por isso, mais da metade dos professores em ambas as edições são de disciplinas afetas a ela. Outra linha de análise está conectada à interdisciplinaridade e à transversalidade dos temas de cidadania, Democracia e Poder Legislativo, uma vez que 44% e 48% dos professores que responderam ao questionário em 2013 e 2014, respectivamente, ministravam disciplinas sem relação direta com os temas abordados em Educação para a Democracia, como Matemática, Ciências (Física, Química e Biologia) e Inglês, por exemplo. Independente da linha adotada, os dados comprovam a demanda e o interesse dos professores de várias áreas com referência aos conteúdos instrucionais do MPP.

As primeiras considerações da pesquisa dizem respeito ao perfil dos professores respondentes que participaram do MPP em 2013 e 2014, nos quesitos idade, sexo, tempo de docência e disciplina ministrada. Existe o mapeamento para auxiliar a análise dos tópicos

seguintes deste trabalho sobre a percepção dos professores em relação à Educação para a Democracia, ao programa MPP, ao Legislativo e à CD, nas edições de 2013 e 2014, antes e depois do módulo presencial.

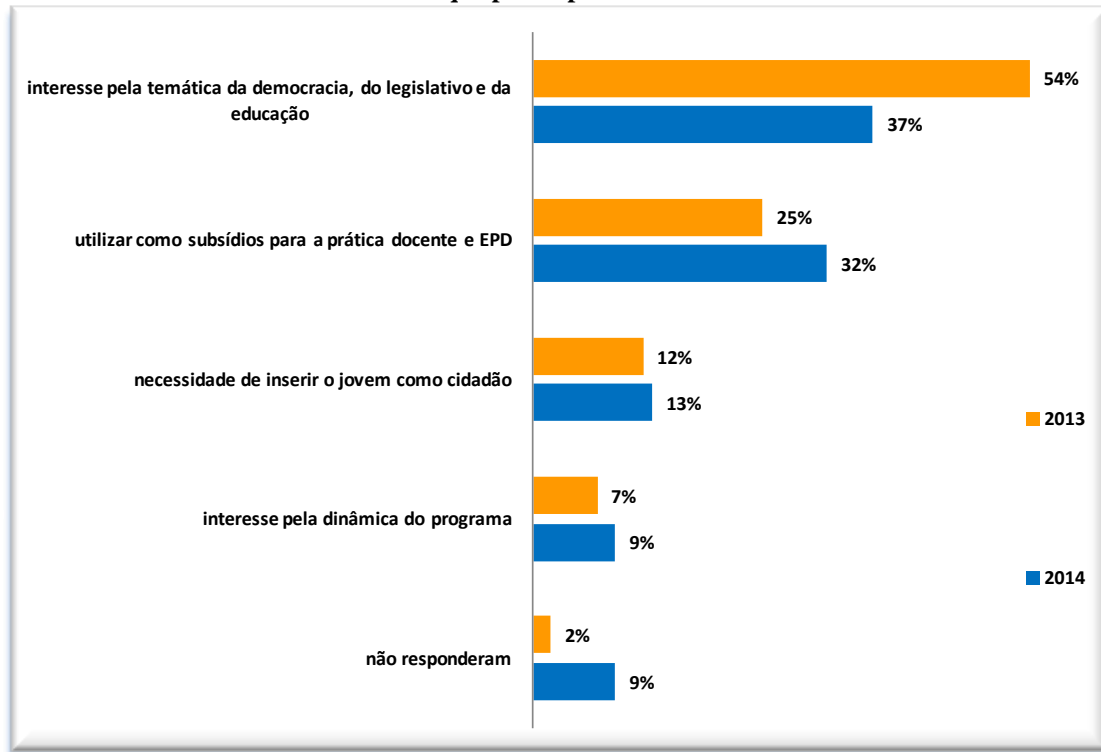
3.2. Visão dos professores sobre Educação para a Democracia e o MPP

“Toda educação que desenvolve o poder para compartilhar coletivamente a vida social é moral.” (John Dewey)

Quando se definiram os grupos que participariam da pesquisa – organizadores e professores –, uma questão se destacou no momento da estruturação do questionário a ser aplicado aos professores: por que eles haviam decidido participar do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento”. Dessa forma, a primeira pergunta feita aos dois grupos de professores participantes do MPP, em 2013 e 2014, no primeiro questionário, foi esta: *Por que decidiu participar do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento”?*

Foi uma pergunta aberta; para a análise inicial, as respostas subjetivas foram categorizadas em cinco grupos, a partir da quantidade de vezes em que as palavras-chave apareceram nas respostas dos professores respondentes em 2013. As palavras-chave eram educação, Legislativo e Democracia; prática educativa/docente e Educação para a Democracia; inserção do jovem e aluno; interesse pelo tema e dinâmica do Programa e sem resposta. Em 2014, as respostas foram categorizadas em quatro grupos apenas: educação, Legislativo e Democracia; prática educativa/docente e Educação para a Democracia; inserção do jovem e aluno; interesse pelo tema e dinâmica do Programa. Foi incluída posteriormente, para cálculo, a opção “não respondeu”.

Gráfico 6 - Por que participar do MPP- 2013 e 2014



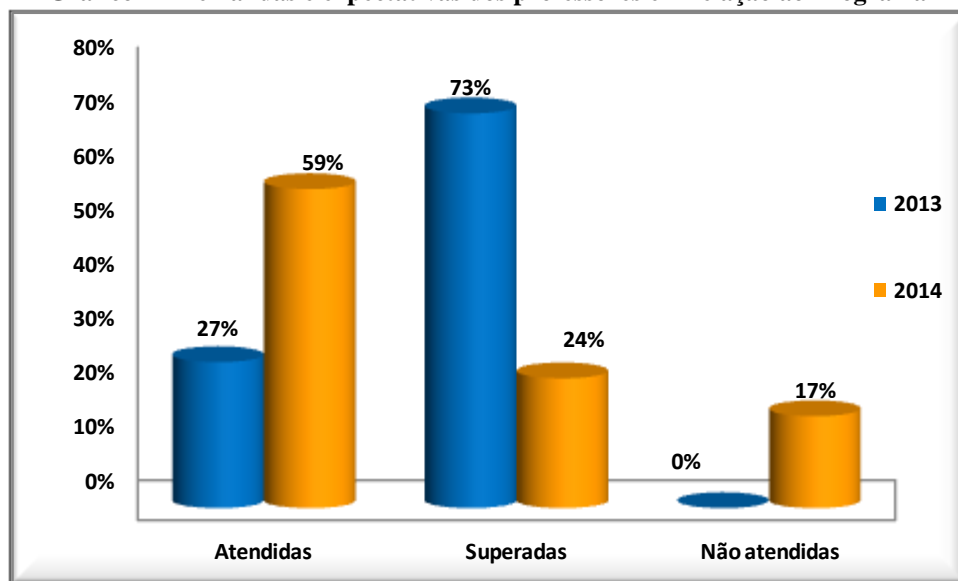
Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013 e setembro/2014

Dos 44 respondentes de 2013, 54% (24) dos professores disseram ter *interesse pela temática da Democracia, do Legislativo e da educação*; 25% (11) afirmaram que vão utilizar os conteúdos *como subsídios para a prática docente e EPD*; 12% (5) sentiram *necessidade de inserir o jovem como cidadão*; 7% (3) responderam que se interessaram *pela dinâmica do programa* e 2% (1) não responderam à questão. O mesmo critério foi utilizado para os 22 respondentes de 2014. Entre eles, 37% (8) dos professores disseram ter *interesse pela temática da Democracia, do Legislativo e da educação*; 32% (7), para utilizar *como subsídios para a prática docente e EPD*; 13% (3) sentiram *necessidade de inserir o jovem como cidadão*; 9% (2) tiveram *interesse pela dinâmica do Programa* e 9% (2) não responderam. .

Ao analisar os percentuais, identifica-se que a maioria dos professores, nas duas edições pesquisadas, 79% e 69%, respectivamente, decidiram participar do MPP, porque se interessaram pela temática da Democracia, do Legislativo e da educação e também porque pretendiam utilizar os novos conhecimentos de EPD na prática docente. Existe, portanto, convergência entre os objetivos dos professores em participar do MPP e os do Programa direcionados a esse público-alvo.

Nesse sentido, no segundo questionário de ambas as edições, uma das questões era verificar se o motivo que levou o professor a participar do Programa tinha sido contemplado. Em 2013 foi perguntado aos professores se, *Em relação ao Programa MPP, era correto afirmar que Não tinha expectativas; As expectativas não foram atendidas; As expectativas foram atendidas e Superou as expectativas*. Foi solicitado que o professor explicasse sua resposta. Já em 2014, houve modificação e a pergunta foi *Alguma expectativa sua sobre o Programa Missão Pedagógica no Parlamento não foi atendida? Qual?* Compararam-se as respostas (Gráfico 8) e a análise da demanda e da expectativa dos professores respondentes.

Gráfico 7 - Demandas e expectativas dos professores em relação ao Programa



Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013 e setembro/2014

Como verificado, em 2013, 73% (17) dos professores declararam que as expectativas em relação ao Programa tinham sido superadas, enquanto em 2014 apenas 24% (6) julgaram as expectativas superadas. O entusiasmo dos professores em relação aos conhecimentos adquiridos sobre o Poder Legislativo e o processo legislativo foi identificado em muitas falas. A importância do esclarecimento sobre o papel do Legislativo e o seu funcionamento e sobre o sistema democrático foi assinalada diversas vezes. O exercício da cidadania e a questão da eleição também foram citados. Além disso, os professores destacaram que o encontro presencial foi algo surpreendente, com atividades e dinâmicas diversificadas, que proporcionaram variada troca de saberes e experiência entre os participantes. Entre as respostas dos professores, sobressaem as seguintes:

Os conteúdos trabalhados foram importantes fontes de conhecimentos sobre o Parlamento. Pude compreender de forma clara como o processo democrático e o processo legislativo funcionam e como isso pode ser traduzido para a comunidade escolar.

Ampliou consideravelmente minha noção sobre o funcionamento do poder legislativo e do sistema democrático no Brasil.

Quando esclarece o papel do poder legislativo que não se prende somente a eleição, mas ao exercício da cidadania do povo.

Foram atendidos em suas expectativas, em relação ao MPP, 27% (6) dos respondentes em 2013 e 59% (15) em 2014. Quanto aos conhecimentos envolvendo a Educação para a Democracia e a prática pedagógica, os professores falaram do fornecimento de subsídios para melhorar a prática educativa e tornar o Programa ferramenta na difusão da Educação para a Democracia e para a elaboração de projetos, além de oportunidade de reflexão sobre a própria postura como docente. Frisam-se as seguintes respostas,

Tive a oportunidade de refletir sobre minha postura docente frente à temática da Educação para a Democracia.

O Programa, de modo particular em sua prática, nos possibilitou amadurecimento de ideias e trocas de experiências que não estamos acostumados a experimentar.

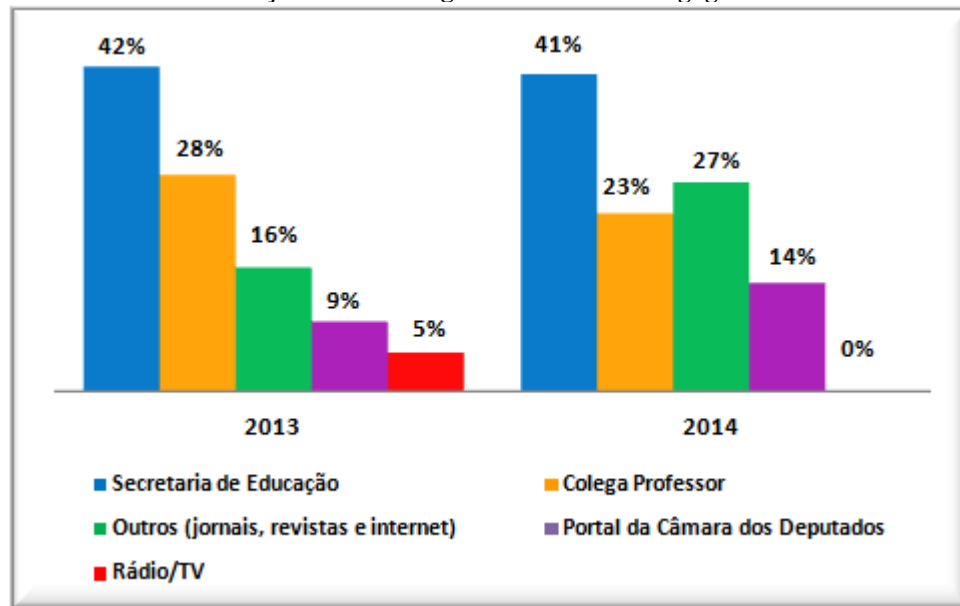
O programa demonstrou ser uma ferramenta importante na difusão da Educação para a Democracia e a importância do parlamento na vida nacional.

Em 2014, 17% (5) afirmaram que as expectativas não foram atendidas, justificando sua resposta. O não atendimento às expectativas, segundo os professores, estava relacionado com o fato de não ter sido possível compartilhar as experiências e os projetos dos professores egressos do MPP e por ressentirem-se de mais informação sobre o processo legislativo:

O curso foi muito bom, mas eu particularmente pensei que teríamos mais noções sobre o processo legislativo, que é um processo muito interessante e nos dá a verdadeira noção de como as leis tramitam no Congresso até virarem leis, propriamente ditas.

No Gráfico 8, estão as respostas dos professores, quando perguntados sobre a forma pela qual descobriram a existência do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento”:

Gráfico 8 - Informação sobre o Programa “Missão Pedagógica no Parlamento”



Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013 e setembro/2014

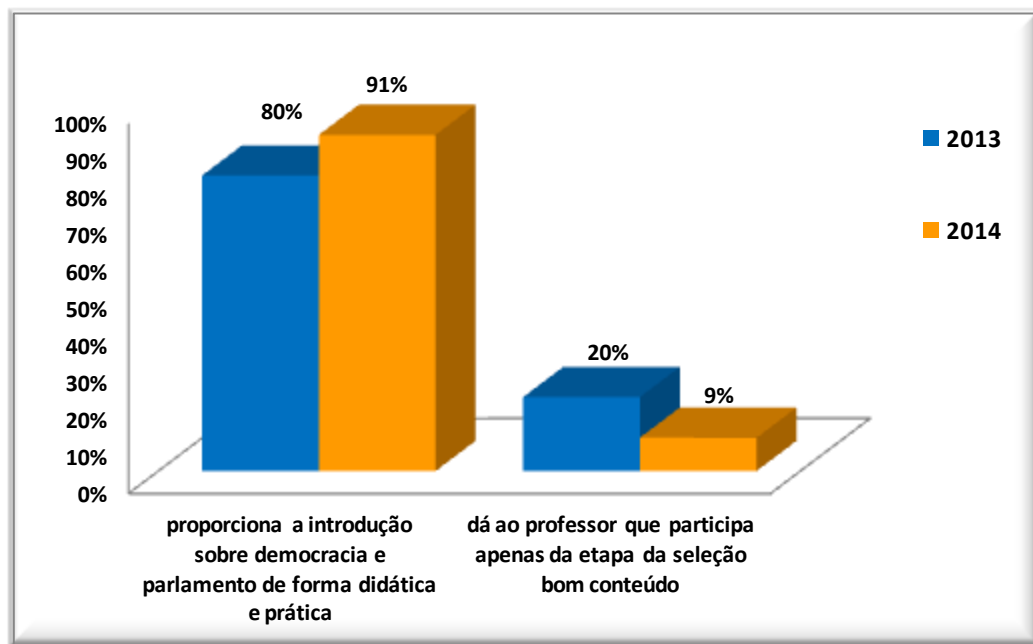
Do grupo de professores de 2013, 42% (18) declararam ter conhecido o Programa por meio da Secretaria de Educação de seu estado ou seu município e 28% (12), por meio de algum colega professor que participou do Programa ou que conhecia alguém que o fez. Em 2014, 41% (9) dos professores souberam do MPP pela Secretaria de Educação de seu estado, enquanto 23% (5), por intermédio de um professor que já tinha participado do MPP.

Identifica-se que, nos dois anos em que a pesquisa foi realizada, os professores respondentes obtiveram a informação sobre a realização do MPP por meio das Secretarias de Educação, ou seja, é fundamental a parceria entre o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e o MPP, que comunica a todas as Secretarias Estaduais. Estas, por sua vez, repassam a informação para as Secretarias Municipais sobre a realização do Programa, confirmando a força das redes locais de interação. As redes e os contatos interpessoais também são importantes, ponto que reforça a relevância de o Programa incentivar a implantação da rede nacional de professores. Outras formas também foram citadas, como o Portal da Câmara dos Deputados, por 9% (4) dos professores, em 2013, e 14% (3), em 2014, e Outros (jornais, revistas e Internet), com 16% (7), em 2013, e 27% (6), em 2014.

O primeiro contato do professor com o Programa ocorreu por meio do processo de seleção que aconteceu com o módulo a distância, de 30 horas, “Educação para a Democracia e o Parlamento”. Perguntados sobre a opinião quanto ao conteúdo do módulo a distância, 80% (35)

dos professores respondentes em 2013 acreditavam que o curso proporcionaria aos participantes a introdução sobre Democracia e Parlamento de forma didática e 20% (9), que o módulo possibilitava ao professor que participava apenas da etapa da seleção adquirir bom conteúdo sobre Democracia e Parlamento. Na edição de 2014, 91% (20) dos professores concordaram que o curso/módulo de seleção proporcionava a introdução sobre Democracia e Parlamento de forma didática, enquanto 9% (2) entenderam que módulo propiciava a participação de professores interessados em Educação para a Democracia.

Gráfico 9 - Opinião sobre módulo a distância



Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013 e setembro/2014

O processo seletivo do MPP em 2013 e em 2014 utilizou o módulo a distância, de 30 horas, com o tema “Educação e Parlamento”, para introduzir conceitos sobre cidadania, Democracia e Poder Legislativo. Como explicado, deste módulo participaram 216 professores (oito por estado), que passaram por várias avaliações, para selecionar os 54 (dois por estado) que participariam dos outros dois módulos do Programa (presencial e a distância). Essa modificação no processo seletivo proporcionou a introdução dos temas de EPD a maior número de professores (de 54 para 216), modo de se começar a ampliar o número de professores capacitados na temática da Educação para a Democracia e do Legislativo. Os professores pareceram entender e concordar com esse procedimento.

Quando instados a justificar suas respostas, eles esclareceram os pontos de vista. Concordaram que o módulo abrangia o tema de educação e Democracia de forma diversificada e didática, o que facilitava o aprendizado para aqueles que seguiam adiante; para os que participavam apenas da etapa seletiva, propiciava conhecimentos sobre a Educação para a Democracia:.

Porque todo professor é cidadão e trabalha com cidadãos. Assim, o módulo introdutório "Educação para a Democracia" contribui para que todos pratiquem a cidadania de uma maneira mais eficaz.

Porque ele encerra nele mesmo o conteúdo. Quem fez apenas a primeira parte do curso saiu com conhecimentos sobre a Educação para a Democracia.

A respeito dos conteúdos tratados de forma geral, foi feita a pergunta: *Há algum módulo/conteúdo que você acha que deva ser incluído Programa Missão Pedagógica no Parlamento? Cite-os.* Os professores respondentes concordaram que as atividades e os conteúdos garantiam a compreensão necessária ao exercício da docência voltada para a formação cidadã. De acordo com as respostas analisadas, os professores entenderam que os conteúdos oferecidos no módulo de seleção e no presencial eram direcionados à realidade dos educadores em todos os níveis e as informações conduziam à reflexão sobre política e sua prática cotidiana:

Os conteúdos são voltados para a realidade dos educadores em todos os níveis e as informações colaboram com o dia-a-dia do professor na sala de aula.

Pois, nos dá condições de pensar sobre práticas pedagógicas que contemplem o desenvolvimento da educação para democracia.

Salientaram também a necessidade de ser mais destacado, mediante exemplos práticos, o processo legislativo e a importância da assessoria parlamentar na dinâmica legislativa. Outra sugestão foi ser mais bem trabalhada a leitura e a apresentação dos projetos em andamento pelos professores egressos do MPP, de forma a oportunizar o compartilhamento de experiências, críticas e sugestões:

Experiências de anos anteriores, ou seja, atividades sobre projetos de Educação para a Democracia, feito em anos anteriores.

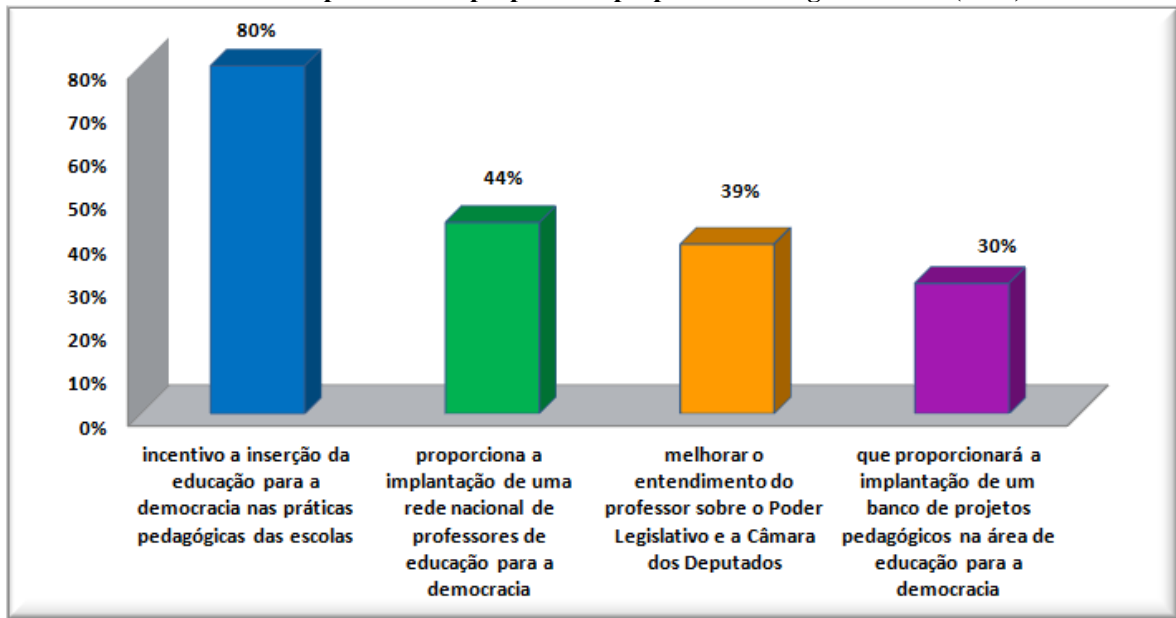
Creio que poderia ter um espaço para mais prática, com a demonstração de sugestão ou com resultado de atividades nessa área.

Achei que poderia ser mais e melhor destacado, através de exemplos práticos, a importância da assessoria parlamentar na dinâmica legislativa.

Sobre o Programa “Missão Pedagógica no Parlamento”, os professores respondentes em 2013, antes do módulo presencial (Gráfico 10), acreditavam, na grande maioria, 80% (35), que

ele incentivaria a inserção da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas. Na ordem de respostas, 44% (19) dos docentes consideravam que o Programa proporcionaria a implantação de uma rede nacional de professores de Educação para a Democracia, 39% (17), que o Programa melhoraria o entendimento do professor sobre o Poder Legislativo e a Câmara dos Deputados e 30% (13), que proporcionaria a implantação de um banco de projetos pedagógicos na área de Educação para a Democracia.

Gráfico 10 - Opinião sobre propósitos e propostas do Programa MPP (2013)



Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013

Além de reflexão sobre a motivação para participar do Programa, os professores participantes do MPP, nas duas edições, teceram considerações sobre as propostas e as intenções do MPP. Dentre as considerações feitas, é possível identificar a satisfação dos professores em participar do MPP e a opinião de que o Programa precisava ser levado a um público cada vez maior e estendido aos coordenadores pedagógicos. Eles também comentaram a oportunidade de reflexão sobre a própria prática docente e a possibilidade de trabalhar com as novas metodologias apresentadas no Programa, envolvendo a Educação para a Democracia e a escola como espaço privilegiado. Os conhecimentos acerca do Poder Legislativo foram comentados. A desconstrução do imaginário popular sobre o Legislativo via o MPP também foi citada e a importância de ensinar, informar e esclarecer sobre o papel do Poder Legislativo, como formador de sujeitos participantes da história nacional.

Após o módulo presencial, foi proposto aos professores do MPP/2013 que externassem opiniões sobre o Programa. Foram 22 respondentes, e, entre eles, as respostas destacaram a importância da oferta de conhecimentos sobre o Legislativo e a necessidade da inserção de práticas de Educação para a Democracia no âmbito escolar:

O Programa aumenta o conhecimento e proporciona ao educador conhecer propostas novas e realistas. As palestras, a apresentação dos conteúdos e a interatividade com outros professores possibilita uma avaliação do trabalho em sala de aula.

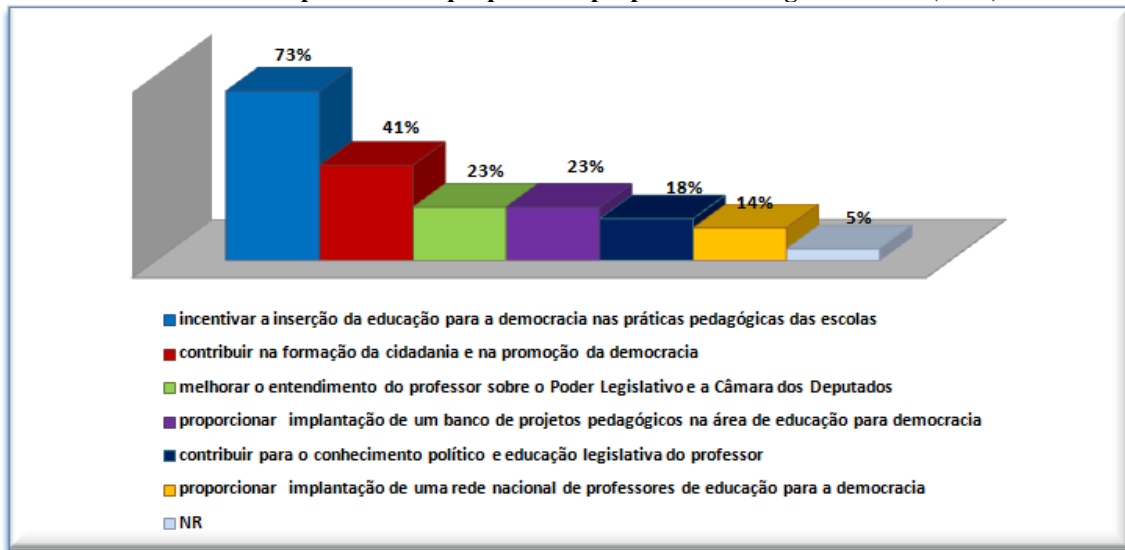
Favorável por dar suporte ao trabalho com o conhecimento do Poder Legislativo, seus objetivos, atribuições, entre outros.

O Programa MPP é excelente para que os educadores conheçam os bastidores do poder legislativo e estimula a cooperação e a troca de experiências entre os professores participantes.

Foi uma experiência interessante e foi de extrema utilidade para melhorar minha prática e incentivou a inserção da Educação para a Democracia no meu cotidiano.

No levantamento entre os professores do MPP de 2014, antes do módulo presencial (Gráfico 11), 73% (16) dos professores julgavam que o MPP incentivaria a inserção da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas, a partir da sua realização, enquanto 41% (9) acreditavam que o MPP contribuiria para a formação da cidadania e a promoção da Democracia, sendo que esta opção não constou no questionário de 2013. Na sequência, 23% (5) dos mestres acreditavam que o programa melhoraria o entendimento do professor sobre o Poder Legislativo e a Câmara dos Deputados, e outros 23% (5), que proporcionaria a implantação de um banco de projetos pedagógicos na área de Educação para a Democracia, 18% (4), que o MPP contribuiria para o conhecimento político e a educação legislativa do professor e 14% (3), que o Programa estimularia a implantação de uma rede nacional de professores de Educação para a Democracia. Não responderam à pergunta 5% (1) dos professores, conforme ilustrado no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Opinião sobre propósitos e propostas do Programa MPP (2014)



Fonte: Questionário aplicado em setembro/2014

Ainda sobre o MPP, os professores de 2014 foram solicitados a explicar a opinião dada, depois do módulo presencial. As respostas indicam que o incentivo à inserção da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas e a implantação de um banco de projetos pedagógicos na área de Educação para a Democracia são dois dos objetivos do MPP muito próximos de concretização, na percepção dos professores.

Um programa muito importante para a difusão da Educação para a Democracia e a importância do Legislativo. Deveria ser ampliado. É preciso desconstruir o imaginário popular acerca do Legislativo. Sua credibilidade também depende de programas como o Missão.

Magnífico! Foi uma experiência única para mim enquanto docente. Gostaria muito de retornar ao CEFOR caso meu projeto tenha êxito e apresentá-lo em uma próxima edição do programa!

Considero como um grande programa visto que nos ensina/informa/esclarece sobre o papel do legislativo e como os poderes se organizam.

O Programa é de grande relevância, com módulos e estudos bem pertinentes. Deveria ser expandido p professores e coordenadores de escolas

É um programa de grande relevância para enriquecer o nosso aprendizado acerca do Parlamento, da nossa prática democrática e de incentivo ao fazer democrático no espaço escolar.

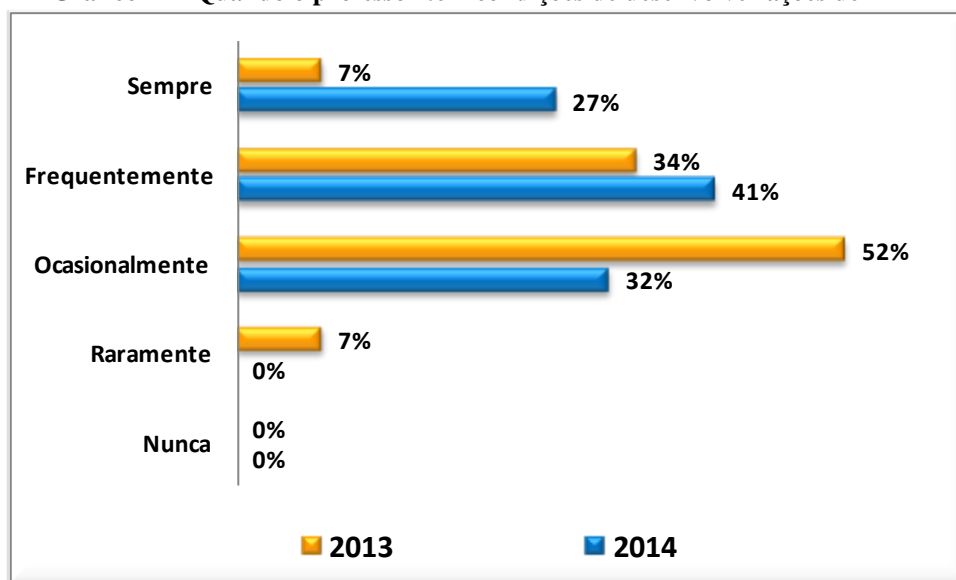
É possível identificar que existe interesse na inserção da temática da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas, quando se verificam os dados coincidentes nos grupos de professores respondentes de 2013 e 2014, antes e depois, sobre a opinião em relação

aos propósitos do Programa e se cruzam com as respostas sobre o motivo por que ele (professor) resolveu participar do Programa.

A possibilidade de ofertar os conteúdos de Educação para a Democracia nos moldes sugeridos pelo MPP aos alunos foi considerada, assim como a possibilidade de retornar a Brasília para a apresentação de projetos com êxito, na próxima edição do MPP. Foram apresentadas considerações sobre a organização, o profissionalismo e a educação das pessoas envolvidas com a realização do Programa. Algumas críticas foram feitas, como em relação ao reforço reiterado sobre a Democracia representativa, não possibilitando a reflexão sobre “uma outra saída” para a Democracia. A dinâmica do “*World Café*” foi criticada e observou-se a necessidade de ser diferente, pois, do modo como ocorreu, os professores não puderam conhecer os projetos dos participantes das outras edições do Programa.

Em seguida, os participantes da edição de 2013 foram questionados, antes do módulo presencial, sobre *quando o professor tem condições de desenvolver atividades relacionadas à educação política ou a Educação para a Democracia na formação das crianças e jovens em suas respectivas escolas*. Entre os 44 respondentes, 52% (23) afirmaram que, às vezes (ocasionalmente), tinham condições de desenvolver atividades relativas à EPD nas respectivas escolas, enquanto 34% (15) deles responderam que com frequência tinham condições de desenvolver tais atividades. Do grupo, 7% (3) asseveraram que sempre tinham condições, enquanto 7% (3), que raramente tinham condições de desenvolver atividades relacionadas à EPD.

Gráfico 12 - Quando o professor tem condições de desenvolver ações de EPD



Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013 e setembro/2014

Em 2014, 41% (9) dos professores responderam que com frequência tinham condições de desenvolver atividades relacionadas à EPD nas respectivas escolas, ao passo que 32% (7), que apenas ocasionalmente tinham condições. Nessa amostra, 27% (6) professores afirmaram que sempre tinham condições; nenhum professor se pronunciou sobre nunca ter condições de desenvolver atividades relacionadas à EPD (Gráfico 12).

Os professores participantes do MPP/2014, por sua vez, foram instados a explicar as respectivas respostas. Identificou-se nesse grupo que alguns dos professores já desenvolviam atividades voltadas à cidadania dos alunos em diferentes contextos, como visita à Câmara de Vereadores, debate, produção de textos de opinião a partir de questões polêmicas e mediação dos conflitos, entre alunos, com a família, com o próprio professor. Alguns professores lembraram que algumas gestões e até colegas não gostariam desse tema. “Estão sempre tentando desmotivar professores empenhados nisso”, apontou um dos respondentes.

De modo geral, os professores explicaram que não era a escola que propiciava as condições para o desenvolvimento dessas atividades. “As atividades interdisciplinares só acontecem quando os professores realizam e a escola, no caso direção e coordenação pedagógica, geralmente, não ajudam nem atrapalham”, frisou um dos professores que participou da pesquisa.

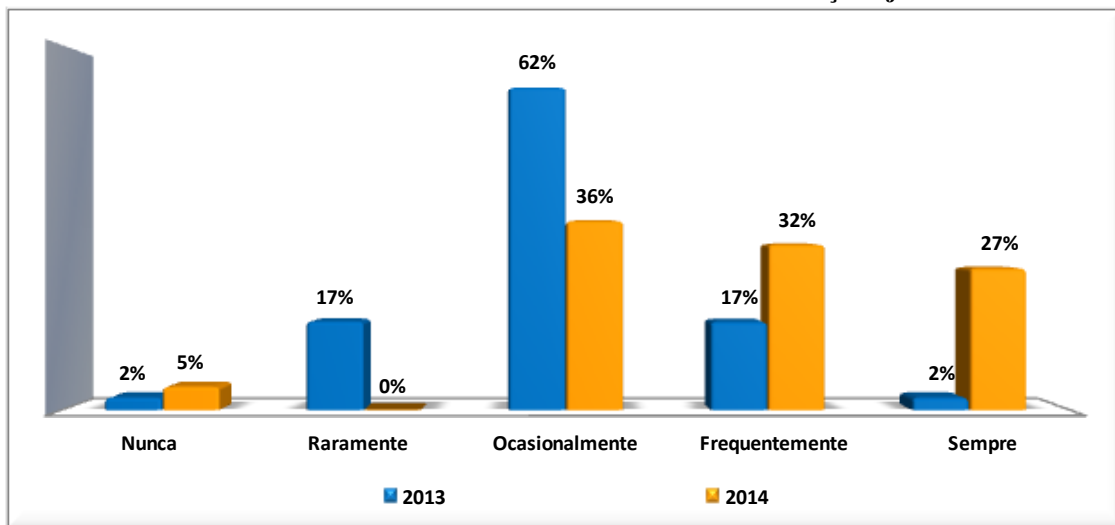
Os participantes do MPP/2013, por já terem terminado o curso, responderam à seguinte pergunta na aplicação do questionário: *Você desenvolveu algum projeto ou já aplicou na prática algum conteúdo do MPP? Se sim, descreva.* Do grupo de 23 professores respondentes em 2013, 74% (17) disseram que sim, que de alguma forma eles estavam aplicando os conhecimentos adquiridos no MPP, enquanto 26% (6) responderam que não. A maioria dos projetos descritos se refere ao incentivo para representantes de classe/sala ou de grêmios estudantis. Também relataram projetos ainda em fase de elaboração relacionados ao Parlamento e ao seu funcionamento, mas sem mais descrições. Projetos envolvendo letramento político e participação de estudantes na Câmara de Vereadores também foram citados, igualmente sem descrições ou detalhes.

Na edição de 2014, no questionário aplicado antes do módulo presencial, a pergunta foi *Você conhece ou ficou sabendo de algum projeto desenvolvido por professores que participaram do Programa Missão Pedagógica no Parlamento? Em caso afirmativo, cite-o.* Nesse quesito, dos 22 respondentes, 65% (14) responderam não, 25% (6) não responderam e 10% (2) responderam

afirmativamente. Foi citado um projeto em que o professor levava os alunos à Câmara de Vereadores. Outro professor citou os projetos que seriam apresentados durante o módulo presencial, em 2014: Projeto “Jardinea - Cultivando Flores e Valores”, Projeto "Revitalizando o Conselho Escolar, um novo olhar sobre este colegiado", Projeto "Ceará-Mirim - conhecer para preservar", Projeto "VIVA+ Democracia: Educação de Pares".

Ainda sobre a realização de atividades e projetos em EPD, foi feita, entre os professores do MPP 2013 e 2014, a seguinte pergunta: *a escola estimula a realização de atividades relacionadas à educação política e para a cidadania ou à Educação para a Democracia com as crianças e jovens de sua escola?* (Gráfico 13).

Gráfico 13 - A escola estimula atividades de EPD com crianças e jovens?



Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013 e setembro/2014

Entre os 44 professores participantes da pesquisa, em 2013, 62% (28) responderam que, às vezes (ocasionalmente), e 17% (7), que raramente. Além disso, 17% (7) disseram que com frequência e 2% (1), sempre. Outros 2% (1) afirmaram que nunca tinham estímulo para realizar tais atividades. Não responderam a essa pergunta 1% (1). Na edição de 2014, entre os 22 respondentes, 36% (8) responderam que ocasionalmente eram estimulados, enquanto 32% (7), que frequentemente a escola estimulava a realização de atividades relacionadas à educação política e à cidadania ou à Educação para a Democracia. Já 27% (6) dos professores responderam que sempre e 5% (1), que a escola nunca estimulava a realização de atividades relacionadas à educação política.

Os dados parecem relacionar a condição ou a motivação do professor para desenvolver atividades pedagógicas com o estímulo e a condição oferecida pela escola para que ações e

projetos, envolvendo Educação para a Democracia, sejam desenvolvidos. Como a escola, depois da família, representa o ambiente onde valores como direitos e deveres, interesses coletivos e interesses individuais, participação, debates e discussões deveriam ser exercitados continuamente, é questão que merece ser investigada de forma mais aprofundada. Como afirmaram os respondentes, há várias questões que interferem no desenvolvimento dessas atividades, sobretudo a falta de interesse das escolas:

As gestões e professores, em geral, não gostam desse tema. Acham perigoso que crianças possam questionar suas autoridades; estão sempre tentando desmotivar professores empenhados nisso. Com tantos impedimentos, o professor não se encoraja para dar um passo além do que deu. Sabe que terá de entrar numa luta "quixotesca" para avançar; sabe que todos estarão contra. Assim, para não adoecer, ele faz isso uma ou duas vezes na vida.

Apesar da importância do tema, apenas no período eleitoral surge uma real motivação das instituições de ensino e de alguns alunos. No mais, o tema permanece esquecido, como se democracia tivesse hora e dia pra acontecer.

De um modo geral, não é a escola que propicia as condições para o desenvolvimento dessas atividades ou outra qualquer. As atividades interdisciplinares só acontecem quando os professores realizam e a escola, no caso direção e coordenação pedagógica, geralmente, não ajudam nem atrapalham.

Observei depois que fiz a primeira etapa à distância que a escola, na maioria das vezes, não prioriza o todo, mas impõe regras, normas e o que pode ou não ser realizado. E quando digo escola me incluo também.

Foi concedida oportunidade aos professores de 2014 para justificarem suas respostas. Assim, foi possível identificar que algumas escolas já têm gestores que oportunizam o desenvolvimento de práticas relacionadas à cidadania e à Democracia. Nas respostas analisadas, foram citados projetos referentes à questão de raça, como o dia da “Consciência Negra”; projetos de incentivo à participação dos alunos nas decisões escolares, via conselhos escolares; projeto que permite a simulação das representações políticas nos níveis da formação dos partidos, das escolhas dos representantes e dos debates e da escolha por meio do voto e o projeto “Orçamento Democrático Escolar”, no qual os alunos opinam sobre o destino do dinheiro de que a escola dispõe:

Embora seja professor de áreas exatas, na escola em que eu trabalho nós desenvolvemos atividades voltada para a plena cidadania dos alunos, e sempre dou minhas contribuições no que diz respeito ao uso do patrimônio, o balanço estatístico de gastos com alunos e outras atividades que envolvem a participação coletiva dos alunos.

Leciono a língua inglesa em minha escola e tenho a oportunidade de discutir temas relacionados à política, à educação entre outros, na língua alvo (inglês). Comparando a nossa realidade com a realidade de países falantes de língua inglesa.

Na escola que trabalho sempre desenvolvemos projetos com esse tema, em épocas de eleições, também trabalhamos sobre democracia em parceria com a CGU, Educação Fiscal, desenvolvemos diversas atividades voltadas para o assunto sobre quem exerce os poderes e qual a principal função de cada um.

O fato de atender aos estudantes com as matérias da Base Diversificada é sempre um incentivo da escola, mas também com a participação dos estudantes no Grêmio estudantil, em eventos de natureza reflexiva e democrática (Gestão Participativa).

A compreensão do que seja a Educação para a Democracia precisa se consolidar e as melhores formas de promover sua inserção precisam ser compartilhadas. Nesse sentido, duas perguntas foram feitas aos professores do MPP/2014: *o que você entende como Educação para a Democracia?* e *como poderia se dar a inserção da Educação para a Democracia no âmbito escolar?*

Os valores para a cidadania e para a Democracia integram o ideário dos professores, quando refletem sobre o que seria a Educação para a Democracia. É possível identificar a responsabilidade que eles sentem em relação aos alunos quanto à formação para a cidadania. A valorização da educação política foi um ponto citado reiteradamente. A ampliação das ações, envolvendo a educação política, também. Alguns professores identificaram, inclusive, a possibilidade de tornar a educação política disciplina curricular. Em relação à primeira pergunta, algumas das respostas foram:

Tomar ciência da importância da Democracia, bem como multiplicar este conhecimento de forma a possibilitar abertura para a participação efetiva de todos os cidadãos.

O ato de auxiliar na formação de um indivíduo político. Isto é, atuante dentro da sociedade em que vive não apenas como cidadão com direitos e deveres definidos, mas também como uma parte consciente e participativa de seu governo.

Acredito que seja uma educação que preza pelas decisões tomadas em conjunto para o alcance de seus objetivos, tendo a participação de todos os envolvidos nesse processo e buscando sempre o que é melhor para o grupo e não apenas para uma minoria.

Primeiro acho que deveria ser uma disciplina obrigatória, para que todos os profissionais percebessem e tivessem como objetivo essa questão. E com certeza ela deve ser totalmente voltada para a prática, é necessário viver a democracia dentro da escola.

Para os professores, a inserção da Educação para a Democracia no âmbito escolar precisa de longo caminho a percorrer. Inicia com o compromisso com a elaboração e a implantação de projetos relacionados à prática da Educação para a Democracia. Isso parece ser o ponto de partida para os professores, assim como a mobilização de outros colegas. Por isso,

algumas das respostas à pergunta *como poderia se dar a inserção da Educação para a Democracia no âmbito escolar?* foram:

Acredito que todas as cidades deveriam oportunizar formações aos seus professores sobre educação para democracia, apoiando a criação de projetos em todas as escolas. Pretendo conversar com os colegas da escola, dividindo os conhecimentos adquiridos, o que penso ser fundamental que todos os participantes façam.

Acredito que o primeiro passo é a conscientização sobre a importância da política na nossa vida diária. É preciso desvincular essa ideia de política como sinônimo de corrupção e mostrar aos nossos estudantes que a política, em sua concepção maior, está presente em nossas vidas, desde o ambiente familiar até as decisões dos parlamentares.

Por meio dos projetos idealizados e realizados pelos professores das disciplinas de filosofia, sociologia, história, geografia e outros interessados em questões políticas, de forma interdisciplinar/transdisciplinar. Elaborar, implantar e consolidar projetos de participação política da comunidade escolar. Buscar cultivar uma cultura de participação.

A Educação para a Democracia precisa acontecer em nossas escolas, e não de uma única forma. Entendo que cada um dos participantes, depois de ouvir os relatos de experiências, vai construir seus próprios métodos de inserção. De minha parte, por exemplo, vou começar com um debate com os alunos e professores, através da roda de conversa, para junto com eles tentar a melhor forma de construir uma escola democrática.

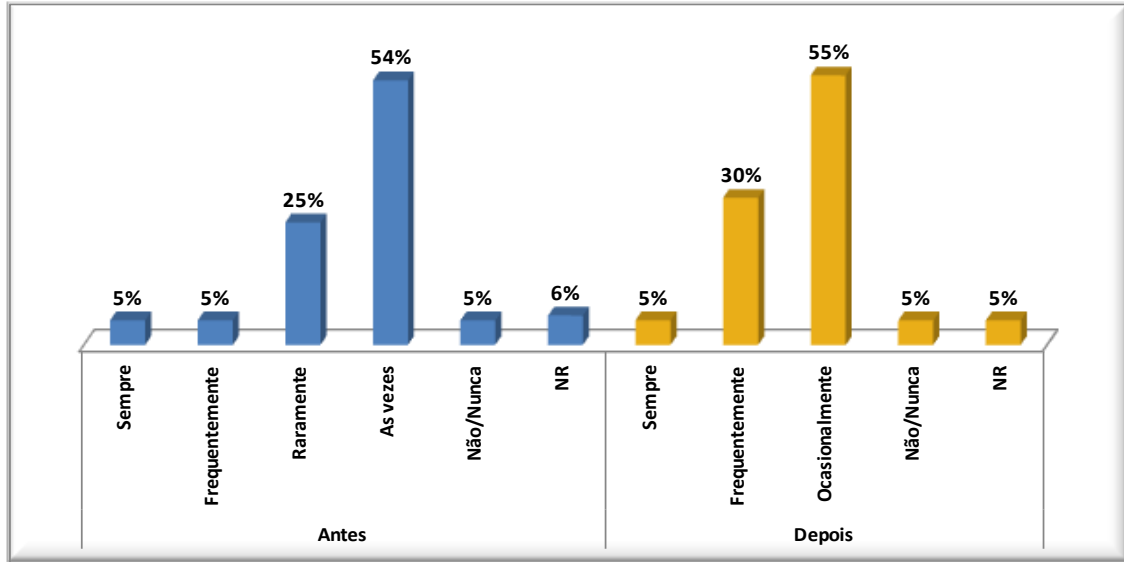
Até aqui, identifica-se consonância entre a percepção dos professores que participaram da pesquisa e a concepção e os propósitos do Programa “Missão Pedagógica no Parlamento”, desde a formatação do Programa com os módulos presencial e a distância. Nesse sentido, a trilha de aprendizagem que envolve a Educação para a Democracia estimulou o debate, conforme os objetivos apontavam. Na sequência, analisar-se-á a percepção dos professores do MPP em relação ao Legislativo e à Câmara dos Deputados.

3.3. Percepção dos professores em relação ao Legislativo e à CD

“Creio no Parlamento, ainda que com suas demasias e fraquezas, que só desaparecerão se o sustentarmos livre, soberano e independente.” (Mário Covas)

Dos questionários aplicados aos professores, as considerações iniciais sobre a percepção deles em relação ao Legislativo e à Câmara dos Deputados começam com a pergunta *você se sente representado pela Câmara dos Deputados?* conforme ilustração do Gráfico a seguir:

Gráfico 14 - Você se sente representado pela CD (MPP/2013)?



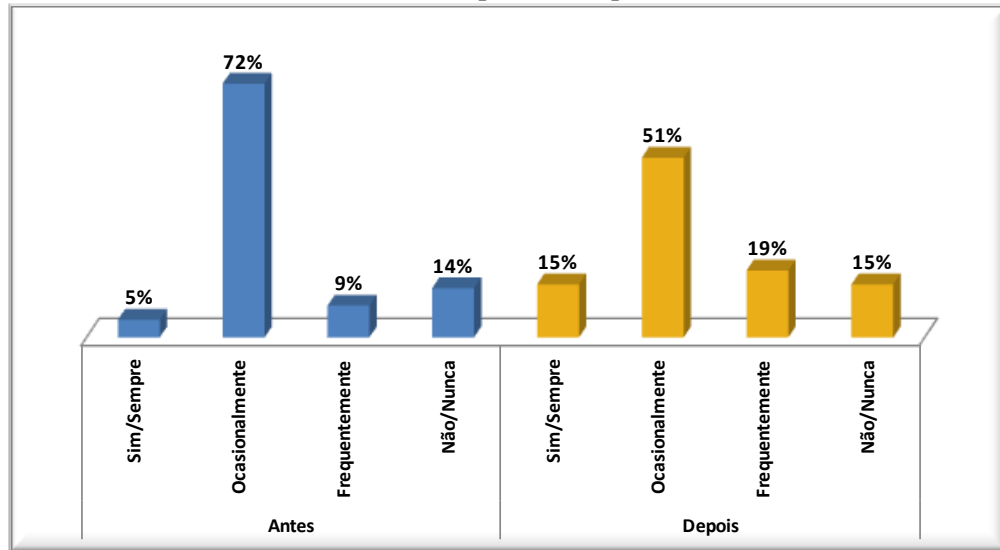
Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013 (antes) e agosto/2014 (depois)

Antes do módulo presencial do MPP/2013, na resposta a essa questão, 54% (24) dos 44 respondentes da pesquisa expressaram que somente às vezes se sentiam representados pela Câmara dos Deputados, enquanto 25% (11) responderam que raramente se sentiam representados e 5% (2), que não se sentiam representados. Do restante dos questionários, 6% (3) não responderam, 5% (2), que frequentemente e apenas 5% (2) disseram que sim. Após o módulo presencial, houve 23 respondentes - 55% (13) expressaram que raramente se sentiam representados pela Câmara dos Deputados e 5% (1) afirmaram que nunca se sentiam representados, enquanto 5% (1) não responderam, 30% (7) responderam que frequentemente e 5% (1) disseram que sempre se sentiam representados pela Câmara dos Deputados.

No questionário aplicado antes do módulo, as opções eram “não”, “raramente”, “às vezes”, “frequentemente” e “sim”. No questionário aplicado depois do módulo, as opções eram “nunca”, “raramente”, “frequentemente” e “sempre”. Foi retirada a opção “às vezes” para evitar que os respondentes “camuflassem” as posições (um “às vezes” pode ser um “sim” ou um “não”); em vez de “raramente”, a opção passou a ser “ocasionalmente”, para existirem respostas mais objetivas. A variação nas respostas permitiu a análise de que os professores mudaram a opinião sobre se sentirem ou não representados pela CD após o módulo presencial. Em 2013, caiu de 79% (54% - “às vezes” somado com 25% - “raramente”) para 55% o percentual de professores que disseram se sentir ocasionalmente representados. Aumentou de 5% para 30% os que se

sentiam frequentemente representados pela CD. Permaneceram em 5% os professores que “sim” se sentiam (sempre) representados, tanto antes quanto depois do curso.

Gráfico 15 - Você se sente representado pela CD (MPP/2014)?



Fonte: Questionário aplicado em agosto/2014 (antes) e setembro/2014 (depois)

Em 2014, dos 22 respondentes, 72% (16) disseram que se sentiam representados ocasionalmente, 14% (3), nunca se sentiam representados, 9% (2) se sentiam representados frequentemente e 5% (1) sempre se sentiam representados, no questionário aplicado antes da chegada deles a Brasília, para o módulo presencial. Após o módulo presencial, 51% (14) dos professores disseram que se sentiam representados ocasionalmente, 15% (4), não se sentiam representados, 19% (5), representados frequentemente e 15% (4) sim, sentiam-se representados.

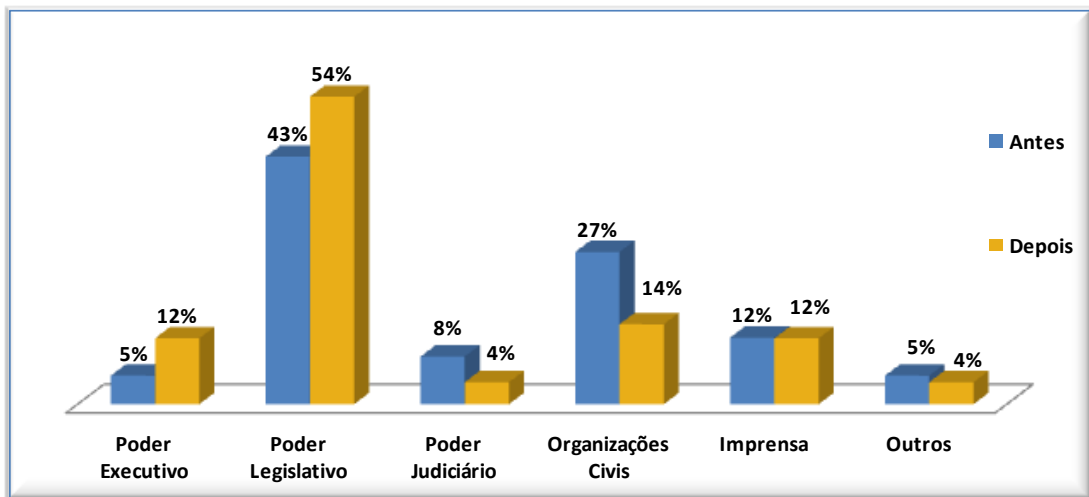
Ainda em 2014, caiu de 72% para 51% o percentual de professores que disseram se sentir ocasionalmente representados e aumentaram de 9% para 19% os que se sentiam frequentemente representados pela Câmara dos Deputados. Da mesma forma, aumentaram de 5% para 15% os professores que se sentiam (sim) representados. Esta é a primeira mudança de percepção identificada.

No entanto, apesar do número considerável de professores que disseram não se sentir representados pela Câmara dos Deputados antes do módulo presencial em 2013, na pergunta *qual instituição é a mais importante para a manutenção e fortalecimento da democracia brasileira?*, as respostas demonstram que 43% (19) deles acreditavam que o Poder Legislativo era a instituição mais importante para fortalecer a Democracia no Brasil, enquanto 27% (12) julgaram que também as Organizações Cívicas eram importantes. Indicaram a Imprensa como instituição

mais importante 12% (5) dos professores, o Poder Judiciário, 8% (4), e 5% (2) concordaram que o Poder Executivo era importante para a manutenção e o fortalecimento da Democracia. Marcaram a opção Outros 5% (2) dos professores, sem, no entanto, especificar qual outra instituição seria importante para a Democracia.

Depois do módulo presencial, entre os respondentes de 2013, o Poder Legislativo foi o mais votado, com 54% (12) das opiniões. Na sequência, 14% (3) acharam que as organizações civis eram mais importantes, a Imprensa apareceu com 12% (3), empatada com o Poder Executivo, como instituição mais importante. Entre o restante dos professores, 4% (1) afirmaram que o Poder Judiciário era importante para a manutenção e o fortalecimento da Democracia. Também marcaram a opção Outros 4% (1) dos professores, especificando que as organizações não governamentais seriam importantes para a manutenção da Democracia (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Instituições importantes para a Democracia brasileira (MPP/2013)

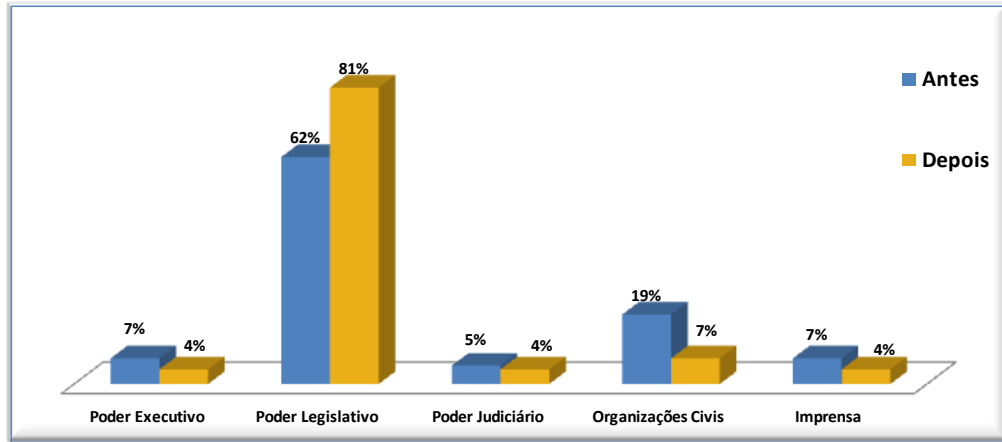


Fonte: Questionários aplicados antes e depois do módulo presencial - agosto/2013 e agosto/2014

Em 2014, os professores participantes do MPP responderam à mesma pergunta, antes (22 professores) e depois (27 professores) do módulo presencial. Antes, 62% (13) apontaram o Poder Legislativo como a instituição mais importante para a Democracia, 19% (4) disseram que as organizações civis eram mais importantes, enquanto o Poder Executivo teve 7% (2) dos votos e a Imprensa foi apontada como mais importante por 7% (2) dos docentes. Apenas um professor (5%) escolheu o Poder Judiciário (Gráfico 17). Depois do módulo presencial, 81% (22) apontaram o Poder Legislativo como a instituição mais importante para a Democracia, enquanto o Poder Executivo e a Imprensa obtiveram, ambos, 4% (1) dos votos. Outros 7% (2) disseram que

as organizações civis eram mais importantes, enquanto 4% (1) acharam que a instituição mais importante para a Democracia era o Poder Judiciário.

Gráfico 17 - Instituições importantes para a Democracia brasileira (MPP/2014)



Fonte: Questionários aplicados em agosto e setembro/ 2014

Entre os professores do MPP, em ambas as edições, o Poder Legislativo foi apontado como a instituição mais importante para a manutenção e o fortalecimento da Democracia no Brasil. Em 2013, o percentual subiu de 43% para 54%. Em 2014, a variação no percentual foi ainda mais significativa, subindo de 62% para 81%. Esta foi a segunda e mais importante mudança de percepção entre os professores, identificada neste trabalho.

No que concerne aos objetivos do trabalho, o principal deles consiste em verificar se houve ou não a mudança de percepção dos professores em relação ao Legislativo após a participação no Programa. Os dados apresentados demonstram que os professores não se sentem representados, na totalidade, pela CD, mas ainda assim percebem o Poder Legislativo como a instituição mais importante para a manutenção e o fortalecimento da Democracia.

Essa aparente discrepância pode indicar a necessidade de repensar a participação do cidadão no sistema representativo brasileiro, conforme indicam autores como Nadia Urbinati (2006) e Leonardo Avritzer (2007), ao discutirem a representação política e a inadequação em face das demandas dos sistemas representativos contemporâneos. Essas demandas surgem da relação sempre tensa entre representados e representante. O representado vê o representante como o defensor de seus interesses, ao passo que o representante, ao receber o mandato, passa a se sentir autorizado a tomar decisões em prol da maioria e não apenas de seus representados, o que, na concepção de Edmund Burke, significa desvincular o mandato do mecanismo da eleição/autorização (mandato imperativo).

Dessa forma, no enfoque deste trabalho, a promoção da Educação para a Democracia para diversos segmentos colabora para compreender a relação entre o cidadão e o Legislativo, quando se fala de representação e participação no cenário político-democrático atual. Isso é comprovado no Gráfico a seguir, que traz as respostas à pergunta *qual modelo de democracia seria ideal para a realidade brasileira?*³⁸.

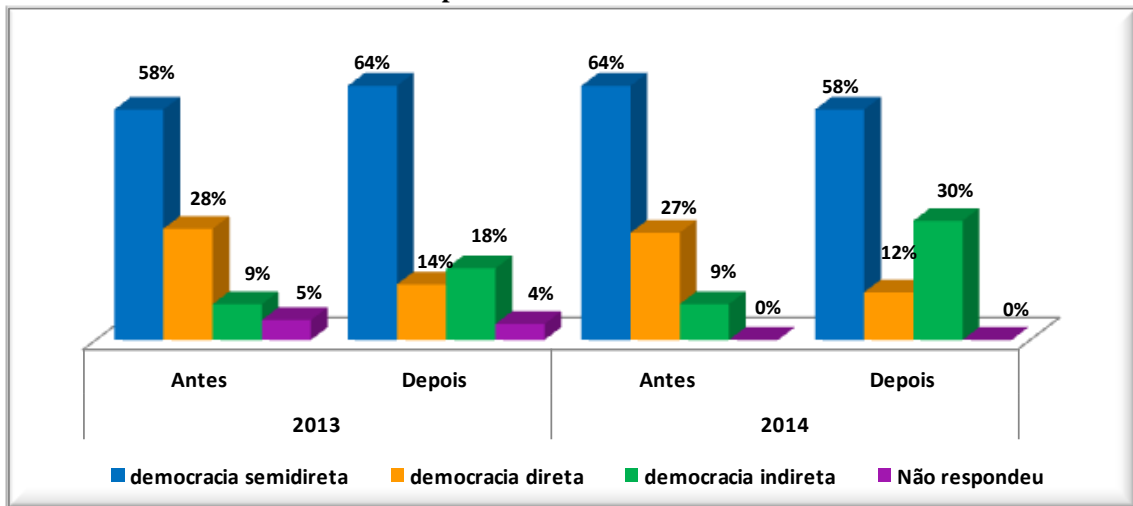
Dos respondentes em 2013, na etapa anterior ao módulo presencial, 58% (26) optaram pela Democracia semidireta, 28% (12), pela Democracia direta, 9% (4), pela Democracia indireta/representativa. Não responderam 5% (2) dos professores. Após o módulo presencial, 64% (15) optaram pela Democracia semidireta, 14% (3), pela Democracia direta, 18% (4), pela Democracia indireta. Um professor (4%) não respondeu.

Em 2014, antes do módulo presencial, 64% (14) dos respondentes optaram pela Democracia semidireta, 27% (6), pela Democracia direta, 9% (2), pela Democracia indireta ou representativa. Após o módulo presencial, as opções foram de 58% (16) pela Democracia semidireta, 12% (3) pela Democracia direta, 30% (8) pela Democracia indireta ou representativa.

Em 2013, a opção pela Democracia semidireta, depois do módulo presencial, aumentou de 58% para 64%. Caiu de 28% para 14% o percentual de professores que optaram pela Democracia direta e subiu de 9% para 18% a opção pela Democracia indireta ou representativa. Em 2014, após o módulo presencial, decaiu de 64% para 58% a opção pela Democracia semidireta e de 27% para 12% o percentual daqueles que optaram pela Democracia direta. Ao mesmo tempo, subiu de 9% para 30% o percentual de professores optantes pela Democracia indireta ou representativa.

³⁸ No questionário, cada uma das opções contou breve explicação sobre o tipo de Democracia. Assim, na opção Democracia Direta, explicava a descrição: *onde o povo expressa a sua vontade por voto direto em cada assunto particular*. Na opção Democracia indireta ou Representativa, a explicação: *onde o povo expressa sua vontade pela eleição de representantes que tomam decisões em nome daquele*. E na opção Democracia Semidireta, a descrição: *composição entre a Democracia representativa e os institutos de Democracia direta (plebiscito, referendo, iniciativa popular)*.

Gráfico 18 - Modelo ideal para a Democracia brasileira – MPP 2013 e 2014



Fonte: Questionários aplicados em agosto/2013-2014 e setembro/2014

Na opção pela Democracia Semidireta, constava a descrição “[...] composição entre a democracia representativa e os institutos de democracia direta (plebiscito, referendo, iniciativa popular)”. Se a participação da sociedade nos processos de debate e decisão de uma agenda política é pressuposto da existência de Democracia e se o Poder Legislativo é a forma de representação dessa sociedade, as respostas apontam para o reconhecimento do Poder Legislativo como a instituição que tem papel importante para a Democracia, mas também revelam a necessidade de dar mais peso à participação do cidadão nos processos de discussão e debate, a fim de sofisticar o sistema representativo.

Para identificar mais uma percepção dos professores em relação ao Legislativo e à CD, foi realizada a pergunta *qual a função da Câmara dos Deputados?* As respostas dos professores estão consolidadas na Tabela 1:

Tabela 1 - MPP 2013/2014 (Percepção dos professores sobre a função da Câmara dos Deputados)

| Colocação | Função da Câmara dos Deputados | Respostas dos Professores | | | |
|-----------|---|---------------------------|-----|------|-----|
| | | 2013 | | 2014 | |
| | | Nº | % | Nº | % |
| 1º | Fazer leis para melhorar o país | 27 | 64% | 1 | 4% |
| 2º | Representar a população | 24 | 57% | 14 | 52% |
| 3º | Fiscalizar os atos do Executivo | 20 | 48% | 2 | 8% |
| 4º | Ser a casa dos debates nacionais | 15 | 36% | 8 | 30% |
| 5º | Incentivar mais a participação popular nas decisões do país | 14 | 33% | 0 | 0 |

| | | | | | |
|----|--|---|-----|---|----|
| 6º | Resolver como gastar o dinheiro público | 7 | 17% | 0 | 0 |
| 7º | Disciplinar os atos dos deputados federais | 2 | 5% | 1 | 4% |
| 8º | Outros | 1 | 2% | 0 | 0 |
| 9º | Pagar subsídios aos deputados federais | 0 | 0 | 0 | 0 |

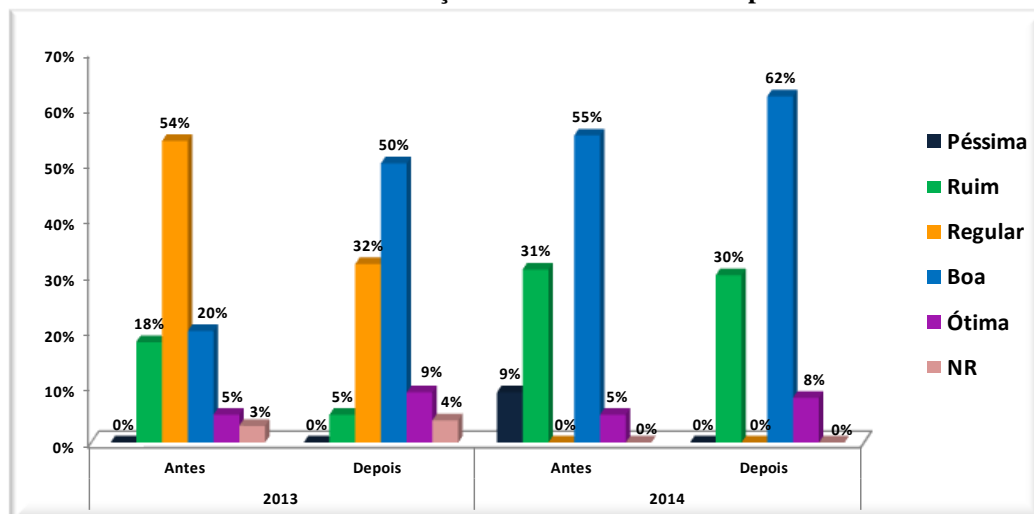
Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013 e setembro/2014

Das nove opções dadas como função da Câmara dos Deputados, nos primeiros questionários de 2013 e de 2014, as três primeiras colocações foram funções precípuas do Poder Legislativo. Em 2013, os professores puderam votar em mais de uma opção. Na ordem de votação, os professores marcaram em quarto lugar a opção “ser a casa dos debates nacionais” e na quinta colocação a opção “incentivar mais a participação popular nas decisões do país”. Mais uma vez, houve o registro com relação à forma de representação e à participação popular.

Em 2014, os 26 professores que responderam ao questionário puderam marcar apenas uma opção; a ordem de votação teve, em primeiro lugar, “representar a população”, em segundo, “ser a casa dos debates nacionais”, e, em terceiro, “fiscalizar os atos do executivo”. Em quarto lugar, empatados, “fazer leis” e “disciplinar os atos dos deputados federais”. As opções mostram que os respondentes enfatizaram a relação entre representação e participação como algo inerente ao processo democrático.

O Gráfico comparativo a seguir reflete as respostas dos professores das duas edições, 2013 e 2014, antes e depois do módulo presencial para a pergunta *qual sua avaliação para a Câmara dos Deputados?*

Gráfico 19 - Avaliação sobre a Câmara dos Deputados



Fonte: Questionário aplicado em agosto/2013(antes), agosto/2014 (depois), agosto/2014 (antes) e setembro/2014 (depois)

Ao serem instados a responder *qual sua avaliação para a Câmara dos Deputados como instituição?*, no questionário aplicado antes da chegada a Brasília, 54% (24) dos professores do MPP/2013 avaliaram a Instituição como regular, 20% (9), como boa, 18% (8), como ruim e 5% (2), como ótima. Não responderam 3% (1); nenhum professor avaliou a Instituição como péssima. Após o módulo presencial, foi aplicado novo questionário e, quando feita a mesma pergunta, 32% (7) dos professores responderam que avaliavam como regular, 50% (12), como boa, 5% (1), como ruim e 9% (2), como ótima. Não responderam 4% (1). Mais uma vez, nenhum professor avaliou a instituição como péssima.

Na edição de 2014, antes do módulo presencial em Brasília, 55% (12) dos professores avaliaram a Instituição como boa e 5% (1), como ótima. Já 31% (7) avaliaram a Câmara como instituição ruim e 9% (2), como péssima. No questionário aplicado após o módulo presencial, 62% (17) dos professores avaliaram como boa, 8% (2), como ótima. Já 30% (8) avaliaram como instituição ruim e nenhum professor avaliou a Instituição como péssima.

Mais uma vez, foi identificada variação de percepção dos professores, antes e depois do módulo presencial. Em 2013, reduziu de 54% para 32% a avaliação da Instituição como regular, demonstrando que essa categoria revelou apenas desconhecimento dos respondentes sobre a CD antes da realização do módulo presencial. Da mesma forma, subiu de 21% para 50% a avaliação como boa, de 3% para 9% como ótima e caiu de 19% para 5% como ruim. Em 2014, subiu de 55% para 62% a avaliação da Câmara dos Deputados como instituição boa e de 5% para 8% a avaliação como ótima. Desceu de 31% para 30% a avaliação como instituição ruim, antes e depois do módulo presencial.

Nos questionários aplicados em 2014, antes e depois do módulo presencial, a opção “regular” foi retirada, porque poderia prejudicar a identificação de mudança de percepção, uma vez que funcionou como espécie de “coluna do meio” mais confortável para aqueles que não tiveram opinião formada a respeito do assunto. Isso ficou comprovado quando alguns respondentes migraram do “regular” para o “bom”, em 2013, após terem mais informações sobre a Instituição. Já em 2014, sem a opção “regular”, a variação não foi tão expressiva, mesmo depois de os professores terem recebido mais informações sobre a CD. Isso se evidencia, por exemplo, nos percentuais antes e depois entre os professores que avaliaram a Instituição como “ruim”.

Os professores do MPP/2014 também responderam a uma questão aberta antes do módulo presencial: “O que você teria a falar sobre o Poder Legislativo brasileiro?”. Assim, entre as respostas, destacam-se:

Está afastado do povo e o povo afastado dele. Embora haja projetos de aproximação como o Câmara Mirim e o Missão Pedagógica, o povo não se apropriou desse poder, que, sim, foi apropriado por uma elite. O Poder legislativo está condicionado pelo poder econômico como um volante a serviço dos interesses individuais.

É o Poder com grande relevância para o funcionamento do país, embora muitas vezes não nos sintamos bem representados, pois muitos dos deputados ora votados quando tomam posse não realizam suas promessas de campanhas em prol da melhoria de vida da população.

Que é um órgão bastante importante, onde há decisões importantes para o povo do nosso país, só acho que eles deixam muito a desejar, tanto que é notório o desinteresse da maioria da população quando se fala em vereadores, deputados estaduais e federais. Deveriam viver mais ao lado do povo, escutando as reivindicações.

Os protagonistas desta, que para mim, é a mais importante instituição de manutenção e fortalecimento da democracia em nosso país, ainda não nos representam como deveriam, colocam seus próprios interesses e os de uma minoria privilegiada acima das necessidades do povo.

Após o módulo presencial, a pergunta era “Você mudou sua visão sobre o Parlamento Brasileiro após a participação no programa Missão Pedagógica? Explique.” As respostas foram selecionadas de forma a deixar clara a mudança de percepção em relação ao Legislativo e à Câmara dos Deputados, depois do módulo presencial em Brasília:

Completamente, não pensava que tudo era tão bem dividido e organizado. Também não fazia ideia do quão burocrático era o ofício de parlamentar. E o quanto as estratégias são necessárias.

Com certeza. Os poucos dias de vivência neste espaço, concedeu um aprendizado na questão política de nosso país. Especialmente o papel dos que estão por de trás dos bastidores e são os principais responsáveis pela organização, aplicação e uma possível solução dos anseios e necessidades do povo.

Sim. Descobri que é um lugar onde trabalham seres humanos normais. Se há parlamentares sem qualquer preparo, a culpa é dos que votaram. Mas o parlamento não é composto apenas de parlamentares; é também de muitos servidores interessados.

Já sabia da importância do parlamento para o país, mas ver suas ações de perto no dia a dia foi enriquecedor e só aumentou o meu prestígio por esse poder...

Alguns estereótipos são desconstruídos, como a visão de que "o pessoal do parlamento não trabalha ou não possui conhecimento" e de que "o trabalho do parlamento não é sério". Na verdade, os servidores da Câmara são altamente capacitados para o cargo, trabalham muito sério.

As respostas dos professores da edição de 2014 do MPP à pergunta feita no questionário antes do módulo, sobre o Poder Legislativo, refletem a opinião sobre a Instituição em relação aos representantes dela. Eles criticaram os representantes principalmente pela não defesa dos interesses dos eleitores que os colocaram nessa posição. As respostas dos professores, depois do módulo em Brasília, foram mais focadas na Instituição e não nos representantes. Os professores disseram que começaram a entender melhor os meandros da Democracia e a importância do Legislativo; um deles justificou “que há muitos problemas, mas é um lugar de debate”.

Alguns reconheceram no Parlamento brasileiro uma instituição importante e relataram, por exemplo, ter percebido “que não devemos julgar todos igualmente, há pessoas comprometidas com o país, ainda que poucas”. Mas houve aqueles que continuaram “com o pé atrás”, em relação aos representantes, ao processo legislativo e às “articulações” do processo político.

Em parte. Minha visão anterior era extremamente negativa, mas percebo agora que ela era fruto da observação indireta do assunto. Com o que aprendi no programa meu entendimento cresceu, e embora ainda tenha muitas críticas ao processo democrático brasileiro, elas se suavizaram um pouco.

Sim, mas continuarei sempre atenta para o que os parlamentares estão fazendo com o país.

Não mudou, continuou sendo a mesma. A forma como o parlamento brasileiro vem atuando não me representa, pois estes apenas legislam em causa própria. Depois de saber como funcionam todos os tramites e como se articulam nas comissões, assim como nas plenárias para votação, tenho mais convicção que estes senhores não estão representando a sociedade brasileira, mas apenas seus próprios interesses.

Em parte, principalmente sobre a atuação dos servidores, mas também sobre os vários setores que lá existem e contribuem para o bom funcionamento do parlamento.

A última resposta indica que mais conhecimento sobre a Instituição e sobre o seu funcionamento não fez necessariamente o participante do Programa mudar de opinião a respeito dela, como destacado. Ele passou a ter visão mais esclarecida para declarar suas convicções, sejam negativas, sejam positivas.

Nesse sentido, foi perguntado aos professores do MPP/2014 *como você vê a iniciativa da Câmara dos Deputados de promover Educação para a Democracia?* Essa pergunta foi feita após o módulo presencial, com o objetivo de verificar se os professores identificariam a função educativa do Parlamento:

De forma relevante, pois muitos de nós professores e também cidadãos não temos conhecimento sobre o trabalho realizado na Câmara dos Deputados e não valorizamos a democracia nas escolas.

Essa iniciativa é um grande passo para a verdadeira democracia, mostrar à população como de fato as coisas ocorrem no Parlamento, e de que forma ela pode participar das decisões do país.

É uma riqueza aprendermos sobre nossa Democracia e esta iniciativa quebra muitos paradigmas negativos da política brasileira. É de fundamental importância esta abertura, pois a descrença e o desrespeito estão favorecendo a ignorância por uma grande parte a sociedade.

A última percepção analisada remonta a uma das justificativas para este trabalho: a reflexão sobre a função educativa do Parlamento. Ao se analisarem as respostas e organizá-las, foi possível verificar que os professores compreenderam a função educativa do Legislativo e em especial a da CD. “É um papel importantíssimo do parlamento, difundir através de vários meios, o conhecimento acerca dele mesmo: suas funções e papéis e sua importância para a democracia”, respondeu um professor. Muitas respostas foram verificadas nesse sentido, mostrando o reconhecimento da iniciativa da CD de promover a Educação para a Democracia e a educação legislativa. O que não significa que a educação política favorece posição positiva em relação à instituição que a promove. Afinal, acima de tudo, está aperfeiçoando-se o pensamento crítico do cidadão.

CONCLUSÃO

*"O sentimento inspira. O pensamento plasma.
A palavra orienta. O ato realiza." (Francisco Xavier)*

O MPP, Programa institucional de Educação para a Democracia da CD, foi utilizado para a primeira aproximação com essa prática educativa no âmbito do Legislativo. A análise dessa prática educativa e os conceitos decorrentes dela demonstram que a educação política, de forma geral, constitui processo em constante construção, com constantes interrupções.

Ao se analisar o conjunto de dados obtidos sobre o Programa “Missão Pedagógica no Parlamento” e compará-los com sua concepção, seus objetivos e seu funcionamento, conclui-se que ele cumpre o papel de programa educativo, pela ótica institucional. Pelas características e pelo público-alvo, o Programa demonstra expressivo potencial de desdobramentos. Entretanto, por ter apenas 4 anos de funcionamento e ser direcionado a um público restrito, ainda não existem dados empíricos que confirmem o potencial de gerar mudança mais ampla na percepção social sobre o Legislativo.

Ainda assim, a mudança de percepção dos participantes em relação ao Poder Legislativo e à CD como instituição, a partir dos conteúdos recebidos e principalmente das experiências vivenciadas durante o módulo presencial em Brasília, foi identificada em diversas situações. Esses conteúdos e atividades estão relacionados à primeira trilha de aprendizagem sobre o Legislativo, “Conhecendo o papel do Poder Legislativo para a democracia”. As críticas e as sugestões dos professores em relação à primeira trilha de aprendizagem foram mínimas: mais conteúdo sobre ética e moral, conteúdos sobre a história de Brasília e atividades para entender o trabalho de assessoria política/parlamentar.

Mas existe a segunda trilha de aprendizagem, referente ao professor e à Educação para a Democracia. Como dito, o problema, quanto ao avanço do Programa, concerne a essa trilha de aprendizagem e favorece as interrupções identificadas no processo: a formação da rede de professores e a implantação do banco de projetos pedagógicos.

O número de participantes do Programa também foi obstáculo citado pelos organizadores e pelos professores, que acharam que deveria contemplar mais professores ou até ser ampliado para os coordenadores pedagógicos da mesma escola que o professor selecionado. A ampliação do Programa MPP para os estados, com a participação das Assembleias Legislativas, também foi cogitada pelos organizadores.

Os professores diziam não se sentir representados ou que raramente se sentiam representados pela Câmara dos Deputados antes de chegar a Brasília para o módulo presencial, em percentuais de 5% e 79%, respectivamente, em 2013, e, em 2014, 14% e 72%, na mesma ordem. Mas afirmaram que a Instituição mais importante para a manutenção e o fortalecimento da Democracia era o Poder Legislativo - 43%, em 2013, e 62%, em 2014, ambos os percentuais, antes do módulo presencial.

Após o módulo presencial, os professores, na maioria, passaram a afirmar que ocasionalmente ou frequentemente se sentiam representados pela Câmara dos Deputados, em percentuais que passaram de 79% para 55% (ocasionalmente) e subiram de 5% para 30% (frequentemente), em 2013, e, em 2014, de 72% para 51% (ocasionalmente) e de 9% para 19% (frequentemente), respectivamente. Os percentuais que apontaram o Poder Legislativo como a instituição mais importante para o fortalecimento e a manutenção da Democracia brasileira também aumentaram. Em 2013, o percentual subiu de 43% para 54%, e, em 2014, de 62% para 81%. Impactos positivos na imagem da instituição foram identificados ao fim da estadia desses professores em Brasília, mas essa mudança pode ter sido motivada por um entusiasmo momentâneo ou ser fruto de gratidão por terem sido recebidos pela instituição alvo de avaliação: a Câmara dos Deputados. Os dados colhidos para esta reflexão não permitem a investigação completa deste ponto, aspecto que pode ser analisado em futuros trabalhos.

A distinção que os professores passaram a fazer entre a Instituição e os parlamentares chama a atenção nas respostas à pergunta aberta feita em 2013, depois do módulo presencial: *O que mudou na sua visão sobre o Parlamento (Poder Legislativo)?* e nas respostas às perguntas feitas em 2014, respectivamente, antes e depois do módulo presencial: *O que você teria a falar sobre o Poder Legislativo Brasileiro?* e *Você mudou a sua visão sobre o parlamento brasileiro após a participação do programa Missão Pedagógica? Explique.* Nessas respostas, identificou-se o olhar do professor em relação ao corpo de servidores da CD, antes ignorado por eles. Verificase, portanto, uma complexificação da análise que os professores fazem da instituição, com a inclusão das nuances institucionais que lhe constituem.

A opinião negativa referente aos representantes eleitos foi, de certa forma, amenizada, por eles passarem a entender os meandros políticos envolvidos desde a elaboração até a aprovação de uma proposição. Eles perceberam as limitações dos parlamentares frente a determinados aspectos do processo legislativo (maioria e minoria; ser da base governista ou da

oposição; questões regimentais) e dependência de alguns procedimentos (orientação de bancada, liberação de emendas orçamentárias, indicações para cargos).

Diante disso, eles deixaram Brasília pensando na própria responsabilidade quanto ao processo legislativo, por serem eleitores dos representantes que atuam na Câmara. E desconstruíram a imagem de que ser cidadão é apenas votar a cada eleição. Os professores saíram reflexivos sobre a própria participação política, discussão e debate dos processos decisórios. Pareceram compreender que era possível participar das mais diferentes formas: enviando *e-mail*, ligando para o parlamentar, participando de um grupo que intermediaria a relação com o seu representante na CD, as formas de utilização da CLP e dos instrumentos de participação popular, como o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular.

Um dos objetivos deste trabalho, que concerne à identificação da mudança de percepção dos professores quanto ao Legislativo e especificamente à CD, foi alcançado. É possível afirmar que ocorre uma sutil alteração na percepção dos professores relativamente ao Legislativo de forma geral. Eles deixaram Brasília com a imagem da CD, dos seus representantes e dos seus servidores matizada após o módulo presencial. A experiência no local conectou os conteúdos e toda a teoria trabalhada.

A aproximação dos professores com o Legislativo e as mudanças de percepção não significam, no entanto, que eles assimilaram uma visão mais positiva do Poder Legislativo, ou da CD, ou do processo legislativo. Os professores passaram a ter mais clareza sobre o jogo político e as regras desse jogo. Passaram a entender melhor a importância e o papel do Legislativo; por isso, começaram a identificar “suas fraquezas e vicissitudes” e a necessidade de fortalecê-lo com a própria participação.

Um outro objetivo do trabalho era analisar o MPP e os seus objetivos. Em meio às entrevistas realizadas com os organizadores do Programa e ao acompanhamento do módulo presencial nas edições de 2013 e 2014, uma possibilidade detectada por eles, os organizadores do MPP, é o oferecimento de subsídios para a atuação do professor dentro da escola, com os conhecimentos sobre o Poder Legislativo e a Educação para a democracia. Por isso, a questão é identificar se os docentes participantes foram realmente sensibilizados pelas atividades do Programa. O MPP logrou provocar a reflexão dos professores sobre a própria atuação docente? O Programa conseguiu estabelecer conexão com os professores? Por que a rede de professores e o banco de projetos ainda não são realidade? Qual é o passo seguinte?

De acordo com os dados coletados, o professor do MPP está inserido em diferentes faixas etárias, mas concentra-se na faixa entre 20 e 40 anos, está dividido de forma igual entre os sexos masculino e feminino, atua em diversas disciplinas, em maior número nas matérias de Português, História, Geografia e Filosofia. Tem um tempo de docência variável e é um profissional que busca a formação continuada e tem disposição para o engajamento cívico-político e educacional.

Ao analisar as respostas dos professores à pergunta *Por que decidiu participar do programa MPP?*, identifica-se que a maioria dos professores, nas duas edições pesquisadas, 79% e 69%, respectivamente, decidiram participar do MPP porque se interessaram pela temática da Democracia, do Legislativo e da educação e também porque pretendiam utilizar os novos conhecimentos de EPD na prática docente. Existe, portanto, uma convergência entre os objetivos dos professores em participar do MPP e os do Programa direcionados a esse público-alvo.

Nesse sentido, a reflexão sobre a própria atuação docente aconteceu em diversos momentos, especialmente perceptível nas atividades “Jornada de Aprendizagem nas Escolas”, “Oficinas de Educação para a Democracia” e “Oficina de Elaboração de Projetos”. A perspectiva de trabalhar com a prática da Educação para a Democracia começa a tomar vulto entre os professores, como revelaram as respostas às questões abertas *o que você entende por Educação para a Democracia?* e *Como poderia se dar a inserção da Educação para a Democracia no âmbito escolar?*

Ao analisar as respostas dos professores, não é possível, contudo, identificar ações específicas, ainda que muitas sejam as sugestões e as opiniões sobre futuros projetos. Mais uma vez, recorda-se o pouco tempo de existência do Programa e o não alcance de metas como a formação da rede de professores e a implantação do banco de projetos. Estes e outros problemas foram identificados em relação à operacionalização do MPP.

Então, é necessário repensar os propósitos do MPP e investir em recursos humanos e materiais para que se consiga atender a dois objetivos importantes para o seguimento do Programa: a implantação do banco de projetos e a formação da rede de professores. A tentativa, em 2014, de realizar o chamamento de professores com projetos pedagógicos em andamento foi o passo inicial para a concretização do banco de projetos. Mas a forma como aconteceu a apresentação dos 4 projetos selecionados, segundo os professores participantes em 2014, foi

prejudicada; nem todos conseguiram ter acesso aos projetos apresentados pelos professores egressos do Programa.

A falta da rede de professores e a do banco de projetos pedagógicos comprometem a eficácia do MPP. O módulo inicial a distância, de 30 horas, promove fóruns para debates sobre vários assuntos. O módulo presencial, em Brasília, representa a oportunidade de os professores estabelecerem contato pessoal com pessoas que experimentaram uma série de atividades pela plataforma de EaD. Sem uma rede formal, essa conexão se perde e o investimento institucional do Programa também.

O MPP tem potencial para se consolidar como programa de Educação para a Democracia e constituir iniciativa que prepara o cidadão-professor para adotar participação ampliada nos processos de debate e decisão políticos. Outro potencial se refere à possibilidade de elaborar e implantar projetos pedagógicos que envolvam as temáticas da cidadania e da Democracia – a Educação para a Democracia dentro das escolas. Para isso, tanto os organizadores como os professores citam a importância de ampliar o programa para a participação dos orientadores pedagógicos das escolas dos professores selecionados no MPP.

Esse potencial ainda não pode, porém, ser comprovado, especialmente porque existe incipiente desenvolvimento de projetos envolvendo as temáticas da cidadania e da Democracia a partir da participação dos professores no Programa MPP. Um trabalho futuro poderia contemplar investigação sobre prováveis consequências do MPP e elucidar se o Programa pode realmente apresentar efeitos sobre a inserção sociopolítica a partir de projetos desenvolvidos nas escolas, com os alunos e as comunidades. No mesmo sentido, pesquisas futuras podem auxiliar na sua ampliação para os estados da Federação.

A função educadora do Parlamento foi analisada neste trabalho, e o Poder Legislativo, pelas próprias práticas cotidianas, muito ensina a seus cidadãos - para o bem ou para o mal. A função representativa foi indiretamente questionada e analisada. Os professores participantes da pesquisa expressam a vontade de ter um modelo de democracia que propicie mais a participação popular. No caso brasileiro, a Câmara dos Deputados parece buscar um modelo de representação que possa contemplar a informação e a participação do cidadão no processo legislativo de forma mais efetiva. Por meio de seus programas de Educação para a Democracia, o cidadão se aperfeiçoa para esse novo modelo de representação, seja na qualidade de representante, seja na de representado.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da Autorização à Legitimidade da Ação. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

ANDRADE, Aparecida de Moura. **A participação da sociedade civil no processo legislativo: a contribuição da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados**. Monografia. Universidade de Brasília. Curso de Especialização em Gestão Legislativa. Brasília, 2003, 69 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO. **Estatuto da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel)**. Apresentação. Brasília, novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.portalabel.org.br/a-abel/estatuto>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. **Escolas (2013)**. Disponível em: <<http://www.portalabel.org.br>>. Acesso em: 11 maio 2013.

BAGEHOT, Walter. **La constitución inglesa**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

BELO, Diego Windsor Fellipe. **Classificação do Brasil: Democracia, República, Presidencialista, Estado Federado ou Federação**. 2010. Disponível em: <<http://diegowindsor.blogspot.com.br/2010/12/regime-forma-e-sistema-de-governo.html>> Acesso em: 5 mar. 2014.

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebl4.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova [on-line]**. 1994, n.33, p. 5-16. ISSN 0102-6445.

_____. Educação para a Democracia. **Lua Nova [on-line]**, n° 38, 1996, p. 223-238. ISSN 0102-6445.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BOLTANKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Resolução nº 21, de 1992**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/int/rescad/1992/resolucaodacamaradosdeputados-21-4-novembro-1992-321247-norma-actualizada-pl.html>> Acesso em: 19 jul. 2013.

_____. _____. **Ato da Mesa nº 69, de 10/07/1997**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/busca/?o=relevance&v=legislacao&camaranet=&colecão=I&conteudolegin=Ato+da+Mesa&numero=69&ano=1997>> Acesso em: 19 jul. 2013.

_____. _____. **Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (2013)** [on-line]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/cefor>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. _____. **Coordenação de Educação para a Democracia (2014)** [on-line]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/cefor/estrutura>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. _____. **Educação para a Democracia (2014)** [on-line]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/educacao-para-a-democracia-1/apresentacao>> Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. _____. Coordenação de Educação para a Democracia. **Projeto “Missão Pedagógica no Parlamento”** – Edição 2010. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2010.

_____. _____. Coordenação de Educação para a Democracia. **Projeto “Missão Pedagógica no Parlamento”** – Edição 2013. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2013.

_____. _____. Coordenação de Educação para a Democracia. **Projeto “Missão Pedagógica no Parlamento”** – Edição 2014. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2014.

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), 1996**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 7 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: Inep, 2009, 63 p. il.

_____. _____. INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2012** – Resumo Técnico. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Relatório Anual do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero 2009/2010**. 1º impressão. Brasília. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010, 80p.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRIGAGÃO, Clóvis; SILVA, Raul Mendes (Org.). **História do poder legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Log on ed. Multimídia, 2003, 378 p.

Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opin. Publica** [on-line]. 2009, vol. 15, n. 2, p. 306-332. ISSN 0104-6276. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200002>>. Acesso em: 3 out. 2014.

CASTILHO, José Roberto Fernandes. **Cidadania**: Esboço da Evolução e Sentido da Expressão. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista2/artigo8.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. **Cultura e democracia**. São Paulo, Moderna, 1985.

COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

_____. ENTRE DOIS MODELOS: O CEFOR COMO ESCOLA DE GOVERNO. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, 1 jun. 2010. Disponível em: <<http://elegisbr.com/cefor/index.php/e-legis/article/view/57>>. Acesso em: 11 maio 2013.

_____. A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO E O CURSO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA DA UNISUL. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, 5 nov. 2010. Disponível em: <[HYPERLINK "http://elegisbr.com/cefor/index.php/e-legis/article/view/69" \t " new" http://elegisbr.com/cefor/index.php/e-legis/article/view/69](http://elegisbr.com/cefor/index.php/e-legis/article/view/69)>. Acesso em: 16 abr. 2013.

DAHL. Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 230 p.

DANTAS, Humberto. **Apresentação**: O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. Cadernos Adenauer XI (2010), nº 3. Educação política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010. ISSN 978-85-7504-152-9, p. 3-11.

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

_____. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMOCRACY INDEX 2013: **Global Democracy At A Standstill, The Economist Intelligence Unit's Annual Report Shows**. The Economist Magazine, 2013. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2013/03/21/democracy-index-2013-economist-intelligence-unit_n_2909619.html>. Acesso em: jul. 2014.

FREITAS, I. A. Trilhas de desenvolvimento profissional: da teoria à prática. In: Anais 6. ENANPAD. Salvador: ANPAD, 2002

GALIANI, Claudemir. **Dewey e a Função Social da Educação**. Bacharelado em Educação. 2009. Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p. ISBN: 8522422702.

GLOBAL PARLIAMENTARY REPORT: **The changing nature of parliamentary representation**, April, 2012.

HENRIQUE, A. L. CONFIANÇA E DEMOCRACIA: ASPECTOS DE UMA INSTÁVEL RELAÇÃO ESTÁVEL. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**. Brasília, 4 jun. 2010. Disponível em: <<http://e legisbr.com/cefor/index.php/e-legis/article/view/37>>. Acesso em: 11 maio 2013.

_____. **Cidadãos crentes, críticos e ocultos**: assimetrias da confiança no Congresso Nacional. Trabalho apresentado no 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), realizado em agosto de 2010 em Recife-PE.

_____. Quando imagem vira caso de democracia: aspectos da desconfiança no Congresso Nacional brasileiro. In: **Para além das Urnas**: reflexões sobre a Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011, p. 417- 452.

LOPES, Alice Casimiro. Currículo, política, cultura. In: Lucíola Santos, Angela Dalben, Julio Diniz, & Leiva Leal (Orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente** (p. 23-37, vol.1). Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES-JÚNIOR, A. M. (2008). **Educação Legislativa**: as Escolas do Legislativo e a Função Educativa do Parlamento. Monografia de conclusão de especialização em Poder Legislativo da PUC-MG, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOGILKA, Maurício. **Educar para a democracia**. Scielo: Cadernos de Pesquisa, n. 119, p.129-143, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a07.pdf>, julho/ 2003. Acesso em: 15 dez. 2013.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOUGNIOTTE, Alain. Pédagogie Freinet et Éducation au Politique. In: CLANCHÉ; DEBERBIEUX, Éric; TESTANIÈRE, Jacques. **La Pédagogie Freinet**. Mises à jour et perspectives. Bordeaux: Presses Universitaire de Bordeaux, 1994, p. 205-214.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Nythamar de. Democracia e educação: Kant, Dewey, Habermas. **Filosofazer**. Passo Fundo, n. 33, jul./dez. 2008, p. 19-29.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2008.

PACHECO, José. **Escola da Ponte – formação e transformação**, Vozes, Petrópolis, 2008.

ROCHA, H. EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: A CÂMARA DOS DEPUTADOS NO CENTRO DA QUESTÃO. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, 7, nov. 2011. Disponível em: <<http://elegisbr.com/cefor/index.php/e-legis/article/view/91/77>>. Acesso em: 13 maio 2013.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 out. 2014.

_____, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opin. Publica**, Campinas, v. 15, n. 2, Nov. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200002>

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

_____, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. 473p.

SILVA, Isabel Cristina de Andrade Lima e. **A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE CIDADANIA INFANTIL NO REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**. Isabel Cristina de Andrade Lima e Silva. Campinas, SP: [s. n.], 2006.

SILVA, Isabel Lopes da. Perspectivas de Educação Pré-escolar: da socialização à educação para cidadania. In: **Congresso Internacional Os Mundos Sociais e Culturais da Infância**, 2000, Braga. Anais. Braga: Instituto de Estudos da Criança, 2000, p. 146-154, vol. II.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. **A construção da democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das assembleias nacionais constituintes e do Congresso Nacional**./ Casimiro Neto. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003. 751 p. (Série temas de interesse do Legislativo, n. 5).

URBINATI, Nádía. O que torna a representação democrática. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 191-228, 2006.

VIRGINIO, Alexandre Silva. **A escola pública como espaço de construção da cidadania**: seus limites e possibilidades em Alvorada/RS. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

_____. Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. **Sociologias** [on-line]. 2012, vol. 14, n. 29, p. 176-212. ISSN 1517-4522.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Câmara dos Deputados
 Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR)
 Mestrado Profissional em Poder Legislativo - Turma 1/2013
Mestranda: Vânia Nunes de Carvalho

Estruturação da Entrevista - MPP 2013 (Fase I)

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Cargo: _____ Setor: _____

Função: _____ Desde qual data: _____ / _____ / _____

FORMULÁRIO - ENTREVISTA DA 1ª ETAPA (FASE I)

- 1) Há quanto tempo participa do grupo de coordenação do programa Missão Pedagógica no Parlamento?
- 2) O grupo de coordenação tem quantas pessoas? Conta com outras equipes?
- 3) O que é o Programa Missão Pedagógica no Parlamento?
- 4) Como e porque ele foi concebido?
- 5) Como é feita a seleção? Quais os critérios?
- 6) Como é a divulgação da realização do Programa Missão Pedagógica no Parlamento?
- 7) Como é elaborado o conteúdo ofertado durante a realização do Programa Missão Pedagógica no Parlamento?
- 8) Dentro dos propósitos do programa foi feita a implantação da rede nacional de professores mobilizados para a inserção da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas brasileira?
- 9) Está em funcionamento algum banco de projetos pedagógicos na área de educação para democracia? Ele está disponibilizado para a sociedade ?
- 10) A Câmara dos Deputados/CEFOR mantém contato com os professores que participaram da edições anteriores do programa? Como e Porquê?
- 11) É feita alguma reciclagem com os professores que participaram da edições anteriores do programa? Como e Porque?
- 12) Qual o papel do Programa Missão Pedagógica no Parlamento em relação ao fortalecimento do Poder Legislativo?
- 13) Como servidor público e profissional do Poder Legislativo quais suas impressões/ opinião sobre o Programa Missão Pedagógica no Parlamento?
- 14) É realizada alguma avaliação sobre o Programa Missão Pedagógica no Parlamento?
- 15) Gostaria de fazer algum comentário complementar sobre o Programa Missão Pedagógica no Parlamento?

OBJETIVOS

1. Geral:

- Saber o que é e como funciona o Programa Missão Pedagógica.

2. Específicos:

- Analisar o perfil dos organizadores do MPP, caso seja necessário dados para estudo nesse sentido, a ser utilizado na dissertação.
- Identificar os objetivos do programa Missão Pedagógica no Parlamento.
- Relacionar quais os interesses e perspectivas da Educação para a Democracia no Programa Missão Pedagógica no Parlamento.
- Identificar a implantação da rede nacional de professores mobilizados para a inserção da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas brasileira.
- Identificar o funcionamento de um banco de projetos pedagógicos na área de educação para democracia. Verificar se está disponibilizado para a sociedade.

Explicações para o entrevistado

A pesquisa será realizada em três etapas:

- **1º etapa:** Uma entrevista será proposta e aplicada junto a equipe responsável pela organização do Missão Pedagógica no Parlamento.
- **2º etapa:** Proposição e aplicação de questionário para professores participantes do programa em 2013 (antes do módulo presencial).

- **3º etapa:** Proposição e aplicação de questionário junto aos professores que participantes da edição em 2013 (após o módulo presencial).

APÊNDICE B

Câmara dos Deputados
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR)
Mestrado Profissional em Poder Legislativo - Turma 1/2013
Mestranda: Vânia Nunes de Carvalho

Formulário - Entrevista da 1º etapa (Fase II) - Projeto para Pesquisa e Estruturação da Entrevista

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____ Idade: _____
Cargo: _____ Setor: _____
Função: _____ Desde qual data: _____ / _____ / _____
Participa do grupo de: () coordenação () organização
Tempo de Missão Pedagógica: _____ anos

SOBRE O MPP, A EPD E A CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1) Quais são os objetivos do Programa Missão Pedagógica no Parlamento?
- 2) Como e por que ele foi concebido?
- 3) Que alterações ele sofreu em quatro anos? Essas mudanças tiveram quais objetivos?
- 4) Quantas pessoas participam da organização do programa? Elas estão todas no mesmo setor da Câmara?
- 5) Como é feita a seleção dos professores participantes? Quais são os critérios?
- 6) Como é elaborado o conteúdo ofertado no módulo à distância?
- 7) Quais são os principais desafios do programa? (E sobre o a implantação do banco de projetos pedagógicos na área de educação para democracia? Ele já está em funcionamento? Como?) (E a rede nacional de professores inseridos na prática pedagógica de Educação para a Democracia?)
- 8) A Câmara dos Deputados/CEFOR mantém contato com os professores que participaram das edições anteriores do programa? De que forma? Por quê?
- 9) É feita alguma reciclagem com os professores que participaram das edições anteriores do programa? Por quê?
- 10) Na sua opinião, o que é Educação para a Democracia?
- 11) Qual seria a forma da Câmara dos Deputados investir em Educação para a Democracia?
- 12) Quais são as suas impressões sobre o programa Missão Pedagógica no Parlamento?
- 13) Gostaria de fazer algum comentário complementar sobre o programa?

OBJETIVOS

1. Geral:

Saber o que é e como funciona o Programa Missão Pedagógica.

2. Específicos:

- Analisar o perfil dos organizadores do MPP, caso seja necessário dados para estudo nesse sentido, a ser utilizado na dissertação.
- Identificar os objetivos do programa Missão Pedagógica no Parlamento.
- Relacionar quais os interesses e perspectivas da Educação para a Democracia no Programa Missão Pedagógica no Parlamento.
- Identificar a implantação da rede nacional de professores mobilizados para a inserção da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas brasileira.
- Identificar o funcionamento de um banco de projetos pedagógicos na área de educação para democracia. Verificar se está disponibilizado para a sociedade.

EXPLICAÇÕES PARA O ENTREVISTADO

A pesquisa será realizada em três etapas:

- **1º etapa:** Um questionário será proposto e aplicado junto a equipe responsável pela organização do Missão Pedagógica no Parlamento, em 2013 e 2014.
- **2º etapa:** Proposição e aplicação de questionários junto aos professores participantes do programa em 2013 (no início do programa e no encerramento).
- **3º etapa:** Proposição e aplicação de questionários junto aos professores participantes do programa em 2014 (no início do programa e no encerramento).

APÊNDICE C

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados
Mestrado Profissional em Poder Legislativo
Turma 1/2013 - Mestranda: Vânia Nunes de Carvalho

Pesquisa MPP 2013-1 - Questionário da 2ª etapa (parte I)

IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome: (Opcional) _____

Município/Estado: (Opcional) _____ E-mail: _____ (caso queira receber os resultados da pesquisa)

Idade: () Entre 21 e 30 anos () Entre 31 e 40 anos () Entre 41 e 50 anos () Entre 51 e 60 anos () Outros _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Leciona em qual nível de ensino:

() Infantil () Fundamental () Médio () Superior () Outros _____

É professor há quanto tempo? () Até 5 anos () Até 10 anos () Até 20 anos () Até 30 anos () Outros _____

Disciplina que ministra:

() Português () Matemática () História () Educação Física () Geografia () Ciências () Física ()
 Biologia () Química () Inglês () Sociologia () Filosofia () Outros _____

Qual região: () Norte () Nordeste () Sul () Sudeste () Centro-Oeste

SOBRE O PROGRAMA MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO

1 – Como ficou sabendo do programa Missão Pedagógica no Parlamento?

() Portal da Câmara () Secretaria de Educação () Colega professor () Rádio/TV () Outros _____

2 – Na sua opinião o processo de inscrição do Programa Missão Pedagógica no Parlamento:

() Propicia a participação de professores interessados em Educação para a Democracia

() Poderia priorizar inscrição de professores com projetos relacionados a Educação para a Democracia

() Outros _____

3 - Qual sua opinião sobre o conteúdo do módulo à distância ofertado para a seleção do Programa Missão Pedagógica no Parlamento?

() Proporciona a introdução sobre democracia e cidadania de forma didática e prática

() Dá ao professor que participa apenas da etapa da seleção bom conteúdo sobre democracia e cidadania

() Não apresenta informações práticas ou úteis para professores que não continuam no programa

4 – Na sua opinião o Programa Missão Pedagógica no Parlamento pode à partir de sua realização:

() incentivar a inserção da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas

() proporcionar implantação de uma rede nacional de professores de Educação para a Democracia

() melhorar o entendimento do professor sobre o Poder Legislativo e a Câmara dos Deputados

() proporcionar implantação de um banco de projetos pedagógicos na área de educação para democracia

() Outros _____

5 – Quando o professor tem condições de desenvolver atividades relacionadas à educação política ou a Educação para a Democracia na formação das crianças e jovens em suas respectivas escolas,

| | | | | |
|-------|-----------|----------|----------------|--------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Nunca | Raramente | Às vezes | Com frequência | Sempre |

6 – A sua escola estimula a realização de atividades relacionadas a educação política e para a cidadania ou a Educação para a Democracia com as crianças e jovens de sua escola?

| | | | | |
|-------|-----------|----------|----------------|--------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Nunca | Raramente | Às vezes | Com frequência | Sempre |

7 - Porque decidiu participar do Programa Missão Pedagógica no Parlamento?

8 – Você conhece ou ficou sabendo de algum projeto desenvolvido por professores que participaram do Programa Missão Pedagógica no Parlamento? Em caso afirmativo, cite-o.

9 – O que você espera do Programa Missão Pedagógica no Parlamento?

10 – Comentários complementares:

SOBRE O LEGISLATIVO E A CÂMARA DOS DEPUTADOS

11 – Por qual destes veículos da Câmara dos Deputados você já obteve informações da instituição?

- Portal TV Câmara Rádio Câmara Voz do Brasil Plenarinho
 Agência Câmara Jornal da Câmara Outros _____

12 – Qual a função da Câmara dos Deputados?

- incentivar mais a participação popular nas decisões do país fazer leis para melhorar o país representar a população
 disciplinar atos dos deputados federais ser a casa dos debates nacionais resolver como gastar o dinheiro público
 pagar subsídios aos deputados federais fiscalizar os atos do Executivo outros _____

13 – Você se sente representado pela Câmara dos Deputados?

| | | | | |
|-----|-----------|----------|----------------|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| NÃO | Raramente | Às vezes | Frequentemente | SIM |

14 – Qual sua avaliação para a Câmara dos Deputados como instituição?

| | | | | |
|---------|------|---------|-----|-------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| PÉSSIMA | RUIM | REGULAR | BOM | ÓTIMA |

15 – Qual instituição é mais importante na manutenção e fortalecimento da democracia brasileira?

- Organizações civis Poder Legislativo Poder Executivo Poder Judiciário Imprensa Outros _____

16 – Qual modelo de democracia seria ideal para a realidade brasileira?

- Democracia Direta: onde o povo expressa a sua vontade por voto direto em cada assunto particular
 Democracia indireta ou Representativa: onde o povo expressa sua vontade através da eleição de representantes que tomam decisões em nome daqueles que os elegeram
 Democracia Semidireta: composição entre a democracia representativa e os institutos de democracia direta (plebiscito, referendo, iniciativa popular)

APÊNDICE D

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados
Mestrado Profissional em Poder Legislativo
Turma 1/2013 - Mestranda: Vânia Nunes de Carvalho
Pesquisa MPP 2013-2 - Questionário da 2ª etapa (Fase II)

IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome: (Opcional) _____
 Município/Estado: (Opcional) _____ E-mail: _____ (caso queira receber os resultados desta pesquisa)

Idade:

() Entre 21 e 30 anos () Entre 31 e 40 anos () Entre 41 e 50 anos
 () Entre 51 e 60 anos () Outros _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Leciona em qual nível de ensino:

() Infantil () Fundamental I () Fundamental II () Médio
 () Superior () EJA () Técnico Profissionalizante () Outros _____

É professor há quanto tempo?

() Até 5 anos () De 6 a 10 anos () De 11 a 20 anos
 () De 21 a 30 anos () Outros _____

Disciplina que ministra:

() Português () Matemática () História () Educação Física
 () Geografia () Ciências () Física () Biologia
 () Química () Inglês () Sociologia () Filosofia
 () Outros _____

Qual região:

() Norte () Nordeste () Sul () Sudeste () Centro-Oeste

SOBRE O PROGRAMA MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO

1. Em relação às suas expectativas sobre o Programa Missão Pedagógica no Parlamento, é correto afirmar que

| | | | |
|-----------------------|---------------------|-----------------|-------------------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| Não tinha expectativa | Não foram atendidas | Foram atendidas | Superou as expectativas |

Explique sua resposta. _____

2. O conteúdo do módulo introdutório, do MPP, como etapa do processo seletivo é útil para:

() Todos os professores, independente de passar para a próxima etapa.
 () Apenas para os professores selecionados para a próxima etapa.
 () Não tem utilidade nenhuma.

Por quê?

3 – Há algum módulo/conteúdo que você acha que deva ser incluído no Programa Missão Pedagógica no Parlamento?

Cite-o.

4 – Você desenvolveu algum projeto ou já aplicou na prática algum conteúdo do MPP?

| | |
|-----|-----|
| 1 | 2 |
| SIM | NÃO |

Se SIM, descreva.

5 – Na sua opinião, o MPP incentiva a inserção da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas?

| | | | |
|-------|-----------|----------------|--------|
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| NUNCA | Raramente | Frequentemente | SEMPRE |

6 – Na sua opinião, o MPP proporciona maior interação entre os professores?

| | | | |
|-------|-----------|----------------|--------|
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| NUNCA | Raramente | Frequentemente | SEMPRE |

| | | | |
|--|-----------|----------------|--------|
| 7 – O MPP amplia o conhecimento sobre o Poder Legislativo? | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| NUNCA | Raramente | Frequentemente | SEMPRE |
| 8 – Faça suas considerações sobre o programa Missão Pedagógica no Parlamento. | | | |
| SOBRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E O PODER LEGISLATIVO | | | |
| 9 - Qual sua avaliação para a Câmara dos Deputados? | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| PÉSSIMA | RUIM | BOA | ÓTIMA |
| 10 – Você se sente representado pela Câmara dos Deputados? | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| NUNCA | Raramente | Frequentemente | SEMPRE |
| 11 – Qual instituição é mais importante na manutenção e fortalecimento da democracia brasileira? () Organizações civis () Poder Legislativo () Poder Executivo () Poder Judiciário () Imprensa () Outros _____ | | | |
| 12 – Qual modelo de democracia é ideal para a realidade brasileira? () Democracia Direta: onde o povo expressa a sua vontade por voto direto em cada assunto particular () Democracia indireta ou Representativa: onde o povo expressa sua vontade através da eleição de representantes que tomam decisões em nome daqueles que os elegeram () Democracia Semidireta: composição entre a democracia representativa e os institutos de democracia direta (plebiscito, referendo, iniciativa popular) | | | |
| 13 – O que mudou na sua visão sobre o Parlamento (Poder Legislativo)? | | | |

APÊNDICE E

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados
Mestrado Profissional em Poder Legislativo
Turma 1/2013 - Mestranda: Vânia Nunes de Carvalho

Pesquisa MPP 2014-1 - Questionário da 3ª etapa (fase I)

IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome: (Opcional) _____

Município/Estado: (Opcional) _____ E-mail: _____ (caso queira receber os resultados desta pesquisa)

Idade:

- () Entre 21 e 30 anos () Entre 31 e 40 anos () Entre 41 e 50 anos
 () Entre 51 e 60 anos () Outros _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Leciona em qual nível de ensino:

- () Infantil () Fundamental () Médio
 () Superior () Outros _____

É professor há quanto tempo?

- () Até 5 anos () De 6 a 10 anos () De 11 a 20 anos
 () De 21 a 30 anos () Outros _____

Disciplina que ministra:

- () Português () Matemática () História () Educação Física
 () Geografia () Ciências () Física () Biologia
 () Química () Inglês () Sociologia () Filosofia
 () Outros _____

Qual região:

- () Norte () Nordeste () Sul () Sudeste () Centro-Oeste

SOBRE O PROGRAMA MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO E A EPD

1 – Como ficou sabendo do programa Missão Pedagógica no Parlamento?

- () Portal da Câmara dos Deputados () Secretaria de Educação () Colega professor
 () Rádio/TV () Outros _____

2 - Porque decidiu participar do Programa Missão Pedagógica no Parlamento?

3 – Na sua opinião, qual é o principal propósito do Programa Missão Pedagógica no Parlamento?

- () incentivar a inserção da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas
 () proporcionar implantação de uma rede nacional de professores de Educação para a Democracia
 () contribuir para o conhecimento político e educação legislativa do professor
 () melhorar o entendimento do professor sobre o Poder Legislativo e a Câmara dos Deputados
 () proporcionar implantação de um banco de projetos pedagógicos na área de educação para democracia
 () contribuir na formação da cidadania e na promoção da democracia
 () Outros _____

4 – O que você entende como Educação para a Democracia?

5 - Seria correto afirmar que o conteúdo do módulo à distância ofertado para a seleção do Programa Missão Pedagógica no Parlamento, do qual você participou

- () Proporciona a introdução sobre democracia e parlamento de forma didática e prática
 () Dá ao professor que participa apenas da etapa da seleção bom conteúdo sobre democracia e parlamento
 () Não apresenta informações práticas/úteis para professores que não continuam no programa
 () Propicia a participação de professores interessados em Educação para a Democracia
 () Poderia priorizar inscrição de professores com projetos relacionados a Educação para a Democracia
 () Outros _____

6 – Quando você tem condições de desenvolver atividades relacionadas à educação política ou a Educação para a Democracia na formação das crianças e jovens em suas respectivas escolas,

| | | | |
|-------|----------------|----------------|--------|
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| Nunca | Ocasionalmente | Frequentemente | Sempre |

Explique.

7 – Você conhece ou ficou sabendo de algum projeto desenvolvido por professores que participaram do Programa Missão Pedagógica no Parlamento? Em caso afirmativo, cite-o.

8 – A sua escola estimula a realização de atividades relacionadas a educação política e para a cidadania ou a Educação para a Democracia com as crianças e jovens de sua escola?

| | | | |
|-------|----------------|----------------|--------|
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| Nunca | Ocasionalmente | Frequentemente | Sempre |

Justifique a sua resposta.

SOBRE O PODER LEGISLATIVO E A CÂMARA DOS DEPUTADOS

9 – Por qual destes veículos você tem costume de se informar sobre os acontecimentos da Câmara dos Deputados?

- () Portal da Câmara () Rádio e TV Abertos () TV Câmara () Rádio Câmara
 () Agência Câmara () Jornal de circulação nacional () Revista de circulação nacional
 () Jornal da Câmara () Voz do Brasil () Outros _____ () Nenhum destes

10 – Ordene 1 a 4, por ordem de importância, as principais funções da Câmara dos Deputados, na sua opinião.

- () incentivar mais a participação popular nas decisões do país
 () fazer leis () disciplinar atos dos deputados federais
 () ser a casa dos debates nacionais () resolver como gastar o dinheiro público
 () pagar subsídios aos deputados federais () representar a população
 () fiscalizar os atos do Executivo () outros _____

11 – Você se sente representado pela Câmara dos Deputados?

| | | | |
|-------|----------------|----------------|--------|
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| Nunca | Ocasionalmente | Frequentemente | Sempre |

12 – Qual sua avaliação para a Câmara dos Deputados como instituição?

| | | | |
|---------|------|-----|-------|
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| PÉSSIMA | RUIM | BOA | ÓTIMA |

13 – Qual instituição é mais importante na manutenção e fortalecimento da democracia brasileira?

- () Organizações civis () Poder Legislativo
 () Poder Executivo () Poder Judiciário
 () Imprensa () Outros _____

14 – Qual modelo de democracia seria ideal para a realidade brasileira?

- () Democracia Direta: onde o povo expressa a sua vontade por voto direto em cada assunto particular
 () Democracia indireta ou Representativa: onde o povo expressa sua vontade através da eleição de representantes que tomam decisões em nome daqueles que os elegeram
 () Democracia Semidireta: composição entre a democracia representativa e os institutos de democracia direta (plebiscito, referendo, iniciativa popular)

15 – O que você teria a falar sobre o Poder Legislativo brasileiro?

APÊNDICE F

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados
Mestrado Profissional em Poder Legislativo
Turma 1/2013 - Mestranda: Vânia Nunes de Carvalho

Pesquisa MPP 2014-2 - Questionário da 3ª etapa (fase II)

IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome: (Opcional) _____

Município/Estado: (Opcional) _____ E-mail: _____ (caso queira receber os resultados desta pesquisa)

Idade:

- () Entre 21 e 30 anos () Entre 31 e 40 anos () Entre 41 e 50 anos
 () Entre 51 e 60 anos () Outros _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Leciona em qual nível de ensino:

- () Infantil () Fundamental I () Fundamental II () Médio
 () Superior () EJA () Técnico Profissionalizante () Outros _____

É professor há quanto tempo?

- () Até 5 anos () De 6 a 10 anos () De 11 a 20 anos
 () De 21 a 30 anos () Outros _____

Disciplina que ministra:

- () Português () Matemática () História () Educação Física
 () Geografia () Ciências () Física () Biologia
 () Química () Inglês () Sociologia () Filosofia
 () Outros _____

Qual região:

- () Norte () Nordeste () Sul () Sudeste () Centro-Oeste

SOBRE O PROGRAMA “MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO” E A EPD

1 – Qual proposta do Programa Missão Pedagógica no Parlamento pode ser alcançada a partir de sua realização, na sua opinião?

- () contribuir para a inserção da Educação para a Democracia nas práticas pedagógicas das escolas
 () estimular a implantação de uma rede nacional de professores interessados em Educação para a Democracia
 () melhorar o entendimento do professor sobre o Poder Legislativo e a Câmara dos Deputados
 () proporcionar implantação de um banco de projetos pedagógicos na área de educação para democracia
 () Outros _____

Você pode explicar sua opinião?

2 – O que você teria a falar das propostas e intenções do programa Missão Pedagógica no Parlamento?

3 - Qual sua opinião sobre o conteúdo do módulo à distância ofertado para a seleção do Programa Missão Pedagógica no Parlamento?

- () Proporciona a introdução sobre democracia e cidadania de forma didática e prática
 () Dá ao professor que participa apenas da etapa da seleção bom conteúdo sobre democracia e cidadania
 () Não apresenta informações práticas ou úteis para professores que não continuam no programa
 () Propicia a participação de maior número de professores interessados em Educação para a Democracia
 () Poderia priorizar inscrição de professores com projetos relacionados a Educação para a Democracia
 () Outros _____

4 - O que você mudaria no processo de inscrição e de seleção para participar do MPP? Por quê?

5 – Como poderia se dar a inserção da Educação para a Democracia no âmbito escolar?

6 – Você conhece ou ficou sabendo de algum projeto desenvolvido por professor que participou do Programa Missão Pedagógica no Parlamento? Descreva.

7 – Alguma expectativa sua sobre o Programa Missão Pedagógica no Parlamento não foi atendida? Qual?

SOBRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS

8 – Como você vê a iniciativa da Câmara dos Deputados de promover Educação para a Democracia?

9 – Qual setor você achou mais interessante durante sua visita à Câmara dos Deputados?

- () Plenário () Sala de reuniões das Comissões () Biblioteca-CEDI
 () Gabinete Parlamentar () Salão Negro () Salão Branco
 () Rampa do Congresso Nacional () Outros _____

Por quê?**10 – Qual a função da Câmara dos Deputados? (Marque apenas UMA opção.)**

- () incentivar a participação popular nas decisões do país () fazer leis
 () disciplinar atos dos deputados federais () contribuir na educação política da população
 () ser a casa dos debates nacionais () resolver como gastar o dinheiro público
 () pagar subsídios aos deputados federais () representar a população
 () fiscalizar os atos do Executivo () outros _____

11 – Você se sente representado pela Câmara dos Deputados?

| | | | |
|-----|----------------|----------------|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| NÃO | Ocasionalmente | Frequentemente | SIM |

12 – Qual sua avaliação para a Câmara dos Deputados como instituição?

| | | | |
|---------|------|-----|-------|
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| PÉSSIMA | RUIM | BOA | ÓTIMA |

13 – Qual instituição é mais importante na manutenção e fortalecimento da democracia brasileira?

- () Organizações civis () Poder Legislativo () Poder Executivo () Poder Judiciário () Imprensa () Outros

14 – Qual modelo de democracia é ideal para a realidade brasileira?

- () Democracia Direta: onde o povo expressa a sua vontade por voto direto em cada assunto particular
 () Democracia indireta ou Representativa: onde o povo expressa sua vontade através da eleição de representantes que tomam decisões em nome daqueles que os elegeram
 () Democracia Semidireta: composição entre a democracia representativa e os institutos de democracia direta (plebiscito, referendo, iniciativa popular)

15 – Você mudou sua visão sobre o parlamento brasileiro? Explique.

APÊNDICE G
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
“MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO” – EDIÇÃO 2013

A abertura oficial do Programa foi feita no Plenário 1 das Comissões da CD e contou com a presença do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, do Diretor de Recursos Humanos, do Diretor do Cefor e da Diretora da COEDE. Todas as autoridades discursaram para os presentes, e a temática de todos os discursos foi a imagem do Legislativo, a importância da Instituição para a Democracia e o entusiasmo com o Programa MPP e a Educação para a Democracia como forma de possibilitar que o cidadão participe mais dos processos decisórios. Ainda no Plenário 1, foi ministrada palestra pelo Secretário Adjunto da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Fernando Sabóia, sobre o “Papel institucional do Legislativo para a democracia” e uma atividade de integração.

Após o almoço, os professores realizaram a Visita Institucional³⁹, atividade coordenada pelo Setor de Relações Públicas da CD e do SF, a qual consiste em levar os visitantes para conhecer o prédio do Congresso Nacional. Durante a visita, são dadas explicações sobre ambas as Casas e sobre os órgãos específicos visitados, como o Plenário, sendo permitido aos membros do grupo realizar perguntas.

Ainda no primeiro dia, os participantes assistiram à aula-palestra sobre “O Processo Legislativo e sua dinâmica política”. Nessa atividade, foi explicado como ocorre o processo legislativo, desde a elaboração de uma lei, passando pela tramitação na Casa, até a sanção presidencial. Os percalços, como vetos total e parcial, recursos regimentais para frear ou acelerar a tramitação de uma proposição, também foram explanados.

No segundo dia, foi possível acompanhar e observar as atividades da “Jornada de Aprendizagem na Câmara dos Deputados”, que consiste na visita dos professores, divididos em grupos, aos seguintes setores da CD: Departamento de Comissões (DECOM), Comissão de Legislação Participativa (CLP), Secretaria de Comunicação (SECOM), Secretaria-Geral da Mesa (SGM), E-Democracia, Centro de Documentação e Informação (CEDI) e Biblioteca da Câmara, Liderança do Governo e Liderança da Minoria.

³⁹ O Senado Federal realiza, em parceria com a Câmara dos Deputados, programa de visitas guiadas ao Palácio do Congresso Nacional. Uma equipe de monitores das duas Casas Legislativas percorre um roteiro que mostra os pontos principais do Congresso. Durante o percurso, são abordados temas como a arquitetura do Palácio, a história, o papel, a estrutura e o funcionamento do Legislativo no Brasil.

A pesquisadora acompanhou o grupo de professores que foi conhecer a Comissão de Legislação Participativa. Eles foram recebidos pelo Secretário da CLP, que explicou o funcionamento da Comissão, como uma proposição apresentada por alguma entidade representativa passa a ser um projeto de lei da CLP e tramita na Casa. Em seguida, o presidente da Comissão recebeu os professores para uma conversa informal.

Ao término da jornada, cada grupo foi encaminhado ao auditório do Cefor para a atividade de “Compartilhamento sobre a Jornada de Aprendizagem na Câmara dos Deputados”. Na atividade, cada grupo indicou um relator, que explicou para os demais o funcionamento do órgão ou do setor da Câmara visitado. Todos puderam demonstrar aos colegas o que tinham visto, com quem e sobre o que falaram, o que tinham entendido e o que tinha suscitado dúvidas. Foi realizada, então, a atividade de “Aprofundamento sobre a Jornada de Aprendizagem com Especialista”. Nessa atividade, os professores fizeram várias perguntas, para esclarecer as dúvidas acerca do funcionamento dos setores visitados ou dos procedimentos relacionados a esses setores.

No terceiro dia, a movimentação dos professores ficou por conta da atividade de “Acompanhamento das Comissões”. Também lhes foi explicado que, se quisessem visitar os parlamentares dos respectivos estados, poderiam fazê-lo, mas por conta própria. Os professores receberam uma lista com os nomes das Comissões, os números dos plenários e os horários de funcionamento delas. Eles se organizaram em grupos, livremente, e saíram pelo corredor principal, que dá acesso aos plenários das Comissões. A grande maioria acomodou-se no plenário destinado à Comissão de Educação e assistiu à reunião. A atividade possibilitou que os docentes entendessem como ocorre uma reunião de comissão e identificassem as figuras do presidente, do autor e do relator das matérias entre os parlamentares das Comissões.

No quarto dia, aconteceu a “Jornada de Aprendizagem nas Escolas”, de manhã, na qual os professores foram divididos em grupos para visitar várias escolas no Distrito Federal que desenvolvem ações relativas à Educação para a Democracia. Após o almoço, cada grupo indicou um representante, para falar sobre a experiência coletiva vivida na visita às escolas, depois de terem discutido o que viram e qual a relação da experiência com a Educação para a Democracia.

Nessa atividade, chamada de “*World Café*”, vários painéis foram montados a partir de cada experiência relatada sobre a escola visitada. O projeto foi discutido, a metodologia, identificada, os objetivos e as dificuldades de cada projeto debatido. Durante o “*World Café*”, os

professores sugeriram criar um perfil no *Facebook*, a fim de estimular a comunicação entre os integrantes do grupo. O nome do perfil deste grupo de professores é “MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO 2013” e foi criado no penúltimo dia do módulo presencial, 29/8/2013.

Na sequência, os professores foram encaminhados ao auditório do Cefor, para assistir à palestra “A aprendizagem da Democracia em comunidades de aprendizagem”, com o professor José Pacheco⁴⁰, que falou sobre sua experiência como menino pobre e excluído na região onde morava, em Portugal. Como educador, falou a respeito do Projeto idealizado por ele, a “Escola da Ponte”⁴¹, em Portugal, e do Projeto “Âncora”⁴², aqui no Brasil.

No quinto e último dia de módulo presencial, houve a atividade de “Simulação do Trabalho das Comissões”, no Plenário 5. Todos os professores se tornaram deputados por algumas horas. Elegeram um presidente e um vice-presidente para a comissão fictícia. Entre eles, foi indicado um professor para ser o autor e outro para ser o relator da proposição, que versava sobre “o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio”, o Projeto de Lei nº 73, de 1999, de autoria da Deputada Nice Lobão. O PL foi discutido, votado e aprovado, apesar de muita polêmica.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES “MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO” – EDIÇÃO 2014

Na edição de 2014, o MPP foi realizado entre 1º e 5 de setembro e a abertura ocorreu no auditório do Cefor, com a presença, mais uma vez, do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados,

⁴⁰ José Francisco de Almeida Pacheco é educador e pedagogo português conhecido pelo trabalho na Escola da Ponte, em Portugal, da qual foi idealizador nos anos 70. A Escola da Ponte é uma instituição de ensino que se notabilizou pelo projeto educativo, baseado na autonomia dos estudantes. José Pacheco está, desde abril de 2011, colaborando no Projeto “Âncora”, uma ONG em Cotia, São Paulo, que segue o mesmo modelo de ensino da Escola da Ponte.

⁴¹ A Escola da Ponte é instituição pública de ensino, localizada em Portugal, no distrito do Porto. Na Escola os alunos não são divididos em classes nem em anos de escolaridade. Portadores de necessidades especiais dividem o espaço com os outros alunos. Cada aluno e a maioria dos orientadores educativos são responsáveis por algum aspecto do funcionamento da Escola e estes acompanham todos os educandos e trabalham, para que conquistem autonomia, compreendendo o porquê e o para quê estudar. A biblioteca é o local central da Escola. (PACHECO. José. Escola da Ponte, 2008).

⁴² Em 23 de setembro de 1995, nasceu o Projeto “Âncora”, associação civil com o desafio de melhorar a realidade de crianças e adolescentes de Cotia e da região, por meio de atividades educativas. Walter Steurer, empresário da área do turismo e fundador da entidade, começou a construir o que ele mesmo chamava de “Cidade da Âncora”: espaço para o aprendizado, a prática e a multiplicação da cidadania. Em 2012 foi inaugurada uma escola de ensino fundamental com inovadora filosofia educacional, inspirada na Escola da Ponte de Portugal, trazida pelo Professor José Pacheco, para somar esforços às atividades já realizadas. Disponível em: <<http://www.projetoancora.org.br/historia.php?lang=port>>. Acesso em: 30 out. 2013.

do Diretor de Recursos Humanos, do Diretor do Cefor e da Diretora da COEDE. Após o almoço, foi realizada a atividade “O processo legislativo e sua dinâmica política”, quando os professores começaram a receber as primeiras informações sobre processo legislativo, desde a elaboração de um projeto de lei e a sua tramitação até a respectiva aprovação ou rejeição. Ao final da tarde, depois da foto oficial, os professores realizaram a “Visita Institucional”.

No segundo dia (2/9/2014), a manhã foi dedicada à “Jornada de Aprendizagem na Câmara dos Deputados”, nos mesmos moldes da edição de 2013. Desta vez, acompanhou-se o grupo de professores, que visitou a Secretaria-Geral da Mesa - SGM. Os professores foram recepcionados pela servidora da SGM, que explicou o trabalho da Secretaria e as atribuições do Secretário-Geral da Mesa, que também os recebeu. Ele explicou vários procedimentos, como elaboração da pauta de votação e reunião do Colégio de Líderes, além das nuances políticas existentes, para se fechar uma pauta de votação.

Depois do almoço, no auditório do Cefor, houve a atividade “Dialogando com Especialista”. Na atividade, como em 2013, os professores esclareceram dúvidas em relação aos setores visitados. No terceiro dia (3/9/2014), a manhã foi dedicada à atividade “Oficina Bornal de Jogos da Paz”, com o professor/educador Tião Rocha⁴³. Na atividade, o palestrante falou dos projetos desenvolvidos pelo Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD)⁴⁴, da pedagogia utilizada e do Bornal de Jogos da Paz⁴⁵. No quarto dia, de manhã, os docentes foram à “Jornada de Aprendizagem nas Escolas”. De volta à CD, participaram, como em 2013, do “World Café – A Educação para a Democracia”. Houve, entretanto, alteração no formato da atividade. Quatro professores egressos do MPP que inscreveram seus projetos na coordenação do Programa foram selecionados para voltar a Brasília e apresentá-los. Outros seis professores com projetos selecionados no concurso “Câmara Mirim” receberam como prêmio a participação no MPP/2014 e também apresentaram seus projetos para participantes do Programa. Uma professora do Distrito

⁴³ Tião Rocha é antropólogo, professor, educador e folclorista. Fundou o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD). Disponível em: <<http://www.cpcd.org.br/historico/>>. Acesso em: 29 set. 2014

⁴⁴ O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) é uma ONG que existe há 30 anos e atua nas áreas de Educação Popular, de Qualidade e Desenvolvimento Comunitário Sustentável, tendo a Cultura como matéria-prima e instrumento de trabalho pedagógico e institucional. Disponível em: <<http://www.cpcd.org.br/historico/>>. Acesso em: 29 set. 2014.

⁴⁵ A proposta do Bornal da Paz é se transformar em instrumento eficaz de construção da cidadania e da paz nas escolas. Para isso, o Projeto oferece oficinas de confecção e utilização de jogos voltadas a professores das escolas públicas, com variado acervo de jogos, brinquedos, dinâmicas e estratégias comunicacionais. Disponível em: <<http://www.bancodeexitos.org.br/Projetos/Bornal%20de%20jogos/Bornal%20de%20jogos%20%20da%20paz.htm>>. Acesso em: 29 set. 2014.

Federal, que desenvolve um projeto de mediação de conflitos na escola, um dos locais visitados na “Jornada de Aprendizagem nas Escolas”, também foi convidada para apresentar seu projeto.

O “*World Café*” teve dois painéis: 1) “O que é Educação para a Democracia?” e 2) “Que aspectos da EPD estão representados nos projetos que conhecemos?”. Os professores foram divididos em 11 mesas, cada uma delas tendo como coordenador um dos convidados, para apresentar seu projeto. Por conta da dinâmica de grupo, os projetos não foram compartilhados entre todos os participantes, somente com os seis professores de cada mesa.

A atividade seguinte foi a exibição do filme “Quando sinto que já sei”, no auditório do Cefor. Depois da exibição, houve momento de reflexão entre os professores, relacionando “A Jornada de Aprendizagem nas Escolas”, a apresentação dos projetos no “*World Café*” e a temática do filme, com vários depoimentos de educadores sobre projetos que envolvem a educação para a cidadania e a Democracia. Na noite de quinta-feira, realizou-se a “Noite Cultural”, atividade de confraternização entre os professores.

No quinto dia, houve a atividade “Oficina de Elaboração de Projetos”, após a apresentação do filme “Cor da Pele”. Para iniciar a oficina de elaboração de projetos, distribuiu-se, entre os professores, uma planilha cujo título era “A Educação para a Democracia: refletindo sobre minha comunidade escolar e prática pedagógica”. A planilha estava dividida em cinco colunas com diferentes temas: “Relações Humanas”, “Organização e Gestão”, “Construção do Conhecimento”, “Comunidade” e “Temas Transversais”. Em cada coluna, havia pelo menos cinco perguntas para reflexão; os professores tiveram que, ao fim, elaborar o diagnóstico da própria escola e o da comunidade.

Quando os professores terminaram esse exercício, formaram grupos e, a partir do diagnóstico, elegeram um tema a ser trabalhado. Cada grupo apresentou seu diagnóstico e o tema escolhido.